

MINISTÉRIO DA ECONOMIA  
E DA TRANSIÇÃO DIGITAL

Direção-Geral das Atividades Económicas

# RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2020



REPÚBLICA  
PORTUGUESA

Direção-Geral das Atividades  
Económicas



## **Ficha técnica**

### **Autoria:**

Direção-Geral das Atividades Económicas

Coordenação: Divisão de Planeamento e Apoio

**Data de edição:** 15 de abril de 2021

## INDICE

<b>GLOSSÁRIO DE ABREVIATURAS .....</b>	<b>4</b>
<b>ÍNDICE DE FIGURAS, QUADROS E GRÁFICOS .....</b>	<b>10</b>
<b>I. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
1.1. Orientações gerais e específicas prosseguidas pelo organismo .....	18
<b>II. AUTOAVALIAÇÃO .....</b>	<b>22</b>
2.1 Análise dos resultados alcançados .....	22
2.1.1. <i>Resultados dos Indicadores</i> .....	23
2.1.2. <i>Resultados dos objetivos e dos parâmetros</i> .....	35
2.2 Análise dos desvios relativamente aos recursos .....	37
2.2.1. <i>Recursos Humanos</i> .....	37
2.2.2. <i>Recursos Financeiros</i> .....	39
2.3 Atividades desenvolvidas, previstas e não previstas no Plano de Atividades .....	43
2.3.1. <i>Atividades desenvolvidas pelas Unidades Orgânicas</i> .....	43
2.4 Análise das causas de incumprimento de atividades ou projetos não executados .....	220
2.5 Avaliação dos serviços prestados.....	221
2.6 Avaliação dos trabalhadores e dos dirigentes intermédios.....	224
2.6.1. <i>Trabalhadores</i> .....	225
2.6.2. <i>Dirigentes intermédios</i> .....	228
2.7 Relatório de Formação .....	231
2.8 Avaliação do sistema de controlo interno .....	231
<b>III. BALANÇO SOCIAL.....</b>	<b>235</b>
<b>IV. AVALIAÇÃO FINAL.....</b>	<b>239</b>
4.1. Apreciação qualitativa dos resultados alcançados.....	239
4.2. Conclusões prospetivas.....	240

## Anexos

<b>ANEXO I</b>	Organograma da DGAE
<b>ANEXO II</b>	QUAR da DGAE – Resultados
<b>ANEXO III</b>	Questionário de satisfação – Trabalhadores
<b>ANEXO IV</b>	Questionário de satisfação – Dirigentes Intermédios
<b>ANEXO V</b>	Questionário de satisfação - Destinatários dos serviços
<b>ANEXO VI</b>	Relatório de Formação
<b>ANEXO VII</b>	Balanço Social

## GLOSSÁRIO DE ABREVIATURAS

### *Unidades Orgânicas da DGAE*

DAP	Divisão de Avaliação de Políticas
DCAE	Divisão de Coordenação dos Assuntos Europeus
DCSR	Divisão do Comércio, Serviços e Restauração
DDO	Divisão de Desenvolvimento Organizacional
DDS	Divisão do Desenvolvimento Sustentável
DEC	Divisão da Economia Circular
DMIS	Divisão de Mercado Interno de Serviços
DPA	Divisão de Planeamento e Apoio
DPCE	Divisão da Política Comercial Externa
DPE	Divisão da Política Empresarial
DPS	Divisão da Política Setorial
DRI	Divisão de Relações Institucionais
DRIn	Divisão das Relações Internacionais
DSAE	Direção Serviços dos Assuntos Europeus
DSCI	Direção Serviços do Comércio Internacional
DSCSR	Direção de Serviços do Comércio, Serviços e Restauração
DSPE	Direção de Serviços para a Política Empresarial
DSSE	Direção de Serviços de Sustentabilidade Empresarial

### *Outras siglas e acrónimos*

ACM	Alto Comissariado para as Migrações
ACT	Autoridade para as Condições do Trabalho
AdC	Autoridade da Concorrência
ADENE	Agência para a Energia
ADSE	Instituto de Proteção e Assistência na Doença, I.P.
AHRESP	Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal
AI	Artificial Intelligence
AICEP	Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal
AMA, I.P.	Agência para a Modernização Administrativa
AMCHAM	Câmara de Comércio dos Estados Unidos da América
AMT	Autoridade da Mobilidade e dos Transportes
ANQEP	Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional
APDEL	Associação Portuguesa de Estabelecimentos de Leilão
APED	Associação Portuguesa das Empresas de Distribuição
APIFARMA	Associação Portuguesa da Indústria Farmacêutica

APLARTE	Associação Portuguesa das Leiloeiras de Arte
APPDI	Associação Portuguesa Para a Diversidade e Inclusão
ASAE	Autoridade de Segurança Alimentar e Económica
BdE	Balcão do Empreendedor
BID	Business Improvement Districts
BREXIT	Saída do Reino Unido da União Europeia
CAE	Classificação Portuguesa das Atividades Económicas
CAF	Common Assessment Framework
CAG	Conselho dos Assuntos Gerais
CAGER	Comissão de Acompanhamento da Gestão de Resíduos
Camões, I.P.	Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, I.P.
CBP	Comissão Bilateral Permanente Portugal-EUA
CC	Conjunto Comercial
CCCPAT	Comissão Consultiva para a Certificação de Produtos Tradicionais
CCDR	Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional
CCH	Comércio com História
CCI	Comité do Comércio e Investimento
CCP	Confederação do Comércio e Serviços de Portugal
CE	Comissão Europeia
CI	Comissão de Investimentos
CIC	Comissão Interministerial para a Cooperação
CIIE	Comité da Indústria, Inovação e Empreendedorismo
CIPE	Comissão Interministerial de Política Externa
CoLabs	Laboratórios Colaborativos
COSCO	Comité do Carvão e do Aço
CNCDA	Comissão Nacional de Combate ao Desperdício Alimentar
CNCS	Centro Nacional de Cibersegurança
CNDH	Comissão Nacional dos Direitos Humanos
COMPETE	Programa Operacional Fatores de Competitividade
CPA	Circular Plastics Alliance
CPC	Comité de Política Comercial
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CPPMAES	Comissão Permanente de Prevenção, Monitorização e Acompanhamento dos Efeitos da Seca
CT	Comissão Técnica
CUE	Cadastro Único Empresarial
DCIAP	Departamento Central de Investigação e Ação Penal
DECO	Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor
DEI	Digitising European Industry
DEP	Digital Europe Program
DESI	Digital Economy and Society Index
DGAE	Direção-Geral das Atividades Económicas

DGAE/MNE	Direção-Geral dos Assuntos Europeus
DGAEP	Direção-Geral da Administração e do Emprego Público
DGAV	Direção-Geral de Alimentação e Veterinária
DGE	Direção-Geral da Educação
DGEG	Direção-Geral de Energia e Geologia
DGERT	Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho
DG Fisma	Direção-Geral para a Estabilidade Financeira, Serviços Financeiros e União dos Mercados de Capitais
DG GROW	Direção-Geral para o Mercado Interno, Indústria, Empreendedorismo e PME
DIH	Digital Innovation Hub
DL	Decreto-Lei
ECAT	Ecolabel Catalogue
ECL	Escola de Comércio de Lisboa
EEA Grants	Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu
EEE	Equipamentos Elétricos e Eletrónicos
EIS	European Innovation Scoreboard
EN	Inglês
ENAAC	Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas
ENCDA	Estratégia Nacional de Combate ao Desperdício Alimentar
ENCPE	Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas
EPG	Grupo Política Empresarial
ERAC	Comité do Espaço Europeu de Investigação e Inovação
ERP	European Recycling Platform
FAQ	Frequently Asked Questions
FCT	Fundação para a Ciência e Tecnologia
FDI	Foreign Direct Investment
FLUXOS	Associação das Entidades Gestoras de Resíduos
FMC	Fundo de Modernização do Comércio
GAA	Grupo de Acompanhamento e Avaliação das Condições de Abastecimento de Bens nos Setores Agroalimentar e do Retalho
GAIA	Grupo de Acompanhamento AI Portugal 2030
GAN	Grupo de Alto Nível
GEE	Gabinete de Estratégia e Estudos
GPP	Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral
GSC	Grande Superfície Comercial
GSECSDC	Gabinete do Secretário de Estado do Comércio, Serviços e da Defesa do Consumidor
GT	Grupo de Trabalho
IA	Inteligência Artificial
IAPMEI	Agência para a Competitividade e Inovação
ICSB	International Council of Small Business
IDC	Instrumentos de Defesa Comercial

IGOT	Instituto de Geografia e Ordenamento do Território
IIE	Indústrias Intensivas em Energia
IMI	Imposto Municipal sobre Imóveis
IMI	Sistema de Informação do Mercado Interno
IMS	Information Management School
INCM	Imprensa Nacional Casa da Moeda
INFARMED	Autoridade Nacional dos Medicamentos e Produtos de Saúde
IPCEI	Projetos Importantes de Interesse Europeu Comum
IPQ	Instituto Português da Qualidade
ISDS	Investor-state dispute settlement
LLWI	Later Life Workplace Index
MAAC	Comité Consultivo de Acesso ao Mercado da Comissão Europeia
Mercosul	Mercado Comum do Sul
METD	Ministério da Economia e da Transição Digital
MF	Ministério das Finanças
MFEEE	Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu
MNE	Ministério dos Negócios Estrangeiros
MODCOM	Sistema de Incentivos à Modernização do Comércio
MS	Ministério da Saúde
NUIPC	Número Único Identificador de Processo Crime
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OE	Objetivo Estratégico
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PAEC	Plano de Ação para a Economia Circular
PARCA	Plataforma de Acompanhamento das Relações na Cadeia Agroalimentar
PARF	Plataforma de Acompanhamento das Relações nas Fileiras Florestais
PLNM	Português Língua Não Materna
PME	Pequenas e Médias Empresas
PNACER-DH	Plano Nacional de Ação para a Conduta Empresarial Responsável e Direitos Humanos
PNAEE	Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética
PNIPGM	Plano Nacional de Implementação do Pacto Global das Migrações (PNIPGM)
PNPOT	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
POSEUR	Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos
PPUE2021	Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia 2021
PR	Presidente da República
PRR	Plano de Recuperação e Resiliência
PT	Portugal
QUAR	Quadro de Avaliação e Responsabilização
RCM	Resolução do Conselho de Ministros

REEE	Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos
REUE	Rótulo Ecológico da União Europeia
RJACSR	Regime Jurídico de Acesso e Exercício a Atividades de Comércio, Serviços e Restauração
RJOC	Regime Jurídico da Ourivesaria e das Contrastarias
RNAL	Registo Nacional do Alojamento Local
RSO	Rede Responsabilidade Social das Organizações
SAMA	Sistema de Apoio à Modernização Administrativa
SATDAP	Sistema de Apoio à Transformação Digital da Administração Pública
SBA	Small Business Act
SDG	Sustainable Development Goals
SEAEC	Secretário de Estado Adjunto da Economia
SECSDC	Secretário de Estado do Comércio, Serviços e Defesa do Consumidor
SIR III	Sistema da Indústria Responsável
SGE	Secretaria-Geral do Ministério da Economia e da Transição Digital
SGRU	Sistemas de Gestão de Resíduos Urbanos
SHERPAS	Ponto focal
SI	Serviços e Investimento
SIADAP	Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho da Administração Pública
SICAD	Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências
SIGOU	Sistema Integrado de Gestão de Óleos Usados
SIGRE	Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Embalagens
SIGREEE	Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Equipamentos Elétricos e Electrónicos
SIGREM	Sistema Integrado de Embalagens e Resíduos de Embalagens e Medicamentos
SIMAB	Sociedade Instaladora Mercados Abastecedores, SA
SIMFO	Single Market Forum
SME	Small and Medium sized Enterprise
SME Envoy	Representante das PME
SOGILUB	Sociedade de Gestão Integrada de Óleos Lubrificantes Usados, Lda.,
SPG	Sistema de Preferências Generalizadas
SPGM	Sociedade de Investimento, S.A.
SETD	Secretario de Estado da Transição Digital
STIS	Steel, Textiles and other Industrial Sectors
TAM	Transparency Award Module
TdP	Turismo de Portugal, I.P.
TJUE	Tribunal de Justiça da União Europeia
TTE	Transportes, Telecomunicações e Energia
UE	União Europeia
UFCD	Unidades de Formação de Curta Duração
UNCITRAL	The United Nations Commission on International Trade Law
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento
UNECE	Comissão Económica das Nações Unidas para a Europa
UNILEX	Exercício de consolidação legislativa na área da gestão de resíduos

VTC                    Vehicular Technology Conference  
WPSMEE              Working Party on SMEs and Entrepreneurship

## ÍNDICE DE FIGURAS, QUADROS E GRÁFICOS

### QUADROS

<a href="#">Quadro I</a>	Objetivos do QUAR-2020
<a href="#">Quadro II</a>	Resultados dos indicadores do objetivo 1
<a href="#">Quadro III</a>	Resultados dos indicadores do objetivo 2
<a href="#">Quadro IV</a>	Resultados dos indicadores do objetivo 3
<a href="#">Quadro V</a>	Resultados dos indicadores do objetivo 4
<a href="#">Quadro VI</a>	Resultados do indicador do objetivo 5
<a href="#">Quadro VII</a>	Resultados dos indicadores do objetivo 6
<a href="#">Quadro VIII</a>	Avaliação global do serviço
<a href="#">Quadro IX</a>	Recursos Humanos
<a href="#">Quadro X</a>	Estrutura da despesa em 2020
<a href="#">Quadro XI</a>	Comparação do orçamento disponível e executado entre 2019 e 2020
<a href="#">Quadro XII</a>	Atividades previstas, e realizadas pela Direção de Serviços do Comércio, Serviços e Restauração (DSCSR)
<a href="#">Quadro XIII</a>	Atividades não previstas, mas realizadas pela Direção do Comércio, Serviços e Restauração (DSCSR)
<a href="#">Quadro XIV</a>	Autoavaliação pela Direção de Serviços do Comércio, Serviços e Restauração (DSCSR)
<a href="#">Quadro XV</a>	Atividades previstas, e realizadas pela Direção de Serviços de Sustentabilidade Empresarial (DSSE)
<a href="#">Quadro XVI</a>	Atividades não previstas, mas realizadas pela Direção de Serviços de Sustentabilidade Empresarial (DSSE)
<a href="#">Quadro XVII</a>	Autoavaliação pela Direção de Serviços de Sustentabilidade Empresarial (DSSE)
<a href="#">Quadro XVIII</a>	Atividades previstas e realizadas pela Direção de Serviços para a Política Empresarial (DSPE)
<a href="#">Quadro XIX</a>	Atividades não previstas, mas realizadas pela Direção de Serviços para a Política Empresarial (DSPE)
<a href="#">Quadro XX</a>	Autoavaliação pela Direção de Serviços para a Política Empresarial (DSPE)
<a href="#">Quadro XXI</a>	Atividades previstas e realizadas pela Direção de Serviços dos Assuntos Europeus (DSAE)
<a href="#">Quadro XXII</a>	Autoavaliação pela Direção de Serviços dos Assuntos Europeus (DSAE)
<a href="#">Quadro XXIII</a>	Atividades previstas, e realizadas pela Direção de Serviços do Comércio Internacional (DSCI)

<a href="#">Quadro XXIV</a>	Atividades não previstas, mas realizadas pela Direção de Serviços do Comércio Internacional (DSCI)
<a href="#">Quadro XXV</a>	Autoavaliação pela Direção de Serviços do Comércio Internacional (DSCI)
<a href="#">Quadro XXVI</a>	Atividades previstas e realizadas pela Divisão de Desenvolvimento Organizacional (DDO)
<a href="#">Quadro XXVII</a>	Autoavaliação pela Divisão de Desenvolvimento Organizacional (DDO)
<a href="#">Quadro XXVIII</a>	Atividades previstas, e realizadas no âmbito da Divisão de Planeamento e Apoio (DPA)
<a href="#">Quadro XXIX</a>	Autoavaliação pela Divisão de Planeamento e Apoio (DPA)
<a href="#">Quadro XXX</a>	Atividades previstas e realizadas no âmbito da Divisão de Relações Institucionais (DRI)
<a href="#">Quadro XXXI</a>	Autoavaliação pela Divisão de Relações Institucionais (DRI)
<a href="#">Quadro XXXII</a>	Nível de realização das atividades previstas por Unidade Orgânica
<a href="#">Quadro XXXIII</a>	Resultados do inquérito de satisfação por parte dos destinatários dos serviços
<a href="#">Quadro XXXIV</a>	Resultados do Questionário de Satisfação interno – Trabalhadores
<a href="#">Quadro XXXV</a>	Resultados do Questionário de Satisfação interno – Dirigentes intermédios
<a href="#">Quadro XXXVI</a>	Avaliação do sistema de controlo interno
<a href="#">Quadro XXXVII</a>	Principais indicadores do Balanço Social

## GRÁFICOS

<a href="#">Gráfico 1</a>	Taxa de concretização dos objetivos
<a href="#">Gráfico 2</a>	Taxa de concretização dos parâmetros
<a href="#">Gráfico 3</a>	Evolução dos recursos humanos
<a href="#">Gráfico 4</a>	Evolução do orçamento disponível e da despesa efetuada
<a href="#">Gráfico 5</a>	Satisfação Global por áreas por parte dos destinatários dos Serviços
<a href="#">Gráfico 6</a>	Satisfação Global por Áreas – Trabalhadores
<a href="#">Gráfico 7</a>	Satisfação Global por Áreas – Dirigentes intermédios
<a href="#">Gráfico 8</a>	Percentagem de trabalhadores por escalão etário entre 2013 e 2020

## I. INTRODUÇÃO

O Relatório de Atividades da Direção-Geral das Atividades Económicas foi elaborado de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei n.º 183/96, de 27 de setembro, e nos artigos 8.º e 15.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, e tem como primeiro objetivo caracterizar a atividade desenvolvida, bem como os resultados obtidos pela Direção-Geral das Atividades Económicas no período compreendido entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2020.

A atividade da Direção-Geral das Atividades Económicas é orientada com base na missão, visão e valores estabelecidos no seu Plano de Atividades, tendo como objetivo cumprir as suas atribuições definidas em consonância com os objetivos estratégicos e operacionais constantes no QUAR e tendo em conta os recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis. O Relatório de Atividades apresenta o desenvolvimento deste trabalho, bem como uma análise sumária sobre a execução global do Orçamento de 2020 e uma apreciação sobre os documentos de prestação de contas. Integra a demonstração qualitativa e quantitativa dos resultados alcançados, incluindo o balanço social e o relatório de autoavaliação previsto na citada Lei.

À semelhança do que aconteceu em muitas outras instituições e múltiplos setores da sociedade portuguesa e mundial, o ano de 2020 foi um ano atípico, marcado pela pandemia da COVID-19, que condicionou a ação da Direção-Geral das Atividades Económicas. A partir de março e cumprindo as orientações do Governo, a Direção-Geral das Atividades Económicas recorreu ao teletrabalho, adaptando-se rapidamente a uma nova realidade. Apesar das dificuldades e incertezas, a DGAE continuou a assegurar a sua atividade, a responder a todas as solicitações e a participar e organizar inúmeras reuniões com recurso às plataformas digitais.

A preocupação inicial foi a de prestar a informação mais correta e atualizada aos operadores económicos, contribuindo para o desenho das medidas que rapidamente estavam a ser implementadas, com o objetivo de conter a pandemia e manter as atividades económicas possíveis em funcionamento.

No sentido de antecipar eventuais situações de perturbação nas cadeias de abastecimento regular de bens agrícolas e agroindustriais ou comportamentos individuais desproporcionais face às necessidades efetivas dos cidadãos, o Ministro de Estado, da Economia e da Transição Digital e a Ministra da Agricultura determinaram, pelo Despacho n.º 3389/2020, assinado em 11 de março e publicado no Diário da República em 18 de março, a constituição do Grupo de Acompanhamento e Avaliação das Condições de Abastecimento de Bens nos Setores Agroalimentar e do Retalho em Virtude das Dinâmicas de Mercado determinadas pela COVID-19, com o objetivo de adotar medidas preventivas ou corretivas que acautelassem o regular funcionamento da cadeia de distribuição, bem como a sua logística.

O Grupo teve cerca de três meses de atividade, tendo sido o secretariado assegurado pela Direção-Geral das Atividades Económicas (ocupando sobretudo duas Direções de Serviços e a Divisão de Relações Institucionais) e pelo Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral do Ministério da Agricultura. É relevante constatar-se o facto de, em nenhum momento, se ter verificado qualquer rutura persistente do abastecimento alimentar às populações em Portugal, nem qualquer problema grave de acesso a matérias-primas ou a outros fatores de produção, tendo a cadeia de valor mantido a operação e a capacidade de produção e fornecimento de bens. O Grupo de Acompanhamento e Avaliação das Condições de Abastecimento de Bens nos Setores Agroalimentar e do Retalho teve, certamente, um papel de relevo para que isso acontecesse, como viria a ser reconhecido por todos os seus membros.

Apesar do contexto de pandemia, o número de atividades planeadas que não foram realizadas em 2020 foi de apenas 10, o que corresponde a 3,95% do total das atividades planeadas. Desta forma, é possível concluir que as atividades não realizadas não comprometeram a concretização dos objetivos identificados no QUAR da DGAE. Destas, o principal motivo para a não realização de atividades previstas durante o ano de 2020 foi a pandemia de COVID-19, sobretudo devido ao facto de ter havido um número significativo de reuniões que foram canceladas ou adiadas por esse motivo. Além disso, as restrições orçamentais foram outra das razões, embora em menor escala, para a não realização de atividades.

Só a Central de Atendimento da Direção-Geral das Atividades Económicas prestou 4.028 atendimentos telefónicos e a caixa de correio dedicada a rececionar comunicações na área do comércio e serviços respondeu a 2.480 solicitações de operadores económicos, que se somaram a muitos outros pedidos, nomeadamente relativos a informação sobre financiamento e apoios dirigidos aos operadores económicos, que nos chegaram por outra via.

Os temas do comércio, serviços e restauração ocuparam uma importante parte do trabalho neste ano, dando continuidade à consolidação das atividades decorrentes do regime jurídico de acesso e exercício das atividades de comércio, serviços e restauração. Em 2020, esta área foi confrontada com um crescente número de solicitações e pedidos de esclarecimento por parte dos operadores económicos no âmbito da diversa legislação publicada relativa a restrições à atividade económica no quadro da pandemia de COVID-19. Para além da resposta célere a estes pedidos, uma outra preocupação foi a de proceder à criação e atualização de Guias práticos e maior utilização dos canais digitais, bem como a necessidade de dar resposta aos inúmeros projetos de diplomas legais em circuito legislativo, a que se adicionaram vários pedidos de parecer sobre projetos de Resolução e perguntas parlamentares, relativas à COVID-19, apresentados pelos vários partidos representados na Assembleia da República. Também se desenvolveram em 2020 os projetos com financiamento através do Sistema de Apoio à Modernização Administrativa (SAMA), que tem por objetivo criar condições para uma administração pública mais eficiente e eficaz, agilizando o atendimento aos cidadãos e às empresas.

A economia circular e o digital permaneceram no centro da estratégia económica europeia e nacional. Na linha do que se verificara no ano anterior, manteve-se o maior compromisso da DGAE com estas matérias, na medida em que assegurou os trabalhos do Grupo de Coordenação do *Plano de Ação para a Economia Circular*, em estreita colaboração com a APA, I.P., celebrou-se um importante Protocolo de Colaboração com a Associação Portuguesa de Empresas de Distribuição e procedeu-se à divulgação de uma biblioteca de Boas Práticas de Economia Circular no retalho e distribuição. Durante o ano de 2020, a DGAE deu ainda apoio à subscrição por parte do Governo Português da Declaração da *Circular Plastics Alliance*, e constituiu-se como Membro Institucional e Fundador do “Pacto Português para os Plásticos”.

Outros temas de grande atividade ao longo do ano foram, nomeadamente, a gestão de fluxos específicos de resíduos e a responsabilidade pela gestão do “Registo Nacional de Matérias Fertilizantes Não Harmonizadas”, com vista à sua colocação no mercado nacional. Merece ainda destaque a atividade da DGAE enquanto Organismo Competente Nacional para o Sistema do “Rótulo Ecológico da UE”. Por último, referir a apresentação à Tutela do Plano Nacional de Ação para a Conduta Empresarial Responsável e Direitos Humanos.

A fim de contribuir para a melhoria do desenvolvimento das atividades económicas, em 2020, na área de política empresarial, a Direção-Geral das Atividades Económicas apresentou propostas de definição de políticas públicas, nomeadamente para a criação de uma estrutura nacional de governação no domínio da transição digital, a proposta de definição de políticas públicas no domínio das fileiras florestais em Portugal, e a proposta de manifestação de interesse e processo de reconhecimento de “Polos de Inovação Digital” para futuramente integrar uma rede europeia. Ao nível da OCDE, a DGAE integrou o *Bureau* de um importante comité de política de empresa, bem como participou no projeto sobre o impacto do Investimento Direto Estrangeiro na produtividade e inovação das PME, no qual Portugal é um caso de estudo. Vários outros temas foram acompanhados no contexto dos assuntos europeus, tanto no que respeita ao tema das PME, como relativamente ao Digital.

A Direção-Geral das Atividades Económicas é a entidade coordenadora dos Assuntos Europeus do Ministério da Economia e da Transição Digital e é o organismo que prepara as reuniões do Conselho de Ministros da Competitividade. Como tal, acompanhou as reuniões e negociações europeias num ano que precedeu a Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia (primeiro semestre de 2021) e em que foram constituídos novos grupos e comités de acompanhamento do correto funcionamento do mercado único (em razão da pandemia por COVID-19). A preocupação em promover o correto funcionamento do Mercado Único Europeu deu origem à criação da SMET (*Single Market Enforcement Task Force*), em que a DGAE assume a representação nacional. De outros temas que se mantiveram ativos ao longo do ano, destaca-se a negociação da proposta de regulamento relativo à privacidade e às comunicações eletrónicas (*e-Privacy*) e a participação no *Digital Single Market Strategic Group*, que levaram a

DGAE a promover uma colaboração interinstitucional alargada. Na área dos serviços, foi desenvolvida maior cooperação com outros Estados-Membros da União Europeia, tendo em vista a identificação de barreiras regulamentares e não regulamentares sobre a prestação de serviços transfronteiriços e o trabalho conjunto para a desmaterialização da prestação de serviços.

Em 2020, até à conclusão, em dezembro, do Acordo de Cooperação e Comércio entre a União Europeia e o Reino Unido, o Brexit continuou a exigir intenso acompanhamento por parte da DGAE. Neste contexto, em colaboração com outros organismos, a DGAE organizou seminários de informação aos operadores económicos, com o objetivo de os sensibilizar para as mudanças que irão ocorrer no relacionamento económico com este país.

Ainda no contexto europeu e internacional, assistiu-se a um recrudescimento do tema da política comercial, com importantes reflexos na economia portuguesa e no investimento, e de um conjunto alargado de outros temas: revisão do Regulamento SPG, União para o Mediterrâneo, aplicação do Regulamento de *screening* europeu, normas de Fluxos de Dados em acordos da UE, aplicação de Acordos Comerciais, enquadramento de investimento intraeuropeu, identificação de interesses nacionais em acordos comerciais, barreiras de acesso ao mercado, salvaguarda do aço, medidas de defesa comercial, ações de divulgação de política comercial, Tribunal Multilateral de Investimento e reforma *Investor-state dispute settlement* (ISDS), trabalhos da revisão da Carta de Energia, entre outros.

Não poderia deixar de referir uma última nota sobre os recursos humanos, que constituem um desafio transversal face à missão tão extensa e diversificada de temas que a Direção-Geral das Atividades Económicas acompanha. Com efeito, apesar dos constrangimentos a este nível, em 2020 a Direção-Geral das Atividades Económicas conseguiu reverter a tendência dos anos anteriores de quebra no número de efetivos. Muito do mérito desta situação deve-se também à atuação da nova Divisão criada na DGAE (Divisão de Desenvolvimento Organizacional) pelo Despacho n.º 7901/2020, publicado no Diário da República n.º 157/2020, Série II de 13 de agosto, que permitiu agilizar o apoio e articulação com a Secretaria-Geral da Economia neste

domínio, a par de outros acompanhados pela Divisão de Planeamento e Apoio de monitorização dos vários indicadores de gestão, em especial, os inscritos no QUAR.

É de enaltecer uma vez mais o compromisso e forte envolvimento de toda a equipa da Direção-Geral das Atividades Económicas no cumprimento dos objetivos fixados, num ano especialmente diferente que exigiu novas competências (digitais) e uma adaptação a novas formas de trabalhar.

A toda a equipa, o meu muito obrigada.

A Diretora-Geral,  
Fernanda Ferreira Dias

### *1.1. Orientações gerais e específicas prosseguidas pelo organismo*

A DGAE é um serviço central da administração direta do Estado, dotado de autonomia administrativa, integrado no Ministério da Economia e da Transição Digital (METD).

De acordo com o Decreto Regulamentar n.º 5/2015, de 20 de julho, a DGAE tem por **missão** a promoção e o desenvolvimento de um ambiente institucional mais favorável à competitividade e à inovação empresarial, através do apoio à conceção, execução, divulgação e avaliação de políticas do comércio e dos serviços, competindo-lhe também assegurar a coordenação das relações bilaterais, europeias e internacionais, no âmbito de atuação do METD.

No âmbito da respetiva lei orgânica, a DGAE prossegue as seguintes **atribuições**:

- Contribuir para a definição, articulação e dinamização das políticas setoriais relativas ao comércio e aos serviços, acompanhando e avaliando a execução das medidas delas decorrentes;
- Monitorizar e avaliar a execução das medidas decorrentes das políticas públicas definidas e dirigidas às atividades económicas, promovendo e participando na elaboração do respetivo enquadramento legislativo e regulamentar, sem prejuízo das competências próprias de outros serviços e organismos;
- Contribuir para a definição de políticas económicas no quadro da economia circular, nomeadamente, das aplicáveis à gestão de resíduos, propondo medidas conducentes à criação de valor económico, designadamente de valorização dos resíduos, enquanto matéria-prima secundária, colaborando na conceção e elaboração dos respetivos instrumentos legais e regulamentares, sem prejuízo das competências próprias de outros serviços e organismos;

- Promover a adoção de políticas e de regulamentação que visem a simplificação administrativa e a redução ou eliminação dos custos de contexto para os agentes económicos, sem prejuízo das competências próprias de outros serviços e organismos;
- Preparar, apoiar e assegurar a intervenção nacional na adoção de medidas internacionais e da União Europeia, no domínio das políticas públicas económicas, incluindo a transposição de diretivas e a aplicação de regulamentos, sem prejuízo das competências do IAPMEI — Agência para a Competitividade e Inovação, I. P. (IAPMEI, I. P.), relativas à indústria e inovação;
- Assegurar a coordenação nacional para o acompanhamento da aplicação, enquanto instrumento de política económica, da Diretiva n.º 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro de 2006, relativa aos serviços no mercado interno, nomeadamente, como ponto de contacto nacional para a assistência mútua e cooperação entre autoridades administrativas competentes, no quadro do Sistema de Informação do Mercado Interno;
- Acompanhar a conceção e a execução das políticas setoriais para a indústria e participar na preparação da posição nacional sobre os dossiês com relevância para a indústria a assumir nas instâncias europeias e internacionais, sem prejuízo das competências atribuídas ao IAPMEI, I. P.;
- Potenciar a criação de condições favoráveis ao desenvolvimento do empreendedorismo, da competitividade, da inovação, da sustentabilidade e da internacionalização das empresas, sem prejuízo das competências próprias de outros serviços e organismos;
- Promover a articulação da política de empresa com outras políticas públicas, visando o crescimento sustentável;

- Definir, coordenar e dinamizar, no âmbito do METD, o desenvolvimento e a adoção de instrumentos e de iniciativas estratégicas, relativas à responsabilidade social e ao desenvolvimento sustentável;
- Coordenar e dinamizar a atuação do METD em matéria de auxílios de Estado;
- Contribuir para a definição e execução das políticas que enquadram o relacionamento económico externo, em articulação com o Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), apoiando o METD em matéria de relações internacionais e de relações com a União Europeia (UE);
- Coordenar a participação do METD no quadro dos assuntos europeus, designadamente através do acompanhamento dos processos de transposição das diretivas e de execução dos regulamentos, bem como dos processos de pré-contencioso e de contencioso da UE;
- Coordenar, propor e desenvolver atividades no âmbito da cooperação internacional, europeia e bilateral, designadamente com os países de língua oficial portuguesa, sem prejuízo das competências próprias dos órgãos e serviços do MNE;
- Assegurar o planeamento do aprovisionamento e gestão das matérias-primas e dos recursos industriais em situação de crise e de guerra e apoiar o Governo em matéria de planeamento civil de emergência, no quadro definido pelo Decreto-Lei n.º 73/2012, de 26 de março;
- Assegurar, a nível externo, a representação nacional nos grupos de trabalho correspondentes do Comité de Planeamento Civil de Emergência da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), em articulação com os serviços competentes do Ministério da Defesa Nacional.

Compete, ainda, à DGAE, durante a vigência dos contratos de contrapartidas ou de cooperação industrial celebrados entre o Estado Português e os fornecedores de material de defesa, no âmbito de programas de aquisição de equipamentos e sistemas de defesa, acompanhar a respetiva execução, em articulação com o membro do Governo responsável pela área da defesa nacional.

## II. AUTOAVALIAÇÃO

### 2.1 *Análise dos resultados alcançados*

A avaliação do desempenho de cada serviço público assenta no Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR)<sup>1</sup>, estruturado em objetivos estratégicos plurianuais e em objetivos operacionais, definidos anualmente. Os objetivos operacionais dividem-se em três parâmetros: eficácia, eficiência e qualidade, e devem concorrer para os objetivos estratégicos.

Para o ano de 2020, foram definidos três objetivos operacionais de eficácia, um objetivo operacional de eficiência e dois objetivos operacionais de qualidade (Quadro I).

**QUADRO I - Objetivos operacionais do QUAR-2020**

OBJETIVOS OPERACIONAIS	OE
<b>Eficácia</b>	<b>50%</b>
O1. Reforçar a coordenação dos assuntos europeus e internacionais do METD e garantir a representação da DGAE nas estruturas nacionais e internacionais	OE1, OE2, OE3 e OE4
O2. Assegurar a implementação de medidas de simplificação e de desburocratização administrativas, incluindo as previstas no Programa SIMPLEX	OE1, OE2 e OE4
O3. Contribuir para a melhoria do desenvolvimento das atividades económicas	OE1, OE2, OE3 e OE4
<b>Eficiência</b>	<b>10%</b>
O4. Garantir os prazos de resposta às solicitações dirigidas à DGAE	OE1, OE2, OE3 e OE4
<b>Qualidade</b>	<b>40%</b>
O5. Melhorar as competências da DGAE e a qualidade dos serviços prestados	OE1, OE2, OE3, OE4 e OE5
O6. Adotar medidas de apoio aos/às trabalhadores/as que facilitem a conciliação da vida profissional, familiar e pessoal	OE5

OE - Objetivos estratégicos

<sup>1</sup> Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro

Os objetivos operacionais considerados mais relevantes, ou seja, aqueles que têm maior peso no desempenho final do QUAR são os objetivos 2, 3, 5 e 6.

### 2.1.1. Resultados dos Indicadores

Para cada objetivo operacional foram definidos indicadores de desempenho com as respetivas metas. Desta forma será possível aferir em que medida esses objetivos foram alcançados. Seguidamente, serão analisados, em detalhe, os resultados alcançados em cada objetivo com base nas taxas de realização dos respetivos indicadores.

A informação de base que permite aferir os resultados alcançados em termos dos objetivos e respetivos indicadores é retirada dos quadros de acompanhamento e avaliação que foram criados para esse efeito.

## OBJETIVOS DE EFICÁCIA

### Quadro II – Resultados dos indicadores do Objetivo 1

O1. Reforçar a coordenação dos assuntos europeus e internacionais do METD e garantir a representação da DGAE nas estruturas nacionais e internacionais				Peso: 30%
<i>Indicadores</i>	Meta	Valor Crítico	Resultado	Taxa de Realização
Ind. 1 - Taxa de participação em reuniões planeadas	[80%;90%]	100%	88%	100%
Ind. 2 - Taxa de recomendações de atuação relevantes apresentadas	[10%;20%]	25%	14%	100%
Ind. 3 - N.º reuniões de coordenação organizadas pela DGAE no âmbito das suas competências	[41;45]	56	56	125%
Ind. 4 - N.º de eventos organizados pela DGAE para preparação da Presidência Portuguesa do Conselho da UE	[3;5]	7	4	100%

A DGAE é o organismo responsável pela coordenação das relações externas no âmbito do Ministério da Economia e da Transição Digital. Neste sentido, apoia, não só a defesa das posições do Governo nos mais diversos fóruns e reuniões, como assegura as representações externas nacionais em reuniões internacionais que se realizam no âmbito das suas competências. Por esta razão, a DGAE é o organismo do METD com a responsabilidade de coordenar a participação do METD na preparação da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia, que acontecerá no primeiro semestre de 2021<sup>2</sup>.

Neste âmbito, *reforçar a coordenação dos assuntos europeus e internacionais do Ministério da Economia e da Transição Digital e garantir a representação da DGAE nas estruturas nacionais e internacionais* foi definido como um dos objetivos operacionais da DGAE para o ano de 2020.

No Quadro II, é possível verificar que este objetivo foi alcançado, tendo em conta que três dos indicadores alcançaram uma taxa de realização de 100% e que, no caso do indicador n.º 3, a meta definida foi superada, com uma taxa de realização de 125%.

O **indicador 1**, que mede a taxa de participação da DGAE nas reuniões planeadas realizar, em 2020, no âmbito europeu e internacional, alcançou o resultado de 88%, tendo em conta que a DGAE participou em 216 reuniões das 245 reuniões que foram previstas realizar em 2020.

Para além da participação nas reuniões referidas anteriormente (a generalidade das quais por videoconferência, devido à pandemia da COVID-19), é importante medir o contributo da DGAE para a melhoria do reforço da atuação e da posição portuguesa ao nível europeu e internacional. Essa medição é feita através do **indicador 2**, que mede a percentagem das recomendações que são formuladas em resultado da participação nas referidas reuniões. O resultado alcançado neste indicador foi de 14%, visto que, no universo de 216, foram formuladas 31 recomendações.

O resultado alcançado no **indicador 3**, que mede o número de reuniões de coordenação, realizadas pela DGAE, com outros organismos e entidades da administração pública, autarquias

---

<sup>2</sup> Abreviadamente PPUE2021.

e associações e organizações representativas do tecido empresarial português, superou a meta definida inicialmente. Em 2020, foram realizadas 56 reuniões de coordenação, quando tinham sido previstas realizar entre 41 e 45 dessas reuniões.

Quanto ao último indicador deste objetivo, o **indicador 4**, que mede o número de eventos realizados pela DGAE no âmbito da preparação a participação da DGAE nos trabalhos de preparação da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia, é possível verificar que foram realizados todos os eventos previstos, pelo que o resultado previsto foi alcançado.

### Quadro III – Resultados dos indicadores do Objetivo 2

O2. Assegurar a implementação de medidas de simplificação e de desburocratização administrativas, incluindo as previstas no Programa SIMPLEX				Peso: 35%
<i>Indicadores</i>	Meta	Valor Crítico	Resultado	Taxa de Realização
Ind. 5 - % de execução das atividades constantes dos projetos SIMPLEX	[50%;70%]	85%	57%	100%
Ind. 6 - N.º de medidas de desburocratização e de redução dos custos de contexto a concluir em 2020	[5;7]	9	5	100%

De acordo com o estipulado na Lei do Orçamento de Estado para 2020, a DGAE inscreveu no QUAR um indicador relativo às medidas de simplificação administrativa e de modernização do Estado previstas no programa «SIMPLEX» e que lhe estavam atribuídas.

Em 2020, a DGAE tinha, assim, a responsabilidade pelo desenvolvimento e implementação das seguintes medidas<sup>3</sup>:

<sup>3</sup> No QUAR para 2020 apenas foram incluídas duas medidas enquadradas no programa SIMPLEX, porque das que estavam aprovadas eram aquelas em que se previa a realização de atividades. No entanto, há ainda a assinalar o seguinte:

- Medida #232 – “Atendimento aos consumidores e às empresas + Simples”, a qual tem como objetivo o desenvolvimento e a disponibilização de um *Chat Bot* (plataforma de inteligência artificial), para resposta automática, 24 horas por dia, durante todos os dias do ano, relativamente a questões frequentemente colocadas pelas empresas e pelos consumidores;
- Medida #226 – “Desmaterialização dos Certificados de Atividade Profissional”, a qual tem como objetivo a simplificação e a desmaterialização, através do Balcão do Empreendedor, do procedimento de emissão de atestados comprovativos do exercício da atividade profissional, relativamente às CAE 05 a 43;

Foi atingida a meta para o **indicador 5**, que mede a percentagem de execução das atividades dos projetos SIMPLEX, uma vez que, das 7 atividades que faltava completar nesses dois projetos, foram concluídas 4, duas em cada projeto, o que representa uma taxa de execução de 57%, situando-se no intervalo previsto entre os 50% e os 70%.

Ainda no âmbito do objetivo 2, e com vista a simplificar a atuação dos agentes económicos, a DGAE comprometeu-se também a concluir, durante o ano de 2020, conforme estabelecido no **indicador 6**, medidas de desburocratização e de redução dos custos de contexto, tendo concluído as seguintes:

- Foi disponibilizado no Balcão do Empreendedor (*Portal ePortugal*) o formulário das *Meras Comunicações Prévias* (MCP) para as CAE secundárias, de forma a permitir aos agentes económicos o seu registo, o que não era possível quando a CAE principal não se enquadrava no Decreto-Lei n.º 10/2015 (regime jurídico das atividades de comércio serviços e restauração).

- 
- Na Medida #225 - Lojas com História, realizou-se uma atividade que inicialmente não estava prevista, ou seja, disponibilizou-se na plataforma Inventário Nacional | Comércio com História o *eBook* desenhado pelos *Urban Sketchers*;
  - A Medida #8 Mapa CSR: operacionalização do Mapa do Comércio, Serviços e Restauração foi aprovada em junho, no âmbito de uma candidatura SAMA, razão pela qual não estava prevista no QUAR, e contratualizada em outubro, não tendo sido possível realizar qualquer atividade, atendendo à necessidade de articulação com a Autoridade Tributária a interconexão da informação necessária.

- Foi disponibilizado, no Balcão do Empreendedor, a pedido da Direção-Geral da Alimentação e Veterinária, um novo formulário para incluir a atividade de comércio por grosso de produtos não especializados, incluindo produtos alimentares, bebidas e tabaco, com duas opções: disponibilização de MCP se os produtos não exigirem temperatura controlada e disponibilização de autorização se os produtos exigirem temperatura controlada.
- Foi disponibilizado, também através do Balcão do Empreendedor, um dístico (Selo Saudável & Seguro) para as empresas de eventos e congressos, no cumprimento das Regras de Boas Práticas de Segurança e Higiene da DGS, na sequência da pandemia da COVID-19.
- Procedeu-se à desmaterialização, no Balcão do Empreendedor, do procedimento de pedido de autorização de introdução no mercado de Novos Produtos do Tabaco.
- Foi concluído o estudo de diagnóstico para a proteção e dinamização das Artes e Ofícios Tradicionais, que procedeu ao seu enquadramento e caracterização, identificando constrangimentos, propondo soluções e medidas de apoio para o setor, incluindo um sistema de incentivos.

Com a realização destas cinco atividades, foi cumprida a meta prevista para o indicador 6.

### Quadro IV – Resultados dos indicadores do Objetivo 3

O3. Contribuir para a melhoria do desenvolvimento das atividades económicas				Peso: 35%
<i>Indicadores</i>	Meta	Valor Crítico	Resultado	Taxa de Realização
Ind. 7 - N.º de propostas de formulação e avaliação da execução de políticas públicas apresentadas	[13;15]	19	19	125%
Ind. 8 - N.º de sessões de informação e capacitação junto de agentes económicos e de interlocutores institucionais	[10;12]	15	15	125%

A DGAE, tendo em conta suas competências, pode contribuir decisivamente para a melhoria do desenvolvimento das atividades económicas portuguesas. Por este motivo, foi assumido como objetivo operacional da DGAE, para o ano de 2020, *contribuir para a melhoria do desenvolvimento das atividades económicas*, para o qual foram definidos dois indicadores.

Analisando os resultados alcançados nesses dois indicadores, é possível verificar que ambos alcançaram uma taxa de realização de 125%, visto que as metas definidas para esses indicadores foram superadas e atingiram o valor crítico. Neste sentido, é possível afirmar que este objetivo não só foi atingido, mas superado.

Uma das formas de medir este contributo é através da apresentação de propostas de formulação e/ou avaliação da execução de políticas públicas nas diversas áreas de intervenção da DGAE. A medição deste contributo é feita com base no **indicador 7**, que mede o número de propostas efetuadas em 2020. Como referido, o resultado alcançado superou a meta definida, já que foram apresentadas 19 propostas, acima das 14 previstas inicialmente, tendo atingido o valor crítico definido para este indicador:

1. Proposta de criação de uma estrutura nacional de governação das representações no domínio da transição digital;
2. Regulamentação da Lei n.º 77/2019;

3. Proposta de Implementação do Regulamento (UE) 2019/515 relativo ao Reconhecimento Mútuo;
4. Despacho n.º 5615/2020, de 11 de maio, que altera as licenças para a gestão de um sistema integrado de resíduos de embalagens;
5. Implementação e Disponibilização do “Selo Saudável e Seguro”;
6. Agenda para a Competitividade do Comércio;
7. Despacho Conjunto de atualização intercalar extraordinária da prestação financeira da SOGILUB;
8. Proposta de diploma de execução nacional do Regulamento (UE) 2018/1807 relativo a um regime para o livre fluxo de dados não pessoais na União Europeia;
9. Proposta de definição de políticas públicas no domínio das fileiras florestais em Portugal, materializada no documento “FILEIRAS FLORESTAIS E ECONOMIA CIRCULAR – Diagnóstico e Propostas de Atuação”;
10. *Digital Innovation Hubs* - proposta de manifestação de interesse (aviso e regras de acesso) e atuação futura;
11. Proposta de Regulamento e aviso do processo de reconhecimento dos Polos de Inovação Digital e de acesso à Rede Europeia;
12. Implementação e disponibilização da iniciativa “Natal 2020”;
13. Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro, que aprova o regime geral da gestão de resíduos, o regime jurídico da deposição de resíduos em aterro e altera o regime da gestão de fluxos específicos de resíduos, transpondo as Diretivas (UE) 2018/849, 2018/850, 2018/851 e 2018/852;
14. Proposta de alteração da Lei n.º 76/2019, de 2 de setembro de 2019 (que determina a não utilização e não disponibilização de louça de plástico de utilização única nas atividades do setor de restauração e/ou bebidas e no comércio a retalho);
15. Proposta de Transposição do Artigo 5.º da Diretiva (UE) 2019/904 (Diretiva SUP), relativa à redução do impacto de determinados produtos de plástico no ambiente;
16. Proposta de Representação nacional: Constituição do Fórum Industrial, iniciativa da Comissão Europeia no âmbito da nova estratégia industrial europeia e que sucede ao Fórum Estratégico IPCEI;

17. Proposta de revisão do Sistema de Preferências Generalizadas;
18. Proposta e enquadramento do Regulamento Instrumento de Mercados Públicos;
19. Proposta *Screening* de investimento e revisão do Decreto-Lei n.º 138/2014.

A partilha de informação e a capacitação acerca das temáticas trabalhadas pela DGAE é outra das formas de alcançar este objetivo. Por esta razão, a DGAE realiza sessões de informação junto dos agentes económicos e de capacitação junto de interlocutores institucionais. O **indicador 8** permite verificar que o resultado alcançado superou o inicialmente previsto, uma vez que se realizaram 15 sessões e não apenas as 11 que foram planeadas. As sessões realizadas em 2020 foram as seguintes:

1. Sessão de Informação aos Mediadores Espaço Empresa - Sessão Espaço Empresa;
2. Sessão de Informação aos Mediadores Espaço Empresa - Sessão Espaço Empresa - Formação de Mediadores e IAPMEI realizada em 10 de fevereiro;
3. Sessão sobre os "Acordos Comerciais da UE: oportunidades e benefícios para Portugal – Canadá, Coreia do Sul e Japão";
4. Brexit - Seminário Diplomático;
5. *Webinar* sobre o BREXIT e as "Exportações para o Reino Unido";
6. Apresentação e debate sobre a "Criação da Rede de *Digital Innovation Hubs*";
7. *Workshop* Temático "Os desafios legislativos para o plástico";
8. *Workshop* - Debate sobre a iniciativa da Rede Nacional de *Digital Innovation Hubs*;
9. "*Revitalising Retail 2020 Workshop*";
10. Sessão de Informação aos Mediadores Espaço Empresa - Sessão Espaço Empresa - Formação de Mediadores e IAPMEI realizada em 16 de outubro;
11. *Workshop* Temático "Revisão do UNILEX" (regimes jurídicos relativos à gestão dos vários fluxos de resíduos abrangidos pelo princípio da responsabilidade alargada do produtor);
12. *Workshop* Temático "Prevenção do Desperdício Alimentar";
13. *Webinar* sobre o "BREXIT: Oportunidades e Desafios para as PME", realizado em 29 de outubro;
14. *Webinar*: "Trabalhar com o Reino Unido a partir de 1 de janeiro de 2021";

15. *Webinar* sobre o "BREXIT: Oportunidades e Desafios para as PME", realizado em 25 de novembro.

## OBJETIVOS DE EFICIÊNCIA

### Quadro V – Resultados dos indicadores do Objetivo 4

O4. Garantir os prazos de resposta às solicitações dirigidas à DGAE				Peso: 100%
<i>Indicadores</i>	Meta	Valor Crítico	Resultado	Taxa de Realização
Ind. 9 - % de pareceres relevantes emitidos dentro do prazo	[94%;98%]	100%	99%	121%
Ind. 10 - % de solicitações respondidas com carácter substantivo dentro do prazo	[94%;98%]	100%	99%	121%

Uma das áreas de trabalho mais importantes da DGAE é a resposta às diversas solicitações, que podem ser pedidos de emissão de pareceres técnico-jurídicos e/ou solicitações que são dirigidas a serviços específicos. Por esta razão, *garantir os prazos de resposta às solicitações dirigidas à DGAE* foi definido como objetivo para 2020, visto que é importante assegurar que os prazos de resposta, muitas vezes curtos, são cumpridos.

Este objetivo foi alcançado, uma vez que ambos os indicadores definidos para medir a sua concretização foram superados, registando taxas de realização de 121% nos dois casos.

Relativamente ao **indicador 9**, é possível verificar que a percentagem de pareceres relevantes emitidos dentro prazo foi de 99%, acima da meta definida. Dos 811 pedidos de parecer recebidos em 2020, 805 foram respondidos dentro do prazo.

Quanto ao **indicador 10**, que mede o número de solicitações respondidas com carácter substantivo dentro do prazo, o resultado alcançado foi, como referido, acima da meta definida,

já que 99% dessas solicitações foram respondidas atempadamente (das 2604 solicitações feitas em 2020, 2587 foram respondidas dentro do prazo).

## OBJETIVOS DE QUALIDADE

**Quadro VI – Resultados do indicador do Objetivo 5**

O5. Melhorar as competências da DGAE e a qualidade dos serviços prestados				Peso: 50%
<i>Indicadores</i>	Meta	Valor Crítico	Resultado	Taxa de Realização
Ind. 11 - N.º de ações realizadas pela DGAE em colaboração com a Academia e com outras entidades	[4;6]	8	4	100%
Ind. 12 - Grau de satisfação dos/as utilizadores/as que solicitam esclarecimentos no âmbito do RJACSR	[2,7;3,3]	5	4,6	120%

A melhoria contínua das competências dos recursos humanos da DGAE e da qualidade dos serviços prestados por esta Direção-Geral são fatores fundamentais para a melhoria dos serviços prestados pela DGAE. Neste sentido, foi definido como objetivo *melhorar as competências da DGAE e a qualidade dos serviços prestados*.

Com base nos resultados verificados nos dois indicadores identificados para este objetivo, é possível concluir que o mesmo foi alcançado, tendo em conta que um dos indicadores obteve uma taxa de realização de 100% e o outro uma taxa de 120%, superando a meta prevista.

Em termos do **indicador 11**, que mede o número de ações (por exemplo, *workshops, webinars*) que se realizam em colaboração com a Academia e outras entidades com o propósito de melhorar as competências dos trabalhadores da DGAE, foram realizadas as 4 ações previstas inicialmente:

1. *Workshop: “e-Commerce e as PME”;*

2. *Workshop*: “Reutilização na ida à loja: desafio ou barreira?”;
3. *Info-Day* sobre *European Digital Innovation Hubs* (DIHs) + *Workshop* de discussão sobre a iniciativa da rede nacional de DIHs;
4. *Webinar*: "Caminho para a Presidência: O roteiro da PPUE2021 na área económica".

A satisfação dos utilizadores relativamente aos esclarecimentos que recebem por parte da DGAE sempre que os solicitam é o que se pretende medir com o **indicador 12**. Nesse sentido, foi elaborado e implementado um inquérito de satisfação a todos os utilizadores que solicitaram esclarecimentos à DGAE, relacionados com a área do Comércio, Serviços e Restauração. Desta forma, é possível não só verificar o nível de satisfação desses utilizadores, como identificar ações de melhoria que permitam aumentar esse nível de satisfação.

Este inquérito foi implementado através do envio de uma hiperligação no correio eletrónico de resposta a essas solicitações. Nesse inquérito, os inquiridos tiveram oportunidade de classificar o seu grau de satisfação numa escala de 1 a 5, em que 1 significa “muito insatisfeito” e 5 “muito satisfeito”. Como se pode verificar, o resultado alcançado superou a meta prevista, já que o grau de satisfação registado foi de 4,6.

### Quadro VII – Resultados dos indicadores do Objetivo 6

O6. Adotar medidas de apoio aos/às trabalhadores/as que facilitem a conciliação da vida profissional, familiar e pessoal				Peso: 50%
<i>Indicadores</i>	Meta	Valor Crítico	Resultado	Taxa de Realização
Ind. 13 - Taxa de trabalhadores/as com horário flexível	[65%;75%]	100%	73%	100%
Ind. 14. - N.º de parcerias estabelecidas com empresas ou organizações para que os trabalhadores/as beneficiem de condições mais favoráveis	[3;5]	8	4	100%

A conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal dos trabalhadores é fundamental para assegurar que as necessidades destes são satisfeitas e que, assim, a qualidade do trabalho realizado é melhorada. Esta é considerada uma prioridade da DGAE, daí que *adotar medidas de apoio aos trabalhadores que facilitem a conciliação da vida profissional, familiar e pessoal* foi assumido como um objetivo para 2020.

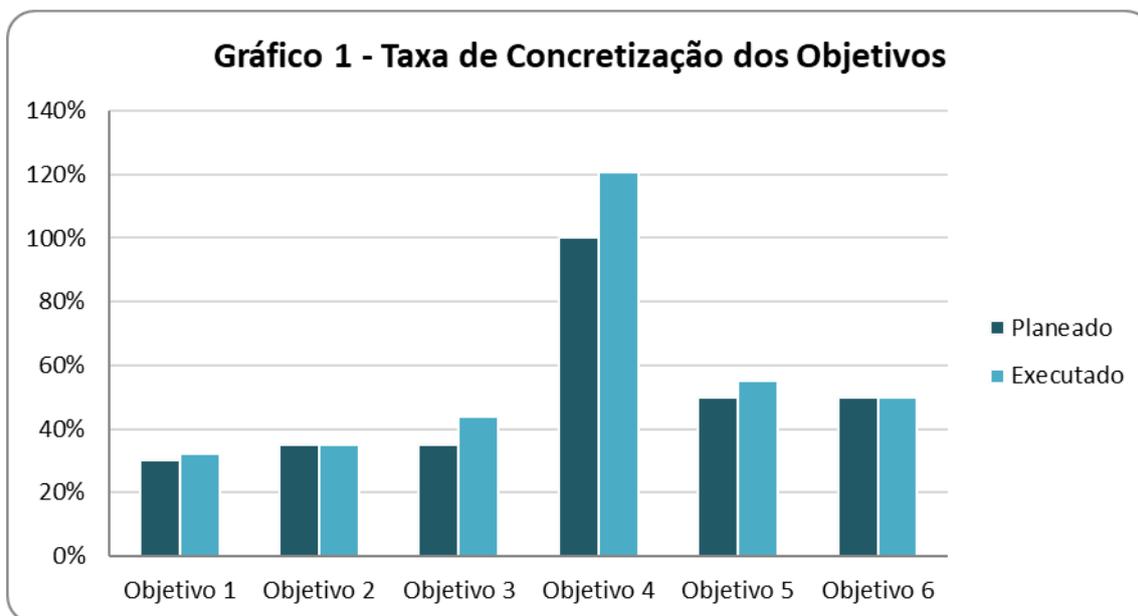
Conforme se pode confirmar no quadro VII, este objetivo foi alcançado, já que os dois indicadores criados para medir a sua concretização registam taxas de realização de 100%.

Uma das medidas que podem ser implementadas neste contexto é a adoção da modalidade de horário flexível de trabalho. O **indicador 13** mede a taxa de trabalhadores da DGAE que possuem horário flexível de trabalho. A meta prevista foi alcançada, já que, em 2020, foram 73%, os trabalhadores que usufruíram desta modalidade de horário de trabalho.

O **indicador 14** mede o número de parcerias que são estabelecidas com diversas empresas ou organizações, de forma a permitir que os trabalhadores da DGAE beneficiem de condições mais favoráveis aquando da utilização dos serviços prestados por estas. Em 2020, o resultado alcançado foi de 4.

### 2.1.2. Resultados dos objetivos e dos parâmetros

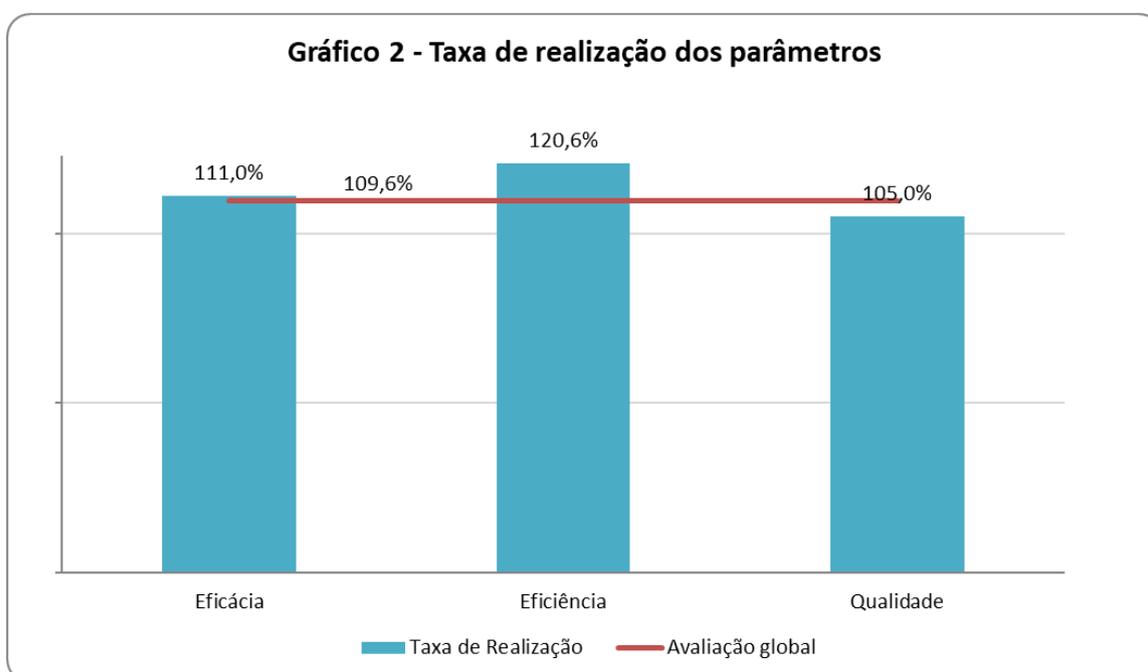
Com base na taxa de realização dos indicadores, foram calculadas as taxas de concretização de cada um dos objetivos (ilustradas no gráfico 1), verificando-se que os resultados dos objetivos 2 e 6 foram atingidos (sendo ambos objetivos relevantes) e os resultados do objetivo 1 e dos objetivos 3 a 5 foram superados (sendo os objetivos 3 e 5 igualmente relevantes) como é observável no gráfico.



No que diz respeito à taxa de concretização dos parâmetros “eficácia, eficiência e qualidade”, podemos constatar no quadro VIII e no gráfico 2 que a mesma ultrapassou nos três casos o que havia sido planejado.

### QUADRO VIII - Avaliação global do serviço

	Eficácia	Eficiência	Qualidade
Planeado	50,0%	10,0%	40,0%
Executado	55,5%	12,1%	42,0%
Avaliação global	109,6%		



Conclui-se da autoavaliação que, dos 14 indicadores do QUAR, foram atingidas as metas de 8 deles e nos restantes 6 as metas foram ultrapassadas. Como tal, os objetivos previstos no QUAR foram atingidos ou superados, dando origem a uma taxa de concretização global de 109,6% (conforme quadro VIII), acima dos 108,7% alcançados em 2019.

Sublinhe-se que foram realizadas muitas outras atividades, como será detalhado no ponto seguinte deste relatório que, apesar de não contribuírem diretamente para a avaliação quantitativa destes objetivos, foram essenciais para o desempenho positivo dos serviços.

## 2.2 Análise dos desvios relativamente aos recursos

### 2.2.1. Recursos Humanos

O quadro IX contém informação sobre os recursos humanos existentes na DGAE no final do ano de 2020, por carreiras ou cargos dirigentes, e compara os dados apurados com os previstos e com os registados no final do ano anterior.

Relativamente aos 129 postos de trabalho aprovados no mapa de pessoal, número considerado indispensável para o cabal desempenho das atribuições da DGAE, verificou-se que estavam preenchidos 99 postos de trabalho, ou seja, menos 23% do que o previsto no mapa de pessoal. Como se pode verificar, é nos quadros técnicos que esse desvio é mais acentuado (-31%), porque é nesse grupo que tem sido mais difícil o recrutamento de recursos humanos com o perfil técnico pretendido para as diferentes áreas de atuação da DGAE.

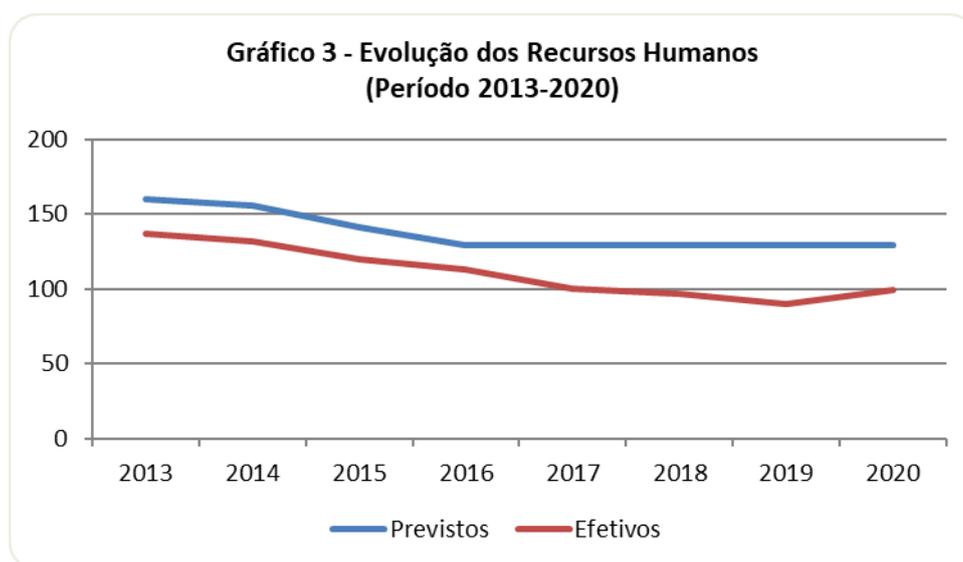
**QUADRO IX – Recursos Humanos**

Grupo de Pessoal Cargo/Carreira	Planeados (QUAR)	Efetivos (31-12-2020)	Desvio	
			Planeado	2019
Direção Superior	2	2	0	0
Direção intermédia	18	18	0	2
Técnico Superior (*)	81	56	-25	9
Assistente Técnico (**)	21	18	-3	-2
Assistente Operacional	7	5	-2	0
<b>Total</b>	<b>129</b>	<b>99</b>	<b>-30</b>	<b>9</b>

(\*) - Inclui especialistas de informática

(\*\*) - Inclui técnicos de informática

No entanto, em 2020 conseguiu-se inverter a tendência verificada nos 7 anos anteriores, em que se verificou um decréscimo sucessivo do número de trabalhadores, como se pode constatar no gráfico 3. Com efeito, no final de 2020, houve um aumento de 10% no número total de trabalhadores em relação ao período homólogo de 2019. E foi precisamente ao nível dos técnicos superiores que se verificou a maior subida, com um acréscimo de 19%.



Resulta, assim, que o saldo das entradas e saídas de trabalhadores foi positivo, tendo-se verificado uma taxa de reposição de 153%<sup>4</sup>. Verificou-se a saída de 17 trabalhadores, com a seguinte distribuição: 31% em regime de mobilidade interna, 11% para aposentação e 54% noutras situações<sup>5</sup>. Por outro lado, registou-se a entrada de 26 trabalhadores, sendo de salientar 50% por mobilidade interna, 11,5% em comissão de serviço, 7,7% por concurso e 30,8% noutras situações<sup>6</sup>.

<sup>4</sup> Os números das entradas e saídas de trabalhadores aqui indicados correspondem aos do Balanço Social. A taxa de reposição é positiva quando é superior a 100% (quando se verificam mais entradas do que saídas de trabalhadores) e negativa quando é inferior a 100%.

<sup>5</sup> O Balanço Social não discrimina as outras situações (como seja, licenças sem vencimento, comissões de serviço em lugares de chefia ou funções em Gabinetes de membros do Governo), o que seria importante para se ter uma noção mais precisa dos motivos que levam à saída de trabalhadores.

<sup>6</sup> Tal como no caso das saídas de trabalhadores, também nos trabalhadores admitidos não é possível identificar em pormenor todas as modalidades de vinculação já que um grupo significativo é incluído nas "outras situações".

Continua a verificar-se uma elevada rotatividade de trabalhadores, medida pelo índice de rotatividade, que se situou nos 75%<sup>7</sup>. Mesmo assim, em 2020, houve uma melhoria no índice de rotatividade, contrariando a tendência verificada nos últimos anos, principalmente no ano anterior. Essa rotatividade, caracterizada pelo número significativo de entradas e saídas de trabalhadores, tem consequências contraproducentes nos serviços a vários níveis: perda de conhecimento adquirido, custos (diretos e indiretos) associados aos processos de substituição de trabalhadores, tempo necessário para adaptação e formação dos novos trabalhadores até que consigam adquirir o conhecimento necessário.

### 2.2.2. Recursos Financeiros

Como se pode verificar no quadro X, o orçamento inicial da DGAE para 2020 ascendia a 6.547.952 €, no qual se incluíam 6 projetos<sup>8</sup> no âmbito do COMPETE 2020, com um valor global de 839.513 € (13% do total do orçamento), em que 369.183 € correspondiam a financiamento nacional e os restantes 470.330 € a financiamento da UE.

A taxa de execução global do orçamento foi de, aproximadamente, 70%, idêntica à verificada no ano anterior (cf. quadro XI). A rubrica com uma taxa de execução mais reduzida foi a das aquisições de bens de capital, na ordem dos 27%, que englobava a totalidade das verbas dos referidos projetos, que tiveram uma baixa execução (apenas 20%), devido essencialmente aos seguintes motivos:

- Necessidade de prorrogar para 2021 a conclusão do projeto de “Avaliação das Políticas Públicas de regulamentação das atividades de Comércio Serviços e Restauração”, na sequência de atrasos decorrentes do surgimento da pandemia provocada pela

---

<sup>7</sup> A fórmula de cálculo do índice de rotatividade (ou de mobilidade) é dada pela expressão:

$$\frac{\text{Total de efetivos em 31 de dezembro}}{\text{Total inicial de efetivos + entradas + saídas}} \times 100$$

A rotatividade será, assim, maior quanto mais próximo de 0% e menor quanto mais próximo de 100%.

<sup>8</sup> Se considerarmos as verbas do projeto de gestão documental, poderemos considerar com sendo 7 projetos.

COVID-19, sendo que o pagamento só será efetuado no final do prazo de entrega do estudo, ou seja, em 2021;

- Desistência do projeto “AI2A – Avaliação de Impacto e Inteligência Artificial”, quer por atrasos já verificados no processo de contratação de serviços (por falta de fundos disponíveis, como à frente será explicado), mas também devido ao surgimento da pandemia da COVID-19 e à necessidade de a DGAE recentrar as prioridades da sua ação, no sentido de mitigar, no âmbito das suas competências, todos os efeitos nefastos da pandemia junto do tecido económico nacional;
- Adiamento e consequente reprogramação do projeto “Plataforma de suporte ao Mapa de Comércio, Serviços e Restauração”, uma vez que a DGAE não dispunha e estava dependente de informação essencial por parte da Autoridade Tributária para iniciar o projeto.

#### Quadro X - Estrutura da despesa em 2020

Unidade: Euro

GRUPOS DE DESPESA	2020							
	Inicial		Disponível		Executado		Taxa de execução	Desvio
	Valor	%	Valor	%	Valor	%		
Despesas com pessoal	4 602 346	70,29%	4 602 346	71,08%	3 528 284	77,93%	76,66%	1 074 062
Aquisição de bens e serviços	1 058 158	16,16%	969 026	14,97%	754 528	16,67%	77,86%	214 498
Transferências correntes	4 142	0,06%	4 280	0,07%	4 280	0,09%	100,00%	0
Outras despesas correntes	11 493	0,18%	2 500	0,04%	0	0,00%	0,00%	2 500
Aquisições de bens de capital	871 813	13,31%	896 650	13,85%	240 331	5,31%	26,80%	656 319
<b>Total</b>	<b>6 547 952</b>	<b>100,00%</b>	<b>6 474 802</b>	<b>100,00%</b>	<b>4 527 423</b>	<b>100,00%</b>	<b>69,92%</b>	<b>1 947 379</b>

Fonte: SGE

A rubrica que, em termos absolutos, teve um desvio mais significativo relativamente ao orçamento disponível foi a das despesas com pessoal, com cerca de 1,074 milhões de euros, até por ser a rubrica com maior peso em termos orçamentais, correspondendo a uma execução de 77%. Esta baixa execução ficou a dever-se ao facto de a Secretaria-Geral da Economia, entidade que no âmbito da prestação centralizada de serviços assegura a execução orçamental da DGAE, ter referido, ao longo do ano, que estava condicionada a utilização das dotações orçamentais

dos vários agrupamentos das despesas com pessoal, por força do decreto de execução orçamental<sup>9</sup>, impedindo, assim, o cabimento e o conseqüente recrutamento de mais efetivos para o quadro de pessoal, conforme previsto.

#### Quadro XI – Comparação do orçamento disponível e executado entre 2019 e 2020

Unidade: Euro

GRUPOS DE DESPESA	Díspõnível		Executado	
	Desvio (2020-2019)	%	Desvio (2020-2019)	%
Despesas com pessoal	35 815,00	0,78%	-4 719,58	-0,13%
Aquisição de bens e serviços	110 407,00	12,86%	108 695,89	16,83%
Transferências correntes	-45 987,00	-91,49%	-45 986,56	-91,49%
Outras despesas correntes	-3 988,00	-61,47%	-1 236,00	-100,00%
Aquisições de bens de capital	117 261,00	15,05%	99 268,00	70,37%
<b>Total</b>	<b>213 508,00</b>	<b>3,41%</b>	<b>156 021,75</b>	<b>3,57%</b>

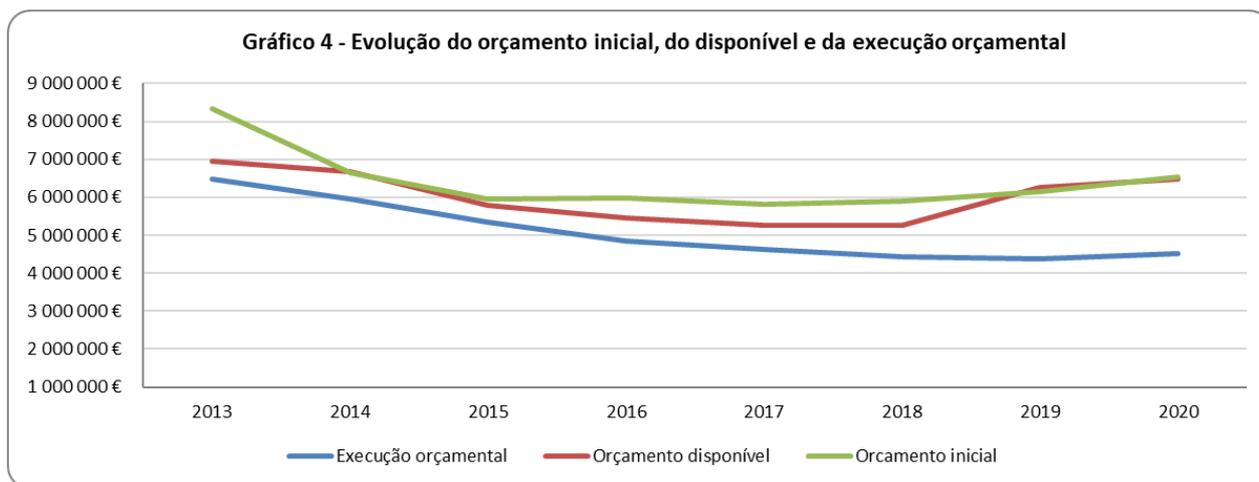
Fonte: SGE

Também as aquisições de bens e serviços tiveram uma execução inferior ao previsto (situando-se nos 78%), embora 13% superior à verificada em 2019. Para essa reduzida execução contribuiu a aplicação de cativos, no montante de 271.260 €, representado 26% do orçamento inicial deste agrupamento. Essa situação só viria a ser, em parte, desbloqueada com o despacho da Secretária de Estado do Orçamento, de 4 de dezembro de 2020, que autorizou a descativação parcial do agrupamento 02 (aquisição de bens e serviços), em receitas de impostos, no montante de 100 mil euros. Também o efeito da pandemia se fez sentir no caso específico das deslocações, que deixaram de ser realizadas desde meados de março, com reflexos na execução do contrato de aquisição de serviços de viagens e alojamento, que registou uma taxa de execução de apenas 14,7%<sup>10</sup>, sendo que esse contrato é o segundo com maior peso no agrupamento das aquisições de bens e serviços. A rubrica com maior peso é a da renda do edifício onde está instalada a

<sup>9</sup> Art.º 15.º do Decreto-Lei n.º 84/2019.

<sup>10</sup> Em relação ao orçamentado, ficaram por executar cerca de 98 mil euros.

DGAE, representando 49% do orçamento inicial das aquisições de bens e serviços, a qual teve uma taxa de execução elevada, de 99,8%.



Outro fator que condicionou uma taxa de execução global superior à verificada teve a ver, de acordo também com a informação periodicamente transmitida pela Secretaria-Geral da Economia, com a insuficiente libertação, por parte do Ministério das Finanças, de fundos disponíveis financiados por receitas de impostos, que impossibilitou, em devido tempo, o compromisso integral dos contratos que se encontravam em execução, bem como à abertura de novos procedimentos aquisitivos e respetivas adjudicações, incluindo dos projetos cofinanciados no âmbito do COMPETE 2020.

## *2.3 Atividades desenvolvidas, previstas e não previstas no Plano de Atividades*

O Plano de Atividades da DGAE para 2020 define o conjunto de atividades a ser realizadas pelas diversas unidades orgânicas desta Direção-Geral necessárias para a prossecução dos respetivos objetivos.

Para além destas atividades, houve necessidade de se realizar outras atividades, não planeadas inicialmente, de forma a responder a solicitações de diversa índole ou a orientações efetuadas pela Tutela. A maior parte destas atividades enquadram-se nos objetivos definidos no referido Plano de Atividades. As restantes atividades apesar de não contribuírem diretamente para esses objetivos, foram essenciais para o desempenho das Unidades Orgânicas.

O presente capítulo procede à análise dos resultados alcançados em 2020 através da aferição dos níveis de realização destas atividades, planeadas e não planeadas.

### *2.3.1. Atividades desenvolvidas pelas Unidades Orgânicas*

Nos quadros seguintes apresenta-se, por Unidade Orgânica, uma síntese das atividades realizadas em 2020, bem como as autoavaliações realizadas pelas respetivas unidades orgânicas. O nível de realização das diferentes atividades é classificado de acordo com a seguinte legenda:

- R - Realizada
- NR - Não realizada
- T - Transferida para outra Unidade Orgânica ou para o ano seguinte

**QUADRO XII**  
**ATIVIDADES PREVISTAS E REALIZADAS PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS DO COMÉRCIO, SERVIÇOS E RESTAURAÇÃO (DCSR)**

Matriz de objetivos e atividades da DCSR									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
1	[01] Reforçar a coordenação dos assuntos europeus e internacionais do METD e garantir a representação da DGAE nas estruturas nacionais e internacionais	20%	11	Taxa de Participação em reuniões planeadas (QUAR DGAE - Ind 1)	[80%-90%]	50%	Assegurar participação ou preparação de reuniões planeadas - Mercado Interno de Serviços.	R	Todas as reuniões do GT da Diretiva Serviços foram realizadas. Todas as reuniões tidas com autoridades competentes e AMA/DGERT no contexto do procedimento de infração foram realizadas.
							Assegurar a participação da DGAE na Plataforma de Acompanhamento das Relações da Cadeia Agroalimentar (PARCA).	R	Foram elaborados os documentos de suporte para a Reunião Plenária da PARCA – Plataforma de Acompanhamento das Relações da Cadeia Alimentar realizada no dia 10 de julho, com a participação do Senhor Ministro de Estado, Economia e Transição Digital, da Senhora Ministra da Agricultura, do Senhor Secretário de Estado do Comércio, Serviços e da Defesa do Consumidor e do Senhor Secretário de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural.

Matriz de objetivos e atividades da DCSR									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Assegurar a representação da DGAE na Comissão Consultiva para a Certificação de Produtos Tradicionais (CCCPAT).	R	Foi feita a apreciação dos pedidos de certificação das produções tradicionais das Rendas de Bilros de Peniche. Apreciado o Caderno de Especificações do Estanho Artístico de Bodiosa (Câmara Municipal de Viseu) para certificação desta produção.
							Assegurar a representação da DGAE no Conselho Superior de Estatística.	T	Não foram realizadas reuniões em 2020, pois o INE não convocou.
							Assegurar a representação da DGAE no Conselho Consultivo de Ourivesaria.	R	A DGAE assegurou a participação na 8.ª reunião do Conselho Consultivo de Ourivesaria - Plano de reabertura das Contrastarias.
							Assegurar a representação da DGAE no Grupo de Trabalho Recomendações para Alteração do RJOC.	R	A DGAE esteve presente nas duas reuniões realizadas em 2020, do GT Alteração do RJOC.
							Assegurar a representação da DGAE no Grupo de Trabalho Branqueamento de Capitais.	T	Este GT não reuniu em 2020, pois a INCM não convocou.

Matriz de objetivos e atividades da DCSR									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Assegurar a representação da DGAE na Comissão de Acompanhamento do Protocolo entre os MF, MS, ME e a APIFARMA.	T	Esta Comissão não reuniu em 2020. Por email, de 17-11-2020, a Sr.ª Diretora-Geral da DGAE indicou ao GSECSDC a Dr.ª Anabela Silva (DSPE) como representante da DGAE nesta Comissão, tendo transitado para a competência da DSPE.
							Assegurar a representação da DGAE nos Conselhos Setoriais para a Qualificação.	R	Foram enviados à ANQEP (Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional) contributos para a UFCD (unidades de formação de curta duração) Segurança e Saúde no Trabalho - situações epidémicas/pandémicas, bem como para a UFCD Teletrabalho.

Matriz de objetivos e atividades da DCSR									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Assegurar a representação da DGAE no <i>Steering Committee</i> do Espaço Empresa.	R	Foram ministradas aos Mediadores de Atendimento do Espaço Empresa (IAPMEI) duas ações de formação - em Lisboa e no Porto - sobre o Regime Jurídico de Acesso e Exercício de Atividades de Comércio, Serviços e Restauração (RJACSR). Procedeu-se à Revisão e atualização do Catálogo de Serviços.

Matriz de objetivos e atividades da DCSR									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Assegurar a representação da DGAE nas estruturas nacionais e europeias no âmbito do Mercado Interno de Serviços.	R	Todas as reuniões do GT da Diretiva Serviços foram realizadas bem como a articulação e colaboração necessária para efeitos da representação de Portugal, através da DGAE e da Câmara Municipal de Lisboa, no workshop "Revitalising Retail 2020", promovido pela Direção-Geral para o Mercado Interno, Indústria, Empreendedorismo e PME (DG GROW), onde foram abordados os temas da revitalização do retalho em virtude dos constrangimentos provocados pela pandemia COVID 19 , tendo a DGAE apresentado o projeto do Selo Saudável & Seguro.

Matriz de objetivos e atividades da DCSR									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Assegurar a representação da DGAE nas Conferências Procedimentais de acompanhamento dos planos de urbanização e dos planos de pormenor, nos termos do art.º 86.º do DL 80/2015, de 14 de maio (Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial).	R	A DGAE, na sequência da sua participação na elaboração do PNPOT (Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território), participou na reunião do GT Fórum Intersetorial PNPOT - Sistemas Urbano e Económico
							Assegurar o funcionamento da Comissão de Investimentos (CI) do Fundo de Modernização do Comércio (FMC) e participar no Grupo de Trabalho Comércio Investe.	R	A DGAE participou numa reunião com GSECSDC sobre novas medidas de incentivos para o comércio no âmbito do Comércio Investe.
							Assegurar a representação da DGAE no Grupo de Trabalho de reavaliação do Regime legal das Autorizações de Laboração Contínua.	T	Este GT, constituído em 2020, não chegou a reunir, tendo sido unicamente indicada a representação da DGAE.

Matriz de objetivos e atividades da DCSR									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Assegurar participação em equipas de trabalho conjuntas com a AMA na disponibilização e melhoria dos conteúdos relativos à atividade de comércio, serviços e restauração no Balcão do Empreendedor (BdE.)	R	<p>A DGAE assegurou a articulação com a AMA, DGERT e diversas autoridades competentes relativamente à Desmaterialização de Serviços: Levantamento Global. A DGAE assegurou a articulação com a AMA e o Turismo de Portugal: RNAL e Restauração – selo de qualidade.</p> <p>A DGAE assegurou a articulação com a AMA e a GFI, para integração da gestão documental da DGAE com o BdE: fluxo das Autorizações Conjuntas.</p>
							Assegurar a representação da DGAE no Observatório dos Serviços [Fórum Serviços - Confederação do Comércio e Serviços de Portugal-CCP].	R	Celebração de Protocolo de parceria entre a CCP e a DGAE para a criação do Observatório sobre "Os Serviços, a Competitividade Urbana e a Coesão Territorial".

Matriz de objetivos e atividades da DCSR									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
			12	Taxa de recomendações de atuação relevantes apresentadas (QUAR DGAE - Ind 2)	[10%-20%]	23%	Efetuar propostas de recomendações relevantes, decorrentes da participação em Grupos de Trabalho, Conselhos Setoriais e de Acompanhamento e de reuniões no âmbito do Mercado Interno de Serviços.	R	Foram apresentadas recomendações na sequência do GT da Diretiva Serviços; da cooperação estabelecida entre a DGAE/AMA e DGERT no contexto do procedimento de infração; e do levantamento <i>benchmarking</i> políticas públicas junto de outros Estados Membros.
			13	N.º de reuniões de coordenação organizadas pela DCSR no âmbito das suas competências (QUAR DGAE - Ind 3)	[14-16]	25%	Promover a execução de consultas e articulação com atores nacionais e europeus com impactos no aprofundamento do Mercado Único de Serviços.	R	Foram efetuadas 7 consultas de <i>benchmarking</i> junto dos Estados Membros; várias outras junto de Estados Membros específicos.

Matriz de objetivos e atividades da DCSR									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Promover ações conjuntas com operadores económicos, associações da sociedade civil e outros organismos públicos.	R	Foram realizadas dezassete reuniões com diversos organismos. Foram várias as reuniões neste âmbito: com TdP: Cadastro Comercial   Estatuto PME Líder; com IGOT: INFORMA BD – Mapa CSR; cadastro georreferenciado; com BID-Business Improvement District; com BIAL: preços de medicamentos; com AMA: Desmaterialização de Serviços - Levantamento Global e Procedimento de infração; com DGEG: Balcão Único – levantamento dos serviços desmaterializados e não desmaterializados; com Academia PME do IAPMEI para Webinar Kaizen; com SECSDC: 1) Discussão da Agenda para a Competitividade do Comércio e Serviços; 2) BID - Business Improvement Districts, com CCP e Prof. Herculano Cachinha; com a ASAE: 1) Proposta Formativa “Licenciamento das Atividades Económicas”; 2) Articulação operacional entre a DGAE e

Matriz de objetivos e atividades da DCSR									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
									ASAE; com IAPMEI – atividade de produção de refeições em casa e seu enquadramento no RJACSR ou no SIR III; com GEE: indicadores de comércio; com a DGC para coordenação de troca de informações. A DGAE esteve ainda presente na Reunião Diretiva SUP, com o Gabinete, a APED e a AHRESP e na Reunião do Conselho Consultivo do INFARMED – apresentação do RA 2019, PA 2020 e Plano Estratégico 20-22.
							Promover uma candidatura SAMA com vista à implementação de um Observatório do Comércio.	NR	Atendendo aos custos que o projeto também teria para a CCP não se deu sequência.
			14	Prazo médio para apresentação dos relatórios das reuniões efetuadas nas estruturas internacionais (dias úteis)	5	2%	Apresentar informações de serviço com relatórios das reuniões efetuadas nas estruturas internacionais.	R	Foram apresentadas informações de serviço de todas as reuniões do GT da Diretiva Serviços; <i>workshops</i> da UE e ainda de todas as reuniões de âmbito nacional.

Matriz de objetivos e atividades da DCSR									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
2	[02] Assegurar a implementação de medidas de simplificação e de desburocratização administrativas incluindo as previstas no Programa Simplex	20%	15	% de Execução das Atividades constantes dos projetos incluídos nas Medidas Simplex (QUAR DGAE - Ind 5)	[50%-70%]	50%	Assegurar a execução do projeto SAMA "Chatbot-assistente virtual", Medida Simplex #232 - <i>Atendimento aos consumidores e às empresas + Simples</i> .	R	Para além de três informações de serviço para manifestação de necessidades para o Projeto-Piloto (1.ª Atividade), para Aquisição de serviços de <i>Google Cloud</i> , para a implementação do "Chat-Bot - Projeto-Piloto" (1.ª Atividade) e para a Aquisição de serviços de consultoria técnica para implementação do "Chat Bot - Assistente Virtual", a DGAE realizou dezoito reuniões com a empresa Linkconsulting e/ou a SGE, até à colocação em produção do Chat, a título experimental, em 15 de dezembro.

Matriz de objetivos e atividades da DCSR									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Promover a conclusão da desmaterialização dos Certificados de Atividade Profissional - Medida Simplex #226.	T	Não foi possível concluir a desmaterialização deste procedimento, o qual transita para o 1.º trimestre de 2021. O processo demorou mais do que o previsto, atendendo à necessidade de articulação com a CCP (responsável pelos certificados comprovativos das atividades do comércio e serviços dos empresários) e a ACT (responsável pelos certificados comprovativos das atividades do comércio e serviços, indústria/construção civil dos trabalhadores por conta de outrem). Em 2020, foram efetuados os testes da tramitação e especificações, e a formação dos utilizadores da DGAE nos módulos de pré-produção do BdE. Estão a ser elaboradas as fichas de serviço, para entrada em produção no 1.º trimestre de 2021.

Matriz de objetivos e atividades da DCSR									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Assegurar a conclusão da execução da candidatura SAMA "Artes e Ofícios Tradicionais".	R	Entrega do Relatório Final, em 16 de dezembro de 2020.
			16	N.º de Medidas de desburocratização e de redução de custos de contexto a concluir em 2020 (QUAR DGAE - Ind 6)	[3-5]	40%	Assegurar a conclusão da execução do projeto SAMA "Avaliação das políticas públicas de regulamentação das atividades de comércio, serviços e restauração".	T	Projeto iniciado em 2019. Em 2020, foram realizadas 5 reuniões com a equipa da Universidade NOVA IMS para a Avaliação de Políticas. Foram realizadas 2 reuniões com a Associação de Prestamistas de Portugal e com a Federação dos Feirantes, para discussão do Relatório preliminar sobre estas atividades. Foi feita a 1.ª e a 2.ª Revisão/Comentários ao Relatório de Avaliação de Políticas. Foi feita a apreciação dos ficheiros: Revisão RJACSR, Revisão Feirantes, Revisão Restauração, Revisão Funerárias, Revisão Diamantes, Revisão Leiloeiras, Revisão Prestamistas, "Incertezas" RJACSR, Diamantes, Leiloeiras, Prestamistas, Revisão RJACSR_AP, Prestamistas V2, RJACSR dúvidas, Leiloeiras V2 (com comentários da APLARTE e APDEL), Revisão RJACSR SIMAB,

Matriz de objetivos e atividades da DCSR									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
									Proposta de alteração da Lei 5/2015, Proposta de alteração da Portaria 109/2015, Proposta de alteração Prestamistas Completo, Proposta Alteração Leiloeiras Completo e Proposta Alteração RJACSR Completo V2 (com a compilação de todas as propostas apresentadas, bem como os pareceres/comentários apresentados pela DGAE e pela NOVA IMS). Concluir-se-á em 2021.
							Disponibilizar MCP apenas para a CAE secundária, quando a CAE principal não é abrangida pelo DL 10/2015 - Portal ePortugal.	R	Foi assegurada a devida articulação com a AMA para a disponibilização deste serviço no Portal ePortugal. Já se encontra disponível desde 31-01-2020.
							Enquadrar MCP para atividades sem estabelecimento - Portal ePortugal.	R	Foi assegurada a devida articulação com a AMA para a disponibilização deste serviço no Portal ePortugal. Já se encontra disponível desde 31-01-2020.

Matriz de objetivos e atividades da DCSR									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Criar formulário próprio para declaração de responsável técnico - Funerárias - Portal ePortugal.	R	Já se encontra disponível, na Plataforma ePortugal (Balcão do Empreendedor), o formulário para a comunicação da alteração dos Responsáveis Técnicos Funerários.
			17	Tempo médio de atualização dos conteúdos (dias úteis)	[7-9]	10%	Atualizar e monitorizar a Plataforma "Informação ao Comerciante + Simples", vulgo Área do Comerciante.	R	No ano de 2020, foram publicadas 78 notícias.
							Atualizar e monitorizar a Plataforma "Comunicar ao Consumidor" - Dísticos.	R	Em 2020, esta plataforma foi consultada por 1.526 utilizadores, que emitiram 1.911 painéis e 549 projetos. Os apuramentos solicitados pela Tutela foram efetuados com um prazo médio de 3 dias.

Matriz de objetivos e atividades da DCSR									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Atualizar e monitorizar a Plataforma "Inventário Nacional-Comércio com História (CCH)".	R	Para além da publicação do e-book "Comércio com História (CCH)", foi analisada a Isenção de IMI para envio à AT do CCH Fundão, do CCH Funchal, do CCH Porto, do CCH Coimbra, do CCH Loulé, do CCH Braga e do CCH Lisboa. O inventário de estabelecimentos históricos compreende os municípios de Angra do Heroísmo, Braga, Cascais, Coimbra, Figueira da Foz, Funchal, Fundão, Lisboa, Loulé, Porto e Sintra. A situação, a 31 de dezembro, era a seguinte: Lojas publicadas: 277; Lojas em criação: 4; Lojas em revisão: 16 e Lojas em validação: 2.
3	[03] Contribuir para a melhoria do desenvolvimento das atividades económicas	10%	18	N.º de propostas de formulação e avaliação da execução de políticas públicas apresentadas (QUAR DGAE - Ind 7)	[2-4]	40%	Contribuir para a definição, articulação e dinamização das políticas setoriais relativas ao comércio, serviços e restauração, bem como no âmbito do Mercado Interno de Serviços e no mercado único digital, acompanhando e avaliando a execução das medidas delas decorrentes.	R	Foi elaborado um relatório bilingue sobre a atividade dos arquitetos no mercado interno: <i>drafts</i> de execução nacional de regulamentos UE; transposição da diretiva da Acessibilidade; colaboração na revisão do RJACSR à luz da Diretiva Serviços.

Matriz de objetivos e atividades da DCSR									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Dinamizar uma política pública de informação ao comércio, assente na divulgação da Agenda para a Competitividade do Comércio e num plano de comunicação que inclua uma newsletter periódica sobre temas relevantes para o setor.	R	Foi apresentada ao GSECSDC, em 30-06-2020 e, posteriormente, revista em 05-07-2020. uma proposta de Agenda para a Competitividade do Comércio.
							Apresentar propostas de alteração legislativa ao Decreto-Lei n.º 297/92, de 31 de outubro, no sentido de atribuir à AMT a responsabilidade de atualização da convenção de preços dos táxis.	T	A DGAE participou em nove reuniões no âmbito do “GT dos Táxis”, duas das quais com as Tutelas e uma com as Tutelas e outros organismos da AP. No âmbito do “GT dos Táxis” foi apresentada a alteração legislativa do Decreto-Lei n.º 297/92, de 31 de outubro, no sentido de atribuir à AMT a responsabilidade de atualização da convenção de preços dos táxis. O “GT dos Táxis” só terá conclusões em 2021.

Matriz de objetivos e atividades da DCSR									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Assegurar a regulamentação da Lei n.º 77/2019, de 2 de setembro, relativa à “obrigatoriedade de disponibilização aos consumidores de alternativas à distribuição de sacos de plástico ultraleves e de cuvetes em plástico nos pontos de venda de pão, fruta e legumes”.	R	Realização de reunião com os <i>stakeholders</i> ; coordenação e redação de diversos pareceres. Foi efetuada, em 7 de fevereiro, uma proposta de regulamentação da Lei n.º 77/2019, através da INF/89/2020/DCSR/DGAE. Posteriormente, a APA propôs a inclusão da sua regulamentação no âmbito da transposição da Diretiva SUP.
			19	N.º de sessões de informação e capacitação junto de agentes económicos e interlocutores institucionais (QUAR DGAE - Ind 8)	[2-4]	60%	Assegurar a realização de ações de divulgação, esclarecimento e capacitação dos municípios sobre o Inventário Nacional Comércio com História (CCH).	R	Foi realizada uma sessão de divulgação do Projeto CCH: Sessão Pública com Operadores Económicos na Câmara Municipal da Figueira da Foz. Não foi possível realizar mais sessões atendendo à pandemia. Foi promovida a publicação do <i>Urban Sketchers – eBook</i> .

Matriz de objetivos e atividades da DSCSR									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							<p>Promover sessões de divulgação do novo Sistema de Incentivos no âmbito do Comércio Investe [condicionado à decisão da Tutela de lançar novo sistema decorrente do GT Comércio Investe].</p>	NR	Tendo esta atividade ficado condicionada ao lançamento do novo sistema de incentivos do comércio, o que não se concretizou, a mesma, não se realizou, pelo que transita para 2021.
							<p>Promover a capacitação dos agentes económicos e dos interlocutores dos municípios através de sessões de Q&amp;A do RJACSR e da publicitação dos Guias da Restauração.</p>	R	Foram elaborados o Guia para Restauração e similares no âmbito da COVID-19 e o Guia relativo aos estabelecimentos de comércio e prestação de serviços no âmbito da COVID-19; foram atualizados o Guia do Comércio e prestação de serviços e o Guia da restauração.
4	[04] Garantir os prazos de resposta às solicitações dirigidas à DSCSR	20%	110	% de pareceres relevantes emitidos dentro do prazo (QUAR DGAE - Ind 9)	[94%-98%]	60%	<p>Assegurar a emissão de pareceres técnico-jurídicos nos termos da Diretiva Serviços e dos princípios da livre prestação de serviços e da liberdade de estabelecimento.</p>	R	Todos os projetos legislativos analisados no âmbito do mercado interno de serviços foram analisados à luz da Diretiva Serviços; foram elaborados vários pareceres no contexto do procedimento de infração da Diretiva Serviços.

Matriz de objetivos e atividades da DCSR									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Assegurar a emissão de pareceres relativos a diplomas relacionados com atividades de comércio, serviços e restauração.	R	Foram emitidos 187 pareceres, dos quais, 86 (76,1%) para o Gabinete SECSDC (um deles para o gabinete METD), 16 para o exterior (14,2%) e 11 internos (9,7%). Todos os pareceres foram emitidos dentro do prazo estipulado e 9 foram emitidos antes do prazo.
							Acompanhar a Convenção de preços aplicável aos manuais escolares do ensino básico e secundário, em articulação com os restantes organismos.	R	A DGAE assegurou a Análise das Listagens dos preços máximos para os manuais escolares para ano letivo de 2021-2022, bem como a revisão do preço de três Manuais dos 5.º, 6.º e 12.º anos, por não ter cumprido os limites de reimpressão. Procedeu-se ainda à Análise da Contestação do cálculo das novas adoções destinadas aos anos de 2021-22 e à análise e articulação com a DGE sobre a contestação do cálculo das novas adoções PLNM 21-22.

Matriz de objetivos e atividades da DCSR									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Acompanhar a Convenção referente ao tarifário do Serviço de Transporte de Passageiros em Táxi [condicionado às orientações da tutela e à articulação com os restantes organismos com competência no setor].	R	A DGAE participou em nove reuniões no âmbito do “GT dos Táxis”, duas das quais com as Tutelas e uma com as Tutelas e com outros organismos da Administração Pública.
			I11	% de solicitações com caráter substantivo respondidas dentro do prazo (QUAR DGAE - Ind 10)	[94%-98%]	40%	Assegurar resposta às solicitações internas e externas à DGAE em áreas conexas com as atividades do comércio, serviços e restauração, incluindo no âmbito do mercado interno dos serviços.	R	Foram dadas respostas a 66 solicitações, das quais, 22 (33,3%) para o Gabinete do SECSDC, 34 (51,5%) para diversos organismos externos e 10 (15,2%) internos. Todas as solicitações foram respondidas dentro do prazo estipulado; 6 foram respondidas antes do prazo. Foi elaborado um documento síntese de medidas de apoio ao comércio local (Boas Práticas de 68 Municípios)

Matriz de objetivos e atividades da DCSR									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Encerrar os projetos MODCOM suspensos, na sequência das indicações do DCIAP.	T	Relativamente ao MODCOM, não se encerrou nenhum projeto, porque estão dependentes da conclusão dos inquéritos-crime que estão a decorrer na Polícia Judiciária em que estão a ser investigadas várias associações beneficiárias do MODCOM (NUIPC 5958/11.1TDLSB a decorrer no DCIAP e NUIPC 724/16.OTELSB a decorrer no DIAP do Porto). Contudo prestámos todas as informações que foram solicitadas à DGAE no âmbito dos mesmos.
5	Assegurar a cooperação entre Estados-Membros e autoridades competentes nacionais no domínio do Mercado Interno de Serviços	8%	112	Nº de ações no âmbito dos procedimentos do domínio legislativo dos serviços	[6-8]	100%	Assegurar a coordenação do domínio legislativo dos Serviços no âmbito do Sistema de Informação do Mercado Interno (IMI).	R	Foram elaborados 4 processos de cooperação administrativa; 1 notificação; cooperação com o IPQ e outras entidades; estrutura e redação de material de apoio; proposta de evento <i>Single Market Forum</i> (SIMFO) a realizar durante a PPUE 2021.

Matriz de objetivos e atividades da DCSR									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
6	[05] Melhorar as competências da DGAE e a qualidade dos serviços prestados	2%	113	N.º de ações realizadas pela DCSR em colaboração com a Academia e com outras entidades (QUAR DGAE - Ind 11)	1	50%	Promover ações ou projetos conjuntos em parceria com a Academia, municípios e outras entidades.	R	Foi promovido o Workshop: “e-Commerce e as PME”, com a AICEP.

Matriz de objetivos e atividades da DCSR									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
			114	Grau de satisfação dos/as utilizadores/as que solicitam esclarecimentos no âmbito do RJACSR (QUAR DGAE - Ind 12)	[2,7-3,3]	50%	Garantir a eficácia e eficiência, bem como a qualidade da informação prestada, no âmbito da central de atendimento para as atividades de comércio, serviços e restauração e apoio ao Espaço Empresa - central de atendimento- <i>Front office e Backoffice</i> . Avaliar, através de uma grelha de 1-5, o grau de satisfação dos/as utilizadores/as que solicitam esclarecimentos no contexto do RJACSR e regimes de Leiloeiras, Prestamistas e Diamantes.	R	No que respeita ao <i>frontoffice</i> , foram prestados 4.028 atendimentos telefónicos, com a seguinte distribuição setorial: 28% Feirantes e Vendedores Ambulantes; 23% restauração e bebidas; 15% Covid-19; 15% Comércio; 6% Serviços; 2% Funerárias; 1% Atestados profissionais e 10% Outros. No que respeita ao <i>backoffice</i> , foram dadas respostas através da caixa de correio "rjacsr.apoio" a 2.480 solicitações, distribuídas do seguinte modo: 25% Feirantes e Vendedores Ambulantes; 23% Covid-19; 13% Restauração Sedentária; 8% Comércio; 3% Serviços; 2% Restauração Não Sedentária; 2% Funerárias; 18% Outros Organismos e 6% Outros rjacsr. Estes esclarecimentos foram prestados num tempo médio de 1,7 dias. A avaliação do grau de satisfação dos utilizadores foi de 4,6, numa escala de 1 a 5.

Matriz de objetivos e atividades da DCSR									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
7	Melhorar o acesso ao exercício das atividades económicas	20%	115	Tempo médio de resposta às solicitações (dias úteis)	[6-8]	95%	Promover a correta aplicação do Regime Jurídico das Atividades de Comércio, Serviços e Restauração (RJACSR).	R	Ações diversas, nomeadamente, atualização do valor do funeral social.
							Assegurar a execução das competências cometidas à DGAE pelo regime da atividade prestamista.	R	Foram emitidos 2 novos Títulos de Atividade Prestamista, no prazo médio de 1,5 dias. Simultaneamente, efetuou-se a monitorização dos seguros obrigatórios para o exercício da atividade. No site da DGAE, foi feita a publicação da Taxa de juro remuneratória a aplicar em 2021 na Atividade Prestamista.
							Assegurar a execução das competências cometidas à DGAE pelo regime do sistema de certificação do processo <i>Kimberley</i> , designadamente o licenciamento dos importadores e exportadores de diamantes em bruto.	R	Foram emitidas 13 licenças para o exercício da atividade de importação e exportação de diamantes em bruto, no prazo médio de 1,8 dias.

Matriz de objetivos e atividades da DCSR									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Assegurar a execução das competências cometidas à DGAE pelo regime da atividade leiloeira.	R	Foram emitidos 12 novos Títulos de Atividade Leiloeira, no prazo médio de 1,5 dias. Simultaneamente, efetuou-se a monitorização dos seguros obrigatórios para o exercício da atividade.
							Assegurar a emissão de Certificados de Atividade Profissional relativamente às CAE 05 a 43, inclusive.	R	Foram emitidos 78 Certificados de Atividade profissional, no prazo médio de 2 dias.
							Assegurar a disponibilização das tabelas de preços e autocolantes aos operadores do setor de Transporte de Passageiros em Táxi.	R	Foi dada resposta a 133 pedidos de envio das tabelas de preços e convenções, no prazo médio de 5 dias.
							Assegurar a execução das competências cometidas à DGAE pelo regime do Financiamento Colaborativo.	R	Todos os pedidos de esclarecimentos foram respondidos dentro da mesma semana.

Matriz de objetivos e atividades da DCSR									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
				Tempo médio de emissão do título no âmbito das Autorizações Conjuntas (dias úteis)	[24-28]	5%	Assegurar a execução das competências cometidas à DGAE pelo regime das autorizações conjuntas.	R	<p>Foram emitidas um total de 7 Autorizações Conjuntas (DGAE/CCDR/CM) de Grande Superfície Comercial (GSC) e Conjunto Comercial (CC), no prazo médio de 64 dias, do seguinte modo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Instalação de GSC: 4</li> <li>- Instalação de CC: 2</li> <li>- Alteração significativa de CC: 1.</li> </ul> <p>Foi cobrado um total de 1 090 205 euros, correspondente a:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- 14 885 m2 de área de venda [GSC]</li> <li>- 52 834 m2 de área bruta locável [CC] (48 729 m2 instalação + 4 105 m2 alteração significativa).</li> </ul> <p>O prazo médio indicado para a emissão do título refere um prazo global (superior ao previsto), pois o prazo que a DGAE tem contabilizado não inclui os tempos de resposta do requerente (i.e., inclusão dos 30 dias que tem para efetuar o pagamento da taxa para emissão do título).</p>

### QUADRO XIII

#### ATIVIDADES NÃO PREVISTAS, MAS REALIZADAS PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS DO COMÉRCIO, SERVIÇOS E RESTAURAÇÃO (DSCSR)

Matriz de objetivos e atividades da DSCSR									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
2	[02] Assegurar a implementação de medidas de simplificação e de desburocratização administrativas incluindo as previstas no Programa Simplex			Assegurar a conclusão da execução do projeto SAMA "Mapa do Comércio, Serviços e Restauração".			Desenvolvimento de nova candidatura SAMA para a operacionalização do Mapa CSR	R	A candidatura ao projeto SAMA foi apresentada e aprovada em 2020.
				Projetos SIMPLEX e SAMA - Coordenação e Monitorização			Coordenação da execução dos projetos SIMPLEX: elaboração mensal/quinzenal dos pontos de situação. Levantamento	R	Foram efetuados todos os pontos de situação solicitados pelo GSECSDC, no prazo médio de 48 horas.
3	[03] Contribuir para a melhoria do desenvolvimento das atividades económicas			Grupo de Acompanhamento e Avaliação das Condições de Abastecimento de Bens nos Setores Agroalimentar e do Retalho em Virtude das Dinâmicas de Mercado determinadas pelo Covid-19			Acompanhamento e secretariado técnico das reuniões do GAA, assim como dos levantamentos técnicos solicitados por este Grupo.	R	Foram realizadas 12 reuniões. A DGAE participou e secretariou todas as reuniões, assim como estruturou todas as bases de dados de informação, solicitadas pelo GAA.

Matriz de objetivos e atividades da DCSR									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
				Selo Saudável & Seguro Restaurantes e Eventos			Desenvolvimento da Medida Selo Saudável & Seguro: reuniões com as estruturas associativas respetivas, com o TdP e AMA, elaboração das fichas de serviço e formulários para a Plataforma ePortugal. Respostas aos operadores económicos e monitorização diária dos registos com a respetiva publicação no Site da DGAE.	R	Os serviços e prazos indicados e solicitados pela Tutela foram integralmente cumpridos, incluindo o apuramento, tratamento e publicação diária da lista, por CAE, nome, morada, concelho, distrito. A resposta aos operadores económicos foi enviada no prazo médio de 48 horas.
				Selo Natal 2020			Desenvolvimento da Medida Natal 2020: reuniões com a Tutela e com a AMA, elaboração da ficha de serviço e formulário para a Plataforma ePortugal. Respostas aos operadores económicos e monitorização diária dos registos com a respetiva publicação no Site da DGAE.	R	O serviço e o prazo indicado e solicitado pela Tutela foram integralmente cumpridos, incluindo o apuramento, tratamento e publicação diária da lista, por CAE, nome, morada, concelho, distrito. A resposta aos operadores económicos foi enviada no prazo médio de 48 horas.

Matriz de objetivos e atividades da DCSR									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
				COVID 19 - Medidas; Legislação; Guias			Atualização sistemática das medidas/legislação publicada para as áreas do comércio, serviço e restauração.	R	Foi elaborada a atualização semanal da legislação publicada em PT/EN. Simultaneamente foram elaborados vários Guias para o Comércio e Serviços e para a Restauração, para uma melhor operacionalização da consulta das Medidas ao longo do tempo.

#### QUADRO XIV AUTOAVALIAÇÃO PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS DO COMÉRCIO SERVIÇOS E RESTAURAÇÃO (DSCSR)

Para o ano de 2020, a DSCSR identificou 61<sup>11</sup> atividades que permitiram desenvolver as suas competências nas áreas do comércio, serviços e restauração, no que respeita ao apoio à formulação, implementação e avaliação de políticas públicas nos setores em referência.

A atividade da DSCSR foi marcada pela continuação da consolidação das atividades decorrentes do regime jurídico de acesso e exercício das atividades de comércio, serviços e restauração - RJACSR (Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro). A caixa de correio [rjacsr.apoio@dgae.gov.pt](mailto:rjacsr.apoio@dgae.gov.pt) deu resposta a 2.480 pedidos de esclarecimento técnico por parte de operadores económicos, associações e municípios, enquanto a linha telefónica dedicada para este atendimento deu resposta a 4.028 pedidos de esclarecimento sobre este regime.

Confrontada com um crescente número de solicitações e pedidos de esclarecimentos no âmbito da diversa legislação publicada durante o ano 2020 relativa a restrições à atividade económica no quadro da pandemia de COVID-19, a Direção de Serviços procedeu à elaboração e posteriores atualizações do “Guia para Restauração e similares no âmbito COVID-19”, do “Guia relativo aos estabelecimentos de comércio e prestação de serviços no âmbito COVID-19”, tradução do guia da OMS "COVID 19 e Segurança Alimentar: guia para o setor da restauração" e Consolidação semanal (PT/EN) da legislação adotada na sequência da pandemia, por área temática (e.g. medidas de apoio à sustentabilidade da economia e das empresas, Ciência e Inovação, Comércio e Indústria, entre outros). Toda a documentação foi publicada no *site* DGAE e partilhada via LinkedIn.

---

<sup>11</sup> Inicialmente estavam previstas 55 atividades, contudo, atendendo ao acompanhamento da situação de pandemia, bem como à monitorização dos projetos SAMA e Simplex induziu a que se operacionalizassem mais 6 atividades.

Simultaneamente, procedeu-se à coordenação do levantamento quinzenal da informação relativa à identificação das medidas adotadas pelos diversos Estados-Membros, quer para proceder ao confinamento das populações e atividades económicas, quer para iniciar os diversos estados de desconfinamento, de forma a aferir as melhores estratégias e desta forma apoiar a formulação das políticas públicas neste âmbito.

No âmbito da melhoria da comunicação institucional e do reforço da proximidade da instituição aos cidadãos e às empresas foi reativada a página de LinkedIn institucional, a partir de janeiro de 2020, que permitiu uma maior abrangência comunicacional por parte da DGAE, atingindo novos públicos e aproximando a instituição dos operadores económicos e, dessa forma, preconizando uma mais-valia no cumprimento da sua missão e dever de prestação de informação devida às empresas e aos cidadãos. É de registar uma preocupação acrescida com a informação publicada pela DGAE nas redes sociais, pelo que foi proposta uma estratégia de comunicação virtual, que passou pela definição de uma estrutura de trabalho de validação dos *posts* a publicar; identificação de boas práticas e realização de um Manual que congrega regras gerais e indicações a levar em consideração.

Confrontada com um crescente número de solicitações e pedidos de esclarecimentos no âmbito da diversa legislação publicada durante o ano 2020 relativa a restrições à atividade económica no quadro da pandemia de COVID-19, a Direção de Serviços procedeu à elaboração e posteriores atualizações do “Guia para Restauração e similares no âmbito COVID-19”, do “Guia relativo aos estabelecimentos de comércio e prestação de serviços no âmbito COVID-19”, tradução do guia da OMS "COVID 19 e Segurança Alimentar: guia para o setor da restauração" e Consolidação semanal (PT/EN) da legislação adotada na sequência da pandemia, por área temática (e.g. medidas de apoio à sustentabilidade da economia e das empresa, Ciência e Inovação, Comércio e Indústria, entre outros). Toda a documentação foi publicada no *site* da DGAE e partilhada via LinkedIn.

Como métrica desta abrangência deve referir-se que, em janeiro de 2020, o canal de comunicação LinkedIn da DGAE tinha 476 seguidores e, no final de 2020, contava com 4.005 seguidores, tendo-se verificado um crescimento de 840%, no período de cerca de 1 ano, ao qual acresce um total de 5.457

visualizações da página e uma taxa global de compromisso de 11,4%. Principalmente neste período de pandemia COVID-19, este trabalho foi decisivo na melhoria do serviço de missão pública prestado pela instituição.

Ainda no contexto do esclarecimento dos operadores económicos, tendo a DGAE percecionado a necessidade de capacitação dos interlocutores do RJACSR, deu-se continuidade às sessões de esclarecimento/capacitação das entidades mediadoras com os operadores económicos. Assim, foram ministradas aos Mediadores de Atendimento do Espaço Empresa (IAPMEI) duas ações de formação - em Lisboa e no Porto - sobre o Regime Jurídico de Acesso e Exercício de Atividades de Comércio, Serviços e Restauração (RJACSR). Procedeu-se, também, à revisão e atualização do Catálogo de Serviços.

Foram emitidos 113 pareceres técnico-jurídicos, dos quais, 86 para o Gabinete do SECSDC (76,1%), sendo um para o Gabinete do METD, 16 para o exterior (14,2%) e 11 internos (9,7%). Foram dadas respostas a 66 solicitações, das quais, 22 (33,3%) para o Gabinete do SECSDC, 34 (51,5%) para o exterior e 10 (15,2%) internos.

Foi, também, elaborado um Documento síntese de Medidas de apoio ao comércio local (Boas Práticas de 68 Municípios), no âmbito do estado de pandemia da COVID-19.

Em 2020, no que respeita a Projetos cofinanciados no âmbito do SAMA, a DSCSR teve quatro projetos a decorrer:

- ✓ o projeto “Lojas com História”, que enquadra o desenvolvimento e divulgação da plataforma *Inventário Nacional | Comércio com História*;
- ✓ o projeto que enquadra dois Estudos [sobre o Mapa do Comércio, Serviços, Restauração e sobre as Artes e Ofícios Tradicionais];
- ✓ o projeto referente ao desenvolvimento de um “*Chat-Bot*” para atendimento automático aos operadores económicos 24h/7dias no âmbito das competências da DSCSR;

✓ e o projeto relativo ao Estudo “Avaliação das políticas públicas de regulamentação das atividades de Comércio, Serviços e Restauração”, que visa a avaliação do RJACSR<sup>12</sup> e dos regimes jurídicos das atividades de prestamistas, de leiloeiras e o licenciamento dos importadores e exportadores de diamantes em bruto.

Este último projeto, cuja realização foi adjudicada à Equipa da Universidade NOVA IMS, durante 2020 sofreu bastantes atrasos na sua execução, decorrentes da situação de pandemia que atravessamos, designadamente no que refere à consulta e colaboração dos *stakeholders*: operadores económicos, estruturas associativas, entidades públicas da administração, regional e central. Neste período, não foi possível obter a colaboração e os contributos técnicos e administrativos que seriam necessários para melhor aferir eventuais constrangimentos na aplicação dos diplomas em avaliação e, sequencialmente, fundamentar e alavancar propostas mais concretas e substanciais, orientadas para os objetivos pretendidos. Contudo, atendendo ao prazo máximo de execução do projeto para cofinanciamento (junho de 2021), o mesmo será concluído no primeiro semestre de 2021.

Relativamente ao Estudo sobre as Artes & Ofícios Tradicionais, deve referir-se que, atendendo a constrangimentos decorrentes do processo de contratação pública e de disponibilidade financeira, o mesmo só foi iniciado em 2020, tendo-se verificado, também, alguns atrasos decorrentes da situação de pandemia. Contudo, o Relatório final foi entregue no final do ano, encontrando-se em fase de avaliação.

A plataforma *Inventário Nacional do Comércio com História*, que ficou concluída no primeiro trimestre de 2020, reúne, atualmente, o inventário de estabelecimentos históricos dos municípios de Angra do Heroísmo, Braga, Cascais, Coimbra, Figueira da Foz, Funchal, Fundão, Lisboa, Loulé, Porto e Sintra, num total de 299 lojas candidatas e 277 lojas publicadas a 31 de dezembro. Esta plataforma reúne informações em português e inglês no

---

<sup>12</sup> RJACSR – Regime jurídico de acesso e exercício das atividades de comércio, serviços e restauração

endereço: <https://www.comerciocomhistoria.gov.pt/> . No contexto de uma política de dinamização e modernização económica das atividades em meio urbano, a DGAE considera muito relevante a continuação da consolidação deste projeto “Inventário Nacional do Comércio com História”, ampliando e aprofundando a sua divulgação nacional e internacional, de forma a promover as suas sinergias com o setor do turismo.

No âmbito da divulgação deste projeto, a DSCSR, em 2020, realizou uma sessão de divulgação do Projeto numa Sessão Pública com Operadores Económicos na Câmara Municipal da Figueira da Foz. Não foi possível realizar mais sessões devido às restrições impostas no âmbito do combate à pandemia. Foi ainda promovida a publicação do Livro “Comércio com História”, desenhado pelos *Urban Sketchers*, em formato *eBook*, também disponível na plataforma *Inventário Nacional do Comércio com História*.

Tanto este projeto, como o do “Mapa do Comércio, Serviços e Restauração” e o do “*Chat-Bot - Assistente Virtual*” correspondem a Medidas Simplex+, respetivamente, Medidas Simplex #225 [*Lojas com História*], #210 [*Mapa do Comércio Serviços e Restauração*] (atual Medida # 8 [*Mapa CSR*]) e #232 [*Atendimento aos consumidores e às empresas + Simples*].

Assim, e para a implementação do Mapa do Comércio Serviços e Restauração, atual Medida # 8 [*Mapa CSR*], foi apresentada, aprovada (em junho de 2020) e contratada (em outubro de 2020) uma candidatura ao concurso SAMA 2019-2020 para operacionalização do desenvolvimento da plataforma que suportará o Mapa do Comércio, Serviços e Restauração, com base no Estudo efetuado no projeto SAMA de 2018-2019, em que se estruturou o desenho da solução e o levantamento das necessidades e fontes de informação.

A execução deste projeto SAMA não se iniciou em 2020, pois aguardava-se a articulação com a Autoridade Tributária sobre a disponibilização da informação imprescindível para se poder operacionalizar o Mapa CSR, designadamente no que refere ao previsto RJACSR do Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro (Cadastro Comercial – artigos 148.º e seguintes).

No âmbito do projeto *Chat-Bot Assistente Virtual*, que visa desenvolver e disponibilizar um assistente virtual para resposta automática a empresas e consumidores relativamente a questões frequentemente colocadas, quer pelos operadores económicos, quer pelos municípios, no quadro das competências da DSCSR, procedeu-se às manifestações de necessidades para aquisição de serviços de consultoria técnica para implementação deste projeto, designadamente das Atividades 1 (Projeto-Piloto e respetivos serviços de *Google Cloud*) e 2 (Infraestrutura Técnica, da responsabilidade da SGE). O Projeto-Piloto, em que se enquadrou a atividade da restauração, foi efetuado através da articulação das unidades orgânicas DCSR/DAP com a empresa *Linkconsulting* e/ou com a SGE, tendo-se realizado dezoito reuniões técnicas até à disponibilização em produção do Chat, a título experimental (versão-Beta), em 15 de dezembro, tendo-se concluído estas duas atividades do projeto em 2020. Neste âmbito, e relativamente ao esclarecimento às partes interessadas, este projeto complementa, ampliando para 24h/7 dias, o período temporal de resposta da atual Central de Atendimento telefónico da DGAE, composta por um *Frontoffice* e um *Backoffice* para as atividades de comércio, serviços e restauração e apoio ao Espaço Empresa.

Em 2021 realizar-se-á a extensão do *Chat-Bot* às restantes atividades da competência da DSCSR e das unidades orgânicas DSPE e DSSE, bem como à área dos consumidores, da responsabilidade da Direção-Geral do Consumidor.

Perspetiva-se que estas duas últimas medidas fiquem concluídas em 2021, se não se verificarem os constrangimentos de contratação pública e de disponibilidades financeiras, bem como de acesso à informação da Autoridade Tributária (no que refere à Medida # 8 – Mapa CSR).

Relativamente à atual Central de Atendimento, no que respeita ao *frontoffice*, durante o ano de 2020, foram prestados 4.028 atendimentos telefónicos, com a seguinte distribuição setorial: 27,66% Feirantes/Vendedores Ambulantes, 22,74% restauração e bebidas, 15,38% Covid-19, 14,91% Comércio, 5,84% Serviços, 2,31% Funerárias, 1,17% Atestados profissionais e 9,99% Outros. No que respeita ao *backoffice*, a caixa de correio "rjacsr.apoio" respondeu a 2.480 solicitações, distribuídas do seguinte modo: 24,60% Feirantes/Vendedores Ambulante; 22,58% Covid-19, 12,86% Restauração

Sedentária, 7,82% Comércio, 3,19% Serviços, 2,42% Restauração Não Sedentária, 2,10% Funerárias, 17,90% Outros Organismos e 6,53% Outros rjacsr. A avaliação do grau de satisfação dos utilizadores foi, no ano 2020, de 4,6, numa escala de 1 a 5, em que 1 é “ *muito insatisfeito*”, 2 “ *insatisfeito*”, o 3 é “ *pouco satisfeito*”, o 4 é “ *satisfeito*” e o 5 é “ *muito satisfeito*”.

Ainda neste contexto, no âmbito da plataforma “Comunicar ao Consumidor”, de promoção da DGAE, disponível na Área do Comerciante, e enquadrada na Medida Simplex #133 “Obrigações de Informação ao Consumidor + Simples”, em 2020, esta plataforma foi consultada por 1.526 (mil quinhentos e vinte e seis) utilizadores, que emitiram 1.911 (mil novecentos e onze) painéis e 549 (quinhentos e quarenta e nove) projetos.

No quadro do Programa Simplex, nota-se que a Medida #226 (2018) - Comprovativos do Exercício de Atividade Profissional + Simples – se encontra em fase de desmaterialização para integração no BdE, atual Portal *ePortugal.gov.pt*, obrigou à articulação com as restantes entidades que emitem estes comprovativos, designadamente a ACT- Autoridade para as Condições do Trabalho (relativamente aos trabalhadores por conta de outrem, independentemente da atividade) e a CCP - Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CAE 45 e seguintes), para além da DGAE (CAE 05 a 43). A sua conclusão não foi possível em 2020, perspetivando-se a mesma para o 1.º trimestre de 2021. No que refere a esta competência da DGAE, em 2020, e ainda em formato papel, foram rececionadas 86 solicitações de certificados de experiência profissional e foram emitidos, num prazo médio de 2 dias, 78 certificados a sócios-gerentes de empresas ou empresários em nome individual/independentes para exercício de atividade fora do território nacional, cujas atividades estavam inseridas nas CAE 05 a CAE 043, inclusive. Os restantes 8 solicitações não foram concluídas, por falta de resposta dos operadores económicos, para conclusão dos respetivos processos.

Quanto à implementação, ao nível nacional, da Diretiva 2006/123/CE, de 12 de dezembro de 2006, relativa aos serviços no mercado interno (Diretiva Serviços), a DSCSR/DGAE prossegue as suas competências enquanto entidade coordenadora da mesma em Portugal, tendo continuado a assegurar

toda a preparação e representação nacional, de forma ativa, no âmbito do respetivo Grupo de Peritos da UE, resposta aos pedidos diversos da Comissão Europeia e contributos para as reuniões de Monitorização Pós-Troika e Compromisso de Prestação de Informação neste âmbito.

Todos os projetos e propostas de diplomas legislativos submetidos à DGAE são analisados à luz das disposições da Diretiva Serviços, de modo a prevenir a criação de entraves ao acesso ou exercício de uma atividade de serviços, desde que abrangida pelo âmbito de aplicação da respetiva Diretiva, tendo sido analisados 44 projetos.

No contexto da coordenação da Plataforma do Sistema de Informação do Mercado Interno Europeu, procedeu-se à execução de 4 processos no âmbito da Cooperação Administrativa e à submissão de 1 notificação referente a um diploma da competência da ANAC.

Ainda no contexto das notificações prévias à Comissão Europeia, as ações previstas<sup>13</sup> foram adiadas, face à pandemia. No entanto, prosseguiu-se o trabalho desenvolvido com o IPQ, prevendo-se a preparação de um evento sobre os procedimentos de notificação durante o Fórum do Mercado Interno (SIMFO), a realizar no âmbito da PPUE2021. Prosseguiu-se a elaboração do manual de boas práticas e documentação de apoio, bem como a monitorização semanal da contabilização das notificações submetidas por outros Estados-Membros, o que resultou em 44 relatórios.

No contexto da formulação e implementação de uma estratégia conjunta que vise a correção das fragilidades indicadas pela Comissão Europeia na carta de notificação no âmbito do procedimento de infração sobre os Balcões Únicos Eletrónicos, deu-se um acentuado aprofundamento da cooperação com a DGERT, a AMA e diversas Autoridades competentes.

---

<sup>13</sup> Workshops com a COM e o IPQ, destinados a sensibilizar os atores públicos intervenientes, pontos focais, gabinetes ministeriais e a Comissão Europeia.

Acresce ainda que a DSCSR está também a articular com a AMA no contexto da implementação do designado Regulamento do Portal Digital Único. Esta tarefa traduziu-se na realização de 2 workshops<sup>14</sup> com 11 entidades; 22<sup>15</sup> reuniões com a AMA e a DGERT; 28 reuniões de com autoridades competentes; todas as reuniões/workshops foram registadas em Atas; foram redigidos 15 pareceres jurídicos e realizados múltiplos contactos bilaterais via telefone que visaram a prestação de esclarecimentos.

É de destacar o apoio contínuo e acentuado à DSAE no âmbito da redação das propostas de diplomas de execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (UE) 2019/1150, relativo à promoção da equidade e da transparência para os utilizadores profissionais de serviços de intermediação em linha; do Regulamento (UE) 2018/1807, relativo a um regime para o livre fluxo de dados não pessoais na União Europeia; e da transposição da Diretiva (UE) 2019/882, relativa aos requisitos de acessibilidade dos produtos e serviços.

Este apoio resultou na realização de 29 pareceres, diversas reuniões para troca de impressões e prestação de esclarecimentos.

Destaca-se ainda o trabalho de Transposição da Diretiva (UE) 2019/633 relativa a práticas comerciais desleais nas relações entre empresas na cadeia de abastecimento agrícola e alimentar (UTP – *unfair trade practices*), o que se traduziu na realização de 5 pareceres.

---

<sup>14</sup> Um deles, em formato *webinar*.

<sup>15</sup> Duas destas reuniões, também com a Estrutura de Missão Portugal Digital.

A DSCSR assegurou a regulamentação da Lei n.º 77/2019, de 2 de setembro, relativa à “*obrigatoriedade de disponibilização aos consumidores de alternativas à distribuição de sacos de plástico ultraleves e de cusetes em plástico nos pontos de venda de pão, fruta e legumes*”, o que se traduziu na realização de 20 pareceres.

No contexto da cooperação com outros Estados-Membros, dá-se nota da continuação, durante o primeiro trimestre de 2020, de um Estudo de caso com Espanha/França/Dinamarca/Luxemburgo/Suécia/Alemanha/Bulgária sobre a identificação de barreiras regulamentares e não regulamentares sobre a prestação de serviços transfronteiriços no setor da construção civil. Lamentavelmente, as reuniões agendadas com os Estados-Membros (França e Dinamarca) foram canceladas por ocasião da pandemia, tendo o projeto permanecido em suspenso.

Não obstante, a DSCSR finalizou e trabalhou os dados referentes ao inquérito *online* de identificação de barreiras regulamentares e não regulamentares no âmbito da atividade económica dos Arquitetos, o que resultou na realização de um *Relatório bilingue (PT/EN) de Análise do Inquérito Online (Diretiva Serviços), no âmbito da atividade dos Arquitetos*.

A DSCSR finalizou, em 2020, o trabalho de cooperação com outros Estados-Membros (Dinamarca e Países Baixos) na subscrição de um *Non-paper* sobre “*Long-term action plan for better implementation and enforcement of Single Market rules*”.

A Direção de Serviços promoveu, ainda, o reforço da cooperação entre os Estados-Membros da UE através da: *a)* resposta atempada a 2 questões colocadas a Portugal pelos peritos de outros Estados-Membros<sup>16</sup>; *b)* realização de 7 consultas<sup>17</sup> aos peritos de outros Estados-Membros. Note-se que este valor não contempla as várias questões colocadas individualmente a determinados com Estados-Membros, com destaque para Espanha, seguido de Itália, Alemanha, Luxemburgo e Países Baixos. Ainda no âmbito da cooperação, desta vez com a Comissão Europeia, a DSCSR respondeu positivamente a 3 solicitações individuais da Comissão Europeia a Portugal, com vista ao fecho de processos pendentes<sup>18</sup>.

Deve, também, referir-se que a DSCSR assegurou, ao longo de 2020, a participação em equipas de trabalho conjuntas com a AMA, na disponibilização e melhoria de conteúdos relativos à atividade de comércio, serviços e restauração. Ainda neste âmbito, efetuou-se a desmaterialização de três procedimentos visando o aperfeiçoamento e simplificação dos regimes administrativos, designadamente no âmbito das Autorizações Conjuntas e nas Funerárias. Foi também assegurada a devida articulação com a AMA na disponibilização, no Portal *ePortugal*, de MCP<sup>19</sup> apenas para a CAE secundária quando a CAE principal não está abrangida pelo RJACSR, bem como, o enquadramento numa MCP de atividades sem estabelecimento.

Complementarmente e na sequência do reinício do desenvolvimento, em 2019, do projeto do Cadastro Único Empresarial (CUE), em articulação com a SGE e com a AMA, verificou-se, também, uma interrupção no seu desenvolvimento, decorrente do redirecionamento de prioridades da AMA para projetos decorrentes do processo de desmaterialização do procedimento de infração sobre os Balcões Únicos Eletrónicos, bem como da situação de

---

<sup>16</sup> Com a Noruega, sobre a existência de um plano nacional de apoio às exportações; com a República da Estónia, sobre o regime do alojamento local.

<sup>17</sup> Atividade dos Agentes e Promotores Culturais; *Evolution of the supply chain in the agrifood/retail sectors*; Medidas adotadas pelos Diferentes Governos relativamente a PMEs; *Benchmarking measures to encourage consumption in restaurants and retail sectors*; Convenções das tarifas dos táxis; rendas de estabelecimentos comerciais; consumo local de produtos.

<sup>18</sup> Queixa contra Aeroporto de Faro; Região Autónoma da Madeira; DGEG

<sup>19</sup> MCP – Mera Comunicação Prévia

pandemia, na Plataforma ePortugal, estando a DSCSR envolvida em ambos os processos. Contudo, o projeto do CUE será concluído no primeiro semestre de 2021.

Efetivamente, a fim de mitigar os efeitos da atual pandemia nas atividades económicas, a DGAE, através da DSCSR, a AMA e o TdP, desenvolveram em conjunto, na Plataforma ePortugal, a Medida do Selo Saudável & Seguro para os *Estabelecimentos de Restauração* e para as *Empresas de Organização de Eventos e Congressos e Fornecimentos de refeições para Eventos*, disponíveis na Plataforma ePortugal. Ainda neste âmbito, a DGAE desenvolveu com a AMA a medida Natal 2020, que visava o prolongamento do prazo de trocas, após o Natal, de forma a evitar aglomerações de pessoas.

Foi, também, assegurada a participação num conjunto de iniciativas e Grupos de Trabalho (GT), designadamente no GT das Recomendações de alteração do RJOC no âmbito Conselho Consultivo de Ourivesaria, no GT do Fórum Intersectorial do PNPOT e no Conselho Consultivo do INFARMED.

Ainda neste quadro, é relevante referir-se o Grupo de Trabalho dos Táxis, em que a DSCSR participa e que foi criado pelo Despacho n.º 6560/2020, de 23 de junho, do Secretário de Estado da Mobilidade, visando a modernização do setor do transporte público de passageiros em automóvel ligeiro. Este Grupo de Trabalho tem como objetivo apresentar um conjunto de recomendações ao Governo, com vista à revisão da regulação vigente dos transportes de aluguer em veículos ligeiros de passageiros, focada na modernização do setor do táxi, identificando as principais iniciativas a desenvolver com vista à modernização do setor, incluindo a revisão da convenção de preços em vigor desde 2012 e desenvolvendo as principais iniciativas a implementar, com as respetivas propostas de revisão legislativa e regulamentar necessárias.

No contexto das competências da DGAE no âmbito da Convenção de Preços das Tarifas dos Táxis, foram dadas respostas, no prazo médio de 5 dias, a 133 pedidos individuais de operadores económicos nacionais para disponibilização da última versão da Convenção de Preços e autocolantes com esta informação para afixar nos veículos automóveis/táxis.

Também no que diz respeito à Convenção dos Preços dos Manuais Escolares, procedeu-se, dentro do prazo previsto na Convenção, à publicitação dos critérios para o cálculo dos preços máximos de manuais escolares para o ano letivo de 2021-2022.

Foi assegurada a execução das competências cometidas à DGAE pelos regimes da atividade prestamista, leiloeira e sistema de certificação do processo *Kimberley* (importação e exportação de diamantes em bruto), nomeadamente, com a emissão de 2, 12 e 13 títulos de autorização e licenças, respetivamente.

No âmbito das competências cometidas à DGAE pelo regime das Autorizações Conjuntas (DGAE, CCDR e Municípios competentes), foram, igualmente, elaborados sete relatórios ao abrigo do “Regime de Autorização Conjunta”, com a emissão das respetivas Autorizações de grandes superfícies comerciais (GSC) ou de conjuntos comerciais (CC), sendo estes processos, com alguma complexidade, efetuados em articulação com os respetivos municípios, bem como com as CCDR territorialmente competentes. Foi cobrado um total de 1.090.204,45 € e autorizada a instalação de 14.885 m<sup>2</sup> de área de venda (GSC) e de 52.833,63 m<sup>2</sup> de área bruta locável (CC).

A DGAE participou na reunião do Conselho Consultivo da Escola de Comércio de Lisboa (ECL), que se realizou no dia 10 de julho, perspetivando-se, neste âmbito, a celebração de um Protocolo que tem por objeto estabelecer as bases de uma parceria entre a DGAE e a ECL.

A DSCSR (em conjunto com a DSPE) acompanhou ao nível interministerial a situação de emergência de saúde pública ocasionada pela doença COVID-19, que causou grande impacto nas atividades económicas ao nível nacional e determinou a constituição de um Grupo de Acompanhamento e Avaliação das Condições de Abastecimento de Bens nos Setores Agroalimentar e do Retalho em Virtude das Dinâmicas de Mercado determinadas pela COVID-19 (GAA), que reuniu 23 entidades para além da DGAE e os Secretários de Estado do Comércio, Serviços e Defesa do Consumidor, Adjunto e das Comunicações, da Agricultura e do Desenvolvimento Rural e das Infraestruturas e da Habitação. Neste âmbito, ao longo de cerca de três meses, realizaram-se 12 reuniões, tendo a primeira sido presencial e as restantes por videoconferência, com o objetivo de identificar e antecipar constrangimentos nas cadeias de abastecimento dos setores agroalimentar e do retalho, em grande medida, com base nas preocupações dos representantes dos diversos setores, mantendo-se um propósito de acompanhamento, monitorização e avaliação. As medidas, ações e diligências adotadas no contexto do GAA, permitiram, direta e indiretamente, a minimização dos efeitos da pandemia.

**QUADRO XV**  
**ATIVIDADES PREVISTAS E REALIZADAS PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL (DSSE)**

Matriz de objetivos e atividades da DSSE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
1	[01] Reforçar a coordenação dos assuntos europeus e internacionais do METD e garantir a representação da DGAE nas estruturas nacionais e internacionais	30%	11	Taxa de participação em reuniões planeadas [QUAR DGAE Ind 1]	[80%-90%]	50%	Assegurar a representação do METD ou da DGAE em diferentes fóruns ou eventos em matérias relacionadas com a Sustentabilidade Empresarial (nível nacional, UE ou internacional).	R	Ao nível nacional, foi assegurada a participação como orador em vários eventos no âmbito da sustentabilidade empresarial, destacando-se o Evento de Lançamento do Pacto Português para os Plásticos (4 de fevereiro), Conferência COGEN Portugal "A Eficiência Energética e o Clima", 10 de fevereiro), as Jornadas Técnicas da Sociedade Ponto Verde 2020 (13 de fevereiro), a Cimeira do Consumidor (Tomar, 5 e 6 de março), a Apresentação Pública do "Estudo de Indicadores da Economia Circular - Um Contributo Nacional" (2 de julho) e o 18.º Encontro da VALORPNEU (25 de novembro). No contexto internacional, salienta-se a participação no

Matriz de objetivos e atividades da DSSE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
									"2020 Circular Economy Stakeholder Conference" (3 e 4 de novembro), II Encontro do Portugal Network em Portugal "A Europa e a Recuperação Económica de Portugal - Financiamento, resiliência, economia digital e economia verde", 16 de dezembro, e na 6.ª Sessão Pública do <i>Grupo de Trabalho Intergovernamental das corporações transnacionais e outras empresas comerciais para os direitos humanos</i> da <i>Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights</i> (ONU).

Matriz de objetivos e atividades da DSSE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Assegurar a representação de PT no âmbito da aplicação do Regulamento n.º 2003/2003, de 13 de outubro de 2003, relativo aos adubos e do Regulamento (UE) n.º 2019/1009, de 5 de junho de 2019, que estabelece regras relativas à disponibilização no mercado de produtos fertilizantes UE, designadamente nas reuniões do Grupo de Peritos da Comissão sobre Produtos Fertilizantes e do Comité de Regulamentação dos Fertilizantes.	R	A DGAE assegurou a participação nas reuniões do Grupo de Peritos da Comissão Europeia sobre Produtos Fertilizantes (3).
							Assegurar a representação de PT no âmbito da governação do Rótulo Ecológico da União Europeia enquanto organismo competente nacional, designadamente nas reuniões do Fórum dos Organismos Competentes, do Comité REUE e do Comité Regulamentador REUE.	R	A DGAE assegurou a participação nas reuniões de governação do sistema ao nível da UE, designadamente no Comité "Rótulo Ecológico da UE" (3), no Fórum dos Organismos Competentes do Rótulo Ecológico da UE (3), no Comité Regulamentador "Rótulo Ecológico da UE" (1) e no Comité "Rótulo Ecológico da UE - Grupo Informal sobre Comunicação" (3).

Matriz de objetivos e atividades da DSSE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Assegurar a representação do METD ou da DGAE em diferentes fóruns ou eventos em matérias relacionadas com a Responsabilidade Social das Empresas (nível nacional, UE ou internacional).	R	A DGAE assegurou a participação nas reuniões do GT OCDE "Conduta Empresarial Responsável" (3), da Rede de Pontos de Contacto Nacionais para as Diretrizes da OCDE para as Multinacionais (3), do Fórum Global da OCDE "Conduta Empresarial Responsável" (1), do Conselho para as Migrações (ACM) (2), da Comissão Nacional para os Direitos Humanos (2), incluindo do GT Empresas e Direitos Humanos do CNDH (1), do GT Direitos Humanos e Práticas Laborais da Rede RSO PT (4) e do GT Responsabilidade Social da APPDI (1).

Matriz de objetivos e atividades da DSSE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							<p>Representar o METD no Grupo de Coordenação da Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAAC), na Comissão Permanente de Prevenção, Monitorização e Acompanhamento dos Efeitos da Seca (CPPMAES), no Conselho Nacional da Água e representar a DGAE na Assembleia Geral da ADENE, na Comissão Executiva do Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética (PNAEE) e nos Conselhos Hidrográficos Regionais.</p>	R	<p>A DGAE assegurou a participação nas reuniões da ENAAAC - Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (1), Comissão Permanente de Prevenção, Monitorização e Acompanhamento dos efeitos da Seca - CPPMAE (1), Agência para a Energia - ADENE (2) e Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética - PNAEE (2).</p>

Matriz de objetivos e atividades da DSSE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
			12	Taxa de recomendações de atuação relevantes apresentadas [QUAR DGAE Ind 2]	[10%-20%]	20%	Apresentar propostas de recomendações de atuação decorrentes da participação em Comitês, Grupos de Trabalho, Coligações, Comissões Nacionais, Conselhos Consultivos, Secretariados Técnicos, Pactos, Redes Nacionais e Fóruns.	R	Foram emitidas recomendações de atuação na sequência da participação da DSSE no <i>Steering Committee</i> da Aliança Circular para os Plásticos e no Comité de Adaptação Técnica "Resíduos" (Diretiva (UE) 2019/904, de 5 de junho, relativa à redução do impacto de determinados produtos de plástico no ambiente).

Matriz de objetivos e atividades da DSSE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
			13	N.º de reuniões de coordenação organizadas pela DSSE no âmbito das suas competências [QUAR DGAE Ind 3]	4	20%	Organizar reuniões de coordenação tendo em vista a preparação de posições no contexto de processos legislativos (nacionais ou da UE).	R	No contexto da monitorização da atividade das entidades gestoras de fluxos específicos de resíduos, tiveram lugar várias reuniões de coordenação conjuntamente com a APA, I.P. visando a discussão da transposição das Diretivas (UE) 2018/852, de 30 de maio (relativa às embalagens e resíduos de embalagens) e (UE) 2019/904, de 5 de junho (relativa à redução do impacto de determinados produtos de plástico no ambiente) e sobre o impacto da COVID-19 na atividade das entidades gestoras com a FLUXOS (Associação das Entidades Gestoras de Resíduos), bem como a discussão da sustentabilidade económica e financeiras das entidades gestoras do SIGRE com a Novo Verde e a Electrão.

Matriz de objetivos e atividades da DSSE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
			14	Prazo médio para apresentação dos relatórios das reuniões efetuadas nas estruturas internacionais (n.º de dias úteis)	5	10%	Elaborar relatórios das reuniões efetuadas nas estruturas da UE e internacionais.	NR	Foram elaborados os relatórios das reuniões nas estruturas da UE e internacionais. Contudo, nalguns casos não foi cumprido o prazo de entrega desses relatórios, atenta a necessidade de dar resposta a um elevado número de solicitações em 2020.
2	[02] Assegurar a implementação de medidas de simplificação e de desburocratização administrativas, incluindo as previstas no Programa SIMPLEX	5%	15	N.º de medidas de desburocratização e de redução de custos de contexto a concluir em 2020 (QUAR DGAE - Ind 6)	1	100%	Finalizar os trabalhos para a operacionalização dos formulários, no âmbito dos trabalhos de desmaterialização dos procedimentos relativos aos pedidos de registo das matérias fertilizantes não harmonizadas a realizar através do portal ePortugal, em colaboração com a AMA.	T	Os trabalhos de preparação dos formulários foram devidamente executados pela DSSE. Contudo, a plataforma da AMA, I.P. não possui as características técnicas necessárias para permitir disponibilizar os formulários aos operadores económicos no balcão ePortugal.

Matriz de objetivos e atividades da DSSE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
3	[03] Contribuir para a melhoria do desenvolvimento das atividades económicas	15%	16	N.º de propostas de formulação e avaliação da execução de políticas públicas apresentadas [QUAR DGAE Ind. 7]	[4-6]	20%	Apresentar propostas de formulação e avaliação da execução de políticas públicas.	R	Foram apresentadas propostas de prorrogação da licença da entidade gestora VALORMED para a gestão de um sistema integrado de embalagens e resíduos de embalagens e medicamentos (SIGREM) e de uma nova licença para a entidade gestora SOGILUB para a gestão de um Sistema Integrado de Gestão de Óleos Usados (SIGOU), bem como propostas de alteração do regime geral da gestão de fluxos específicos de resíduos (UNILEX) e relativas ao exercício de transposição do artigo 5.º da Diretiva (UE) 2019/904, de 5 de junho, relativa à redução do impacto de determinados produtos de plástico no ambiente (Diretiva SUP).

Matriz de objetivos e atividades da DSSE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
			17	N.º de sessões de informação e capacitação junto de agentes económicos e de interlocutores institucionais [QUAR DGAE Ind. 8]	2	20%	Promover sessões de informação e capacitação junto de agentes económicos e de interlocutores institucionais na área da Sustentabilidade Empresarial.	R	A DGAE promoveu uma sessão de divulgação do sistema de atribuição do Rótulo Ecológico da UE dirigida aos técnicos da DECO (1 de outubro). No contexto do Protocolo de Colaboração celebrado entre a DGAE e a Associação Portuguesa de Empresas de Distribuição (APED), a DSSE organizou um ciclo de <i>Workshops</i> temáticos em matéria de economia circular, designadamente sobre "Os Desafios Legislativos para o Plástico" (28 de julho), "Revisão do UNILEX" (23 de novembro) e "Prevenção do Desperdício Alimentar" (18 de dezembro).

Matriz de objetivos e atividades da DSSE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
			18	N.º de consultas a grupos de interesse sobre políticas setoriais nas áreas da Sustentabilidade Empresarial	[5-7]	10%	Realizar consultas no âmbito de projetos legislativos (nacionais ou da UE) e de outras iniciativas estratégicas no domínio da Sustentabilidade Empresarial.	R	Foram realizadas várias consultas a estruturas representativas de setores empresariais no âmbito de propostas da União Europeia (e.g., Guia de Orientações para aplicação da Diretiva (UE) 2019/904, de 5 de junho, relativa à redução do impacto de determinados produtos de plástico no ambiente e proposta de revisão dos critérios do Rótulo Ecológico da UE para revestimentos duros).

Matriz de objetivos e atividades da DSSE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
			19	N.º de ações conjuntas com outros organismos do Estado, com Organizações da Sociedade Civil ou com Operadores Económicos	[7-9]	50%	Promover e divulgar iniciativas e ações relevantes relacionadas com a Sustentabilidade Empresarial.	R	Foram divulgadas várias iniciativas e consultas públicas no domínio da sustentabilidade empresarial, tanto no sítio da Internet da DGAE, como junto de estruturas associativas empresariais, designadamente nas áreas de economia circular, sistema de atribuição do Rótulo Ecológico da UE, gestão de resíduos, matérias fertilizantes e responsabilidade social das empresas. Destaca-se a publicação no sítio da Internet da DGAE de uma Biblioteca de um conjunto de 75 Boas Práticas de Economia Circular implementadas pelos setores da distribuição e do retalho.

Matriz de objetivos e atividades da DSSE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Assegurar a participação da DGAE em iniciativas de reconhecimento de boas práticas em matéria de Sustentabilidade Empresarial.	R	A DGAE integrou o Comité de Seleção relativo ao Aviso n.º 3 (Apoio ao aumento de eficiência de recursos ligados às empresas do setor marítimo) do Programa Crescimento Azul no âmbito dos EEA Grants 2014-2021 e assegurou a participação como membro do painel de jurados do prémio "ERP Eco Sustainability Award" promovida pela entidade gestora ERP Portugal.

Matriz de objetivos e atividades da DSSE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Co-coordenar a implementação do Plano de Ação para a Economia Circular em Portugal (2017-2020), aprovado através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 190-A/2017, de 11 de dezembro de 2017.	R	A DGAE assegurou a coordenação no contexto da implementação do PAEC em estreita colaboração com a APA, I.P., tendo sido submetido em 2020 às respetivas Tutelas o Relatório de Atividades relativo ao biénio 2018/2019, bem como o Plano de Atividades para 2020. No decurso de 2020 foi aprovado o Regimento Interno para o Grupo de Coordenação do PAEC e tiveram lugar várias reuniões de coordenação DGAE/APA, I.P., bem como uma reunião ordinária do Grupo de Coordenação (11 de fevereiro).

Matriz de objetivos e atividades da DSSE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Desenvolver e implementar uma agenda circular para os setores da distribuição e do retalho enquadrada no Plano de Ação para a Economia Circular em Portugal (2017-2020).	R	Em fevereiro de 2020 foi celebrado um Protocolo de Colaboração entre a DGAE e a Associação Portuguesa de Empresas de Distribuição (APED), tendo em vista assegurar formas concretas de cooperação entre as Partes, com vista a promover a disseminação de boas práticas, a sensibilização dos consumidores para um consumo sustentável e o debate relativamente a barreiras não financeiras limitativas ao desenvolvimento de uma economia circular, destacando-se neste contexto o lançamento de uma Biblioteca de Boas Práticas de Economia Circular que inclui cinco temas (Reciclagem, Reutilização, Gestão Ambiental, Prevenção do Desperdício Alimentar e Promoção do Consumo Sustentável).

Matriz de objetivos e atividades da DSSE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Acompanhar como co-promotor a implementação da Medida 11 (Garantir que bens alimentares próximos da data-limite de validade tenham um circuito comercial que facilite o seu consumo) prevista na Estratégia Nacional de Combate ao Desperdício Alimentar.	R	A DGAE assegurou os reportes para os relatórios de progresso da Estratégia Nacional de Combate ao Desperdício Alimentar (ENCDA) no que diz respeito aos dados relativos à execução da Medida 11 (Garantir que bens alimentares próximos da data-limite de validade tenham um circuito comercial que facilite o seu consumo), apurados pela Associação Portuguesa de Empresas de Distribuição (APED). Foi também assegurada a participação na 10.ª reunião plenária da Comissão Nacional de Combate ao Desperdício Alimentar (29 de setembro).

Matriz de objetivos e atividades da DSSE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Assegurar o acompanhamento dos trabalhos a desenvolver no âmbito da Aliança Circular para os Plásticos, do Pacto Nacional da Indústria dos Plásticos para a Economia Circular e Sustentabilidade Ambiental, do Pacto Europeu para os Plásticos e do Pacto Nacional para os Plásticos.	R	A DGAE participou na reunião plenária da Assembleia Geral da Aliança Circular para os Plásticos (4 de dezembro), em todas as reuniões do <i>Steering Committee</i> da Aliança Circular para os Plásticos e do <i>Advisory Board</i> do Pacto Português para os Plásticos, salientando-se ainda a participação no Grupo de Trabalho "Plásticos Problemáticos ou Desnecessários". Foram organizadas reuniões preparatórias do <i>CPA Side Session "Synergies between the CPA and the National Plastics Pacts"</i> .

Matriz de objetivos e atividades da DSSE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Acompanhar a elaboração do estudo previsto em sede do Artigo 99.º (Avaliação da aplicação do regime) do Decreto-Lei n.º 152-D/2017, de 11 de dezembro de 2017, que unifica o regime da gestão de fluxos específicos de resíduos sujeitos ao princípio da responsabilidade alargada do produto, visando avaliar a necessidade de eventuais alterações ao enquadramento jurídico das licenças atribuídas a entidades gestoras de sistemas integrados de gestão de resíduos no âmbito da Responsabilidade Alargada do Produtor.	R	A DGAE, em conjunto com a APA, I.P., acompanhou a realização do estudo desenvolvido em conjunto entre APA, I.P. e DGAE, que dá cumprimento ao preconizado no Artigo 99.º do Decreto-Lei n.º 152-D/2017, de 11 de dezembro, tendo neste contexto analisado e emitido contributos e sugestões no âmbito dos relatórios de progresso, sendo que o relatório final foi submetido a 31 de dezembro.

Matriz de objetivos e atividades da DSSE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Assegurar a participação como parceiro do projeto Pré-Definido-1 (Sistema Piloto de Devolução e Depósito de Embalagens de Bebidas de Plástico, Vidro, Metais Ferrosos e Alumínio) apoiado no âmbito do Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu 2014-2021.	R	A DGAE integrou a delegação portuguesa da visita de estudo a Oslo prevista no projeto financiado através do <i>EEA Grants</i> , que decorreu entre 22 e 24 de janeiro, tendo ainda participado no procedimento de adjudicação e no acompanhamento dos trabalhos relativos ao estudo que visa apoiar a definição do modelo económico e regulatório nacional do futuro sistema de depósito de embalagens de bebidas em plástico, vidro, metais ferrosos e alumínio.

Matriz de objetivos e atividades da DSSE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Definir ações de promoção do Rótulo Ecológico da União Europeia.	R	Em outubro de 2020, foi dado destaque a todos os produtos e serviços detentores de licenças do Rótulo Ecológico da UE atribuídas em Portugal, através da disponibilização na página inicial do sítio da Internet da DGAE de uma entrada direta ("Botão") a essa listagem. Adicionalmente, foi promovida uma campanha de sensibilização junto de todos os operadores económicos detentores de licenças REUE, alertando para a importância de manterem os respetivos dados atualizados no ECAT ( <i>Ecolabel Catalogue</i> ), bem como várias reuniões bilaterais, tendo em vista a obtenção de informação necessária à programação dos eventos de divulgação a realizar em 2021.
							Aplicação do Plano de Ação Nacional sobre a Conduta Empresarial Responsável e	T	O PNACERDH foi submetido à Tutela em novembro de 2020, aguardando-se a sua aprovação.

Matriz de objetivos e atividades da DSSE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Direitos Humanos após aprovação.		
							Acompanhar e dinamizar a aplicação das Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais (relativas à responsabilidade social), nomeadamente através da definição dos procedimentos nacionais para as funções de Ponto de Contacto Nacional.	R	Em julho, foram concluídos e publicados no sítio da Internet da DGAE o Guia de Procedimentos para o Tratamento das Instâncias Específicas no âmbito das Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais, incluindo o requerimento inicial para contacto com o Ponto de Contacto Nacional.
4	[04] Garantir os prazos de resposta às solicitações dirigidas à DSSE	30%	110	% de pareceres relevantes emitidos dentro do prazo [QUAR DGA Ind. 9]	[94%-98%]	60%	Assegurar a análise e a decisão sobre os pedidos de inscrição no Registo Nacional de Matérias Fertilizantes Não Harmonizadas, efetuar o respetivo registo e solicitar a sua publicitação no sítio da internet da DGAE.	R	Foram analisados 202 pedidos de inscrição no Registo Nacional de Matérias Fertilizantes Não Harmonizadas, tendo sido deferidos 97 e indeferidos 105 por não cumprirem os requisitos legais necessários. Foram analisados 13 pedidos de renovação do registo e 27 pedidos de alteração de elementos constante de registos.

Matriz de objetivos e atividades da DSSE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Assegurar a participação do METD nos processos legislativos na área da gestão de resíduos, em particular no âmbito da transposição das Diretivas que integram o "Pacote Resíduos".	R	Foram assegurados vários contributos no âmbito do exercício de transposição das Diretivas (UE) 2018/849, (UE) 2018/850, (UE) 2018/851 e (UE) 2018/852, de 30 de maio, que integram o "Pacote Resíduos".
							Assegurar a elaboração de propostas de alteração legislativa e outros pareceres no âmbito da preparação de textos legislativos na área da gestão de resíduos, designadamente das licenças atribuídas às entidades gestoras de fluxos específicos de resíduos, no âmbito da Responsabilidade Alargada do Produtor e da legislação conexas necessária ao funcionamento dos referidos sistemas.	R	A DGAE, conjuntamente com a APA, I.P., submeteu o projeto de Despacho para prorrogação da licença da entidade gestora VALORMED e o projeto de Despacho relativo à nova licença da entidade gestora SOGILUB.

Matriz de objetivos e atividades da DSSE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Assegurar o co-licenciamento de entidades gestoras dos Sistemas Integrados e de Sistemas Individuais de Gestão de Fluxos Específicos de Resíduos no âmbito da Responsabilidade Alargada do Produtor.	R	A DGAE analisou o caderno de encargos submetido pela SOGILUB visando a atribuição de uma nova licença para a gestão de um sistema integrado de óleos usados.
							Assegurar o acompanhamento da atividade desenvolvida por dezasseis entidades gestoras dos vários fluxos específicos de resíduos, através da análise dos planos anuais de atividade, dos relatórios anuais e intercalares de atividade, dos modelos de cálculo das prestações financeiras, bem como da execução dos respetivos planos de prevenção, investigação e desenvolvimento e comunicação, sensibilização e educação.	R	Foram analisados modelos de prestação financeira (revisões e atualizações), planos anuais de prevenção, de sensibilização, comunicação e educação e de investigação e desenvolvimento, relatórios de atividades e contas anuais e relatórios de atividades intercalares (trimestrais ou quadrimestrais) e planos de atividade e orçamentos previsionais das 15 entidades gestoras de fluxos específicos de resíduos licenciadas pelo Estado Português.

Matriz de objetivos e atividades da DSSE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Assegurar a resposta aos pedidos da Tutela em matérias relacionadas com a Sustentabilidade Empresarial.	R	Foram asseguradas as respostas a todas as solicitações por parte da Tutela.
							Finalizar o processo legislativo de alteração do Decreto-Lei n.º 103/2015, de 15 de junho de 2015, que estabelece as regras a que deve obedecer a colocação no mercado de matérias fertilizantes.	T	Na sequência da conclusão do procedimento de notificação 2019/296/P à Comissão Europeia e tendo esta emitido resposta favorável às autoridades portuguesas a 30 de novembro, a DSSE remeteu à Tutela em 1 de dezembro as versões revistas dos projetos de Decreto-Lei e Portaria.
							Assegurar os procedimentos de análise no âmbito das candidaturas ao Rótulo Ecológico da União Europeia.	R	Os procedimentos de análise no âmbito das candidaturas ao REUE foram assegurados, tendo em 2020 sido atribuídas 5 novas licenças de utilização do REUE correspondentes a um conjunto de 1687 produtos.

Matriz de objetivos e atividades da DSSE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Acompanhar futuras iniciativas legislativas enquadradas no novo «Plano de Ação da UE sobre Economia Circular» e contribuir no âmbito das matérias que são acompanhadas pela DSSE.	R	A DGAE iniciou em 2020 o acompanhamento da negociação da proposta de Regulamento relativo às Baterias e seus Resíduos.
			111	% de solicitações respondidas com carácter substantivo dentro do prazo [QUAR DGAE Ind 10]	[94%-98%]	40%	Assegurar a resposta às solicitações e pedidos de esclarecimentos de operadores económicos no âmbito do Decreto-Lei n.º 103/2015, de 15 de junho de 2015, que estabelece as regras a que deve obedecer a colocação no mercado de matérias fertilizantes.	R	Foram asseguradas respostas a 305 pedidos de esclarecimento a operadores económicos relativamente a dúvidas suscitadas pela aplicação do Decreto-Lei n.º 103/2015, de 15 de junho.
							Assegurar a resposta às solicitações e pedidos de esclarecimentos de operadores económicos no âmbito do sistema de Rótulo Ecológico da União Europeia.	R	Foi assegurada a resposta a cerca de três dezenas de solicitações e pedidos de esclarecimentos de operadores económicos no âmbito do sistema do Rótulo Ecológico da UE.

Matriz de objetivos e atividades da DSSE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Acompanhar as negociações de propostas legislativas em curso ou futuras no domínio da “descarbonização” e da redução de gases com efeito de estufa no quadro do combate às alterações climáticas.	R	Foi assegurada a análise e elaboração de pareceres no que diz respeito a propostas legislativas respeitantes a uma Lei de Bases do Clima, à Lei Europeia do Clima e à definição de mecanismos para uma transição justa.
5	[05] Melhorar as competências da DGAE e a qualidade dos serviços prestados	20%	112	N.º de ações realizadas pela DSSE em colaboração com a Academia e com outras entidades [QUAR DGAE Ind 11]	1	100%	Promover iniciativas e ações relevantes relacionadas com a Sustentabilidade Empresarial.	R	Foi promovido, em conjunto com a APED, um <i>Workshop</i> Temático sobre a “Reutilização na Ida à Loja - Alternativa ou barreira?” (30 de junho), que contou com a participação especial como oradoras a Dr.ª Filipa Vasconcelos, SubInspetora-Geral da ASAE e a Eng.ª Paula Bico, em representação da DGAV.

## QUADRO XVI

### ATIVIDADES NÃO PREVISTAS, MAS REALIZADAS PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS DA SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL (DSSE)

Matriz de objetivos e atividades da DSSE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
	[01] Reforçar a coordenação dos assuntos europeus e internacionais do METD e garantir a representação da DGAE nas estruturas nacionais e internacionais		11	Taxa de participação em reuniões planeadas [QUAR DGAE Ind 1]			Ponto focal do METD no âmbito da implementação das medidas do Plano Nacional de Implementação do Pacto Global das Migrações (PNIPGM)	R	A DGAE assegurou a participação nas reuniões de coordenação do PNIPGM (18 de setembro e 10 de dezembro), bem como o reporte do ponto de situação de todas as medidas do PNIPGM com coordenação ou intervenção de organismos METD.
	[03] Contribuir para a melhoria do desenvolvimento das atividades económicas		19	N.º de ações conjuntas com outros organismos do Estado, com Organizações da Sociedade Civil ou com Operadores Económicos			Participação no GT 11 "Produtos e Serviços Limpeza" da ENCPE 2020	R	A DGAE assegurou a participação nas reuniões do GT 11 da ENCPE 2020 (5), que resultou na publicação do manual "Critérios de contratação pública ecológica, no âmbito da ENCPE 2020, para Serviços de limpeza de interiores".
							Elaboração da Norma Portuguesa para a "Igualdade Remuneratória entre mulheres e homens", pela Comissão Técnica (CT 216) do IPQ	R	A DGAE assegurou a participação nas reuniões plenárias da CT 216 (2) e nas reuniões do GT 3 sobre a "Análise da Norma Islandesa" (3).

Matriz de objetivos e atividades da DSSE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Plano de Ação para os Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos (REEE)	R	A DGAE assegurou a participação no GT do Plano de Ação para os REEE, tendo emitido pronúncia sobre uma proposta de alteração ao Decreto-Lei n.º 152-D/2017, de 11 de dezembro, relativamente às disposições aplicáveis ao fluxo específico dos REEE e sobre o documento “Guia de orientação para Fiscalização a Operadores de Gestão de Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos”.
							Plano Nacional de Gestão de Resíduos (PNGR 2030) e Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU 2030)	R	A DGAE assegurou a participação como ponto focal na Comissão de Acompanhamento instituída pelo Despacho n.º 4242/2020, de 7 de abril, que determina a elaboração do Plano Nacional de Gestão de Resíduos (PNGR 2030) e do Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU 2030).

Matriz de objetivos e atividades da DSSE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Colaboração no desenvolvimento do <i>Later Life Workplace Index</i>	R	A DGAE colaborou no desenvolvimento do <i>Later Life Workplace Index</i> (LLWI), a convite da Faculdade de Economia da Universidade do Porto (Professor Doutor Eduardo Oliveira), que integra a equipa de projeto responsável pela elaboração do LLWI.
							Criação do fluxo BPM para as candidaturas do Rótulo Ecológico da UE com a Gfi Portugal	R	Em 2020 foi dado início à revisão do procedimento para o tratamento das candidaturas do Rótulo Ecológico da UE e respetivos formulários, que se prevê terminar em 2021.

Matriz de objetivos e atividades da DSSE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Organização da sessão temática 9 subordinada ao tema “ <i>Adaptation to climate change from an economic perspective (tourism)</i> ” no contexto da Conferência Ibérica de Adaptação às Alterações Climáticas no âmbito do projeto LIFESHARA	R	No âmbito da Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAA) e na qualidade de coordenador do Grupo de Trabalho “Economia: indústria, comércio e serviços e turismo”, a DSSE, a convite da APA, I.P., coordenou a organização da sessão temática 9 subordinada ao tema “ <i>Adaptation to climate change from an economic perspective (tourism)</i> ”, que teve lugar em formato virtual no dia 20 de novembro de 2020.

## QUADRO XVII AUTOAVALIAÇÃO PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS DA SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL (DSSE)

No contexto da temática “Economia Circular”, a DSSE assegurou a coordenação da DGAE no contexto dos trabalhos no âmbito do Grupo de Coordenação do Plano de Ação para a Economia Circular (PAEC) em estreita colaboração com a APA, I.P., tendo sido submetido em 2020 às respetivas Tutelas o Relatório de Atividades relativo ao biénio 2018/2019, bem como o Plano de Atividades para 2020. No decurso de 2020 foi também aprovado o Regimento Interno para o Grupo de Coordenação do PAEC, na sequência de uma reunião ordinária do Grupo de Coordenação que teve lugar no dia 11 de fevereiro.

Neste domínio, destaca-se ainda a assinatura de um Protocolo de Colaboração celebrado entre a DGAE e a Associação Portuguesa de Empresas de Distribuição (APED), tendo em vista contribuir para os objetivos do PAEC, salientando-se que neste âmbito foram desenvolvidas as seguintes iniciativas:

- a) Organização de um ciclo de quatro *Workshops* temáticos, cujo objetivo foi discutir temas identificados pela APED como barreiras (não financeiras) e oportunidades na transição para uma economia circular no contexto da atividade desenvolvida pelo setor da distribuição e do retalho, nomeadamente sobre a “Reutilização na Ida à Loja - Alternativa ou barreira?” (30 de junho), “Os Desafios Legislativos para o Plástico” (28 de julho), a “Revisão do UNILEX” (23 de novembro) e a “Prevenção do Desperdício Alimentar” (18 de dezembro). Para além da participação ativa de representantes de várias Insígnias associadas da APED, os *Workshops* contaram ainda com a presença de representantes de Gabinetes Ministeriais (Gabinetes do Secretário de Estado do Comércio, Serviços e Defesa do Consumidor, do Secretário de Estado Adjunto e da Economia e da Secretária de Estado do Ambiente), bem como de oradores em representação de organismos da Administração Pública relevantes nas temáticas em debate (Secretária de Estado do Ambiente, Agência Portuguesa do Ambiente, I.P., Autoridade de Segurança Alimentar e Económica e Direção-Geral de Alimentação e Veterinária).
- b) Divulgação de uma biblioteca de um conjunto de 75 Boas Práticas de Economia Circular implementadas pelos associados da APED, que foram diretamente recolhidas junto das empresas de distribuição e retalho que operam no mercado nacional (ALDI, Auchan, Decathlon, IKEA, Intermarché & Mosqueteiros,

LIDL, Mercadona, Pingo Doce & Jerónimo Martins e SONAE MC) e visam evidenciar estratégias desenvolvidas pelo tecido empresarial português que contribuem para um futuro mais sustentável no contexto das temáticas sobre Reciclagem (julho de 2020), Reutilização (agosto de 2020), Gestão Ambiental (setembro de 2020), Prevenção do Desperdício Alimentar (outubro de 2020) e Promoção do Consumo Sustentável (novembro e dezembro de 2020).

Boas Práticas por Biblioteca	RECICLAGEM	REUTILIZAÇÃO	PREVENÇÃO DO DESPERDÍCIO ALIMENTAR	GESTÃO AMBIENTAL	CONSUMO SUSTENTÁVEL
					
N.º	7	5	10	17	36
%	9,33%	6,67%	13,33%	22,67%	48,00%

Na sequência da subscrição por parte do Governo Português, representado pelo Secretário de Estado da Defesa do Consumidor, Eng.º João Torres, da Declaração da *Circular Plastics Alliance* (CPA), cujo principal objetivo consiste em promover ações voluntárias visando atingir, até 2025, o objetivo de 10 milhões de toneladas de plástico reciclado para fabricar anualmente novos produtos na Europa e, assim assegurar o bom funcionamento do mercado UE dos plásticos reciclados, a DSSE assegurou a representação nacional nas reuniões do respetivo *Steering Committee*, tendo iniciado, a convite da Comissão Europeia (DG GROW), os trabalhos preparatórios relacionados com a organização de um evento subordinado ao tema “Sinergias entre a Aliança Circular para os Plásticos e o(s) Pacto(s) Nacional(is) para os Plásticos”, a realizar à margem da reunião da Assembleia Geral do CPA e enquadrado na Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia durante o primeiro semestre de 2021.

Ao nível nacional, destaca-se que a DGAE se constituiu como Membro Institucional e Membro Fundador do “Pacto Português para os Plásticos”, promovido pela Associação *Smart Waste* Portugal e que integra a Rede de Pactos Nacionais promovida pela Fundação *Ellen MacArthur*, tendo neste contexto a DSSE

assegurado a participação nas reuniões plenárias do respetivo *Advisory Board* e do Grupo de Trabalho “Plásticos de Uso Único considerados problemáticos ou desnecessários”.

A DSSE assegurou a participação da DGAE como oradora em vários eventos no domínio da sustentabilidade empresarial, destacando-se o Evento de Lançamento do Pacto Português para os Plásticos (4 de fevereiro), a Conferência COGEN Portugal “A Eficiência Energética e o Clima” (10 de fevereiro), as Jornadas Técnicas da Sociedade Ponto Verde 2020 (13 de fevereiro), a Cimeira do Consumidor (Tomar, 5 e 6 de março de 2020), a Apresentação Pública do “Estudo de Indicadores da Economia Circular - Um Contributo Nacional” (2 de julho) e o 18.º Encontro da VALORPNEU (25 de novembro).

No âmbito da gestão de fluxos específicos de resíduos, a DSSE deu continuidade às atividades de licenciamento e acompanhamento das atividades desenvolvidas pelas 15 entidades gestoras licenciadas no âmbito de seis (6) fluxos específicos de resíduos [embalagens e resíduos de embalagens (incluindo os subfluxos resíduos de embalagens e medicamentos e resíduos de embalagens em agricultura), veículos em fim de vida, óleos usados, pneus usados, resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos e resíduos de pilhas e acumuladores], tendo dado particular atenção a matérias de cariz económico-financeiro, visando uma maior eficácia e eficiência na aplicação do princípio da responsabilidade alargada do produtor, quer em termos de impactos para as entidades gestoras, quer para os operadores económicos e para os consumidores.

Neste contexto, foi ainda analisado um conjunto de documentos que incluem modelos de prestação financeira (revisões e atualizações), planos de atividade e orçamentos previsionais, planos de prevenção, de sensibilização, comunicação e educação e de investigação e desenvolvimento, relatórios de atividades e contas anuais e relatórios de atividades intercalares (trimestrais ou quadrimestrais), bem como o caderno de encargos submetido pela SOGILUB para efeitos de atribuição de uma nova licença.

Salientam-se os trabalhos realizados pela DSSE relativos à definição dos critérios a adotar nos novos modelos de prestação financeira do SIGRE, com base no estudo realizado ao abrigo do Despacho n.º 5615/2020, de 20 de maio, bem como a elaboração de propostas de prorrogação da licença da entidade gestora VALORMED para a gestão de um sistema integrado de embalagens e resíduos de embalagens e medicamentos (SIGREM), de uma nova licença para a entidade gestora SOGILUB para a gestão de um Sistema Integrado de Gestão de Óleos Usados (SIGOU), de alteração do regime geral da gestão de fluxos específicos de resíduos (UNILEX), de transposição do artigo 5.º da Diretiva (UE) 2019/904, de 5 de junho, relativa à redução do impacto de determinados produtos de plástico no ambiente (Diretiva SUP) e do Despacho que autorizava as entidades gestoras do SIGRE, a título excecional e para o ano de 2020, a procederem a uma afetação das despesas anuais com a rubrica de Sensibilização, Comunicação & Educação não inferior a 5% das despesas anuais (Despacho n.º 8898/2020, de 17 de setembro).

Destaca-se, ainda, a realização de várias reuniões e consultas a grupos de interesse e estruturas representativas de setores empresariais no contexto da colaboração para a elaboração do “Guia de Orientações para a aplicação da Diretiva SUP”, bem como no âmbito dos trabalhos de transposição do artigo 5.º da Diretiva SUP.

No que diz respeito ao estudo que dá cumprimento ao preconizado no artigo 99.º do Decreto-Lei n.º 152-D/2017, de 11 de dezembro, a DSSE, em conjunto com a APA, I.P., analisou e emitiu contributos e sugestões no âmbito dos relatórios de progresso, tendo o relatório final sido submetido a 31 de dezembro.

No domínio do projeto pré-definido 1, financiado através do Programa Ambiente do Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu (MFEEE) para o período de 2014-2021 (*EEA Grants*), destaca-se a participação da DSSE numa visita de estudo a Oslo entre 22 e 24 de janeiro, integrada na delegação Portuguesa, bem como a participação no procedimento de adjudicação e no acompanhamento dos trabalhos relativos ao estudo que visa apoiar a definição do modelo económico e regulatório nacional do futuro sistema de depósito de embalagens de bebidas em plástico, vidro, metais ferrosos e alumínio.

Destaca-se, ainda, a participação da DSSE no Grupo de Trabalho criado no âmbito da iniciativa que visa a criação de um Plano de Ação para a recolha de Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos (REEE), de modo a imprimir maior eficiência aos sistemas integrados de gestão deste fluxo específico de resíduos, cujos trabalhos terão continuidade em 2021.

A DSSE assegurou a participação nas reuniões da Comissão Nacional de Combate ao Desperdício Alimentar (CNCDA), no âmbito da qual, em conjunto com a Direção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV), é responsável pela promoção da Medida 11 (Promover locais específicos para venda de produtos em risco de desperdício) do “Plano de Ação de Combate ao Desperdício Alimentar”.

Salienta-se, ainda, que a DSSE integrou o Comité de Seleção relativo ao Aviso n.º 3 (Apoio ao aumento de eficiência de recursos ligados às empresas do setor marítimo) do Programa Crescimento Azul do Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu (MFEEE) para o período de 2014-2021 (*EEA Grants*), tendo assegurado a participação como membro do painel de jurados do prémio "*ERP Eco Sustainability Award*" promovido pela entidade gestora ERP Portugal e que contou com o apoio institucional da DGAE.

No âmbito da responsabilidade pela gestão do “Registo Nacional de Matérias Fertilizantes Não Harmonizadas”, com vista à sua colocação no mercado nacional, transitaram de 2019 para 2020, 66 pedidos de inscrição no registo, tendo sido recebidos, em 2020, 169 pedidos de inscrição no Registo, dos quais foram deferidos 97 e indeferidos 105. Foram submetidos 13 pedidos de renovação do registo e 27 pedidos de alteração de elementos constantes do registo, tendo ainda sido asseguradas respostas a 305 pedidos de esclarecimento de operadores económicos relativamente a dúvidas suscitadas pela aplicação do Decreto-Lei n.º 103/2015, de 15 de junho, que estabelece as regras a que deve obedecer a colocação no mercado de matérias fertilizantes e assegura a execução do Regulamento (CE) n.º 2003/2003, de 13 de outubro, relativo aos adubos.

Neste contexto, a DSSE assegurou a participação em reuniões ao nível da União Europeia sobre as matérias fertilizantes, nomeadamente no Grupo de Peritos da Comissão Europeia sobre Produtos Fertilizantes, sendo que, após resposta favorável da Comissão Europeia relativamente ao procedimento de notificação 2019/296/P do novo regime aplicável às matérias fertilizantes, foram remetidas à Tutela as versões revistas dos respetivos projetos de Decreto-Lei e Portaria.

No domínio dos trabalhos de desmaterialização, através do balcão digital ePortugal, dos procedimentos referentes aos serviços a prestar previstos no Decreto-Lei n.º 103/2015, foram realizados testes de operacionalização dos respetivos formulários em colaboração com a AMA, I.P., não tendo, contudo, sido realizados os desenvolvimentos técnicos necessários para a disponibilização dos formulários aos operadores económicos no balcão ePortugal.

Foram divulgadas várias iniciativas e consultas públicas, tanto no sítio da Internet da DGAE, como junto de estruturas associativas empresariais, em particular as que se relacionam com a implementação do Pacto Ecológico Europeu [COM(2019) 640 final, de 11.12.2019] e do novo Plano de Ação da UE para a Economia Circular [COM(2020) 98 final, de 11.3.2020].

A DSSE, em representação da DGAE e enquanto Organismo Competente Nacional para o Sistema do “Rótulo Ecológico da UE” (REUE), participou nas reuniões de governação ao nível da União Europeia, designadamente no Comité REUE, no Fórum dos Organismos Competentes, no Comité Regulamentador e no Comité “Rótulo Ecológico da UE - Grupo Informal sobre Comunicação”.

Ao nível nacional, foram asseguradas as respostas a todas as questões colocadas por operadores económicos e deu-se continuidade à análise das candidaturas. De destacar que, em 2020, foram submetidas 8 candidaturas à obtenção de licenças de utilização do REUE e atribuídas 5 licenças no âmbito dos grupos de produtos “Papel para usos gráficos” (2), “Papel *tissue* e produtos de papel *tissue*” (2) e “Produtos cosméticos enxaguáveis” (1).

A 31 de dezembro de 2020, encontravam-se válidas 20 licenças de utilização do REUE no domínio dos seguintes grupos de produtos: “Detergentes para lavagem manual de louça” (2) , “Papel para usos gráficos” (2), “Papel *tissue* e produtos de papel *tissue*” (2), “Produtos cosméticos enxaguáveis” (2), “Produtos para limpeza de superfícies duras” (2), “Produtos têxteis” (1) e “Tintas e vernizes para interiores e exteriores” (4), que na totalidade incluem um conjunto de 4741 marcas comerciais, bem como 5 licenças de utilização do REUE a serviços de “Alojamento turístico”.

Com o objetivo de promover o Sistema do REUE junto de potenciais candidatos à atribuição das respetivas licenças de utilização e também junto de potenciais consumidores de produtos e de serviços, a DSSE elaborou um questionário que foi enviado para os 15 operadores económicos com licenças de utilização do REUE ativas, tendo em vista avaliar a disponibilidade daqueles agentes económicos funcionarem como multiplicadores em ações de promoção, tendo adicionalmente sido organizadas reuniões bilaterais com 7 operadores económicos nacionais, bem como com as seguintes entidades: DECO (organização de consumidores), Liga Portuguesa para a Natureza (Organização não governamental de ambiente) e *Zero Waste Lab* PT (Projeto de intervenção).

Salienta-se, ainda, neste domínio a realização de ações de sensibilização junto dos operadores económicos sobre a atualização de dados no ECAT (*Ecolabel Catalogue*) e a disponibilização na página inicial do sítio da Internet da DGAE de uma entrada direta para uma listagem de produtos e serviços detentores de licenças de utilização REUE.

A DSSE participou no Grupo de Trabalho 11 "Produtos e Serviços Limpeza" da Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas (ENCPE 2020), cujo objetivo consistiu em elaborar o manual "Critérios de contratação pública ecológica, no âmbito da ENCPE 2020, para serviços de limpeza de interiores", já disponível no sítio da Internet da ENCPE 2020.

No âmbito da Responsabilidade Social das Empresas (RSE), a DSSE assegurou a participação nas reuniões do Grupo de Trabalho da OCDE "Conduta Empresarial Responsável", da Rede de Pontos de Contacto Nacionais para as Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais (Rede PCN), do Fórum Global da OCDE "Conduta Empresarial Responsável", do Conselho para as Migrações do Alto Comissariado para as Migrações (ACM), da Comissão Nacional para os Direitos Humanos (CNDH), do Grupo de Trabalho Empresas e Direitos Humanos do CNDH, do Grupo de Trabalho Direitos Humanos e Práticas Laborais da Rede RSO PT, do Grupo de Trabalho Responsabilidade Social da APPDI e da Comissão Técnica (CT 216) do Instituto Português da Qualidade, I.P., responsável pela elaboração da Norma Portuguesa (NP) para a "Igualdade Remuneratória entre mulheres e homens", designadamente no Grupo de Trabalho 3, que analisa a "Norma Islandesa" que serve de base para a elaboração da NP.

Neste contexto, foi assegurada a resposta a questionários, a coordenação e elaboração de contributos, o apoio à elaboração de vários instrumentos de divulgação, como por exemplo a brochura da Rede RSO PT "O trabalho em contextos de crise", e o relatório de 2020 da OCDE "*Integrating Responsible Business Conduct in Public Procurement*", destacando-se o apoio à academia, designadamente à Universidade do Porto, que participa na construção do instrumento de gestão organizacional "*Later Life Workplace Index*" e à Universidade Nova de Lisboa, respondendo ao questionário enviado pela autora do artigo "*The Portuguese National Contact Point for Responsible Business Conduct*", publicado no NOVA BHRE Blog.

Em 2020, o Plano Nacional de Ação para a Conduta Empresarial Responsável e Direitos Humanos (PNACERDH) foi submetido à Tutela para aprovação, tendo também sido concluídos e publicados, no sítio da Internet da DGAE, o "Guia de Procedimentos para o Tratamento das Instâncias Específicas", no âmbito das Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais e o modelo do "Requerimento" para o contacto inicial com o PCN PT.

Ainda no âmbito da RSE, importa destacar que a DGAE foi identificada pela Tutela como ponto focal do METD no âmbito da implementação das medidas do Plano Nacional de Implementação do Pacto Global das Migrações (PNIPGM), que se encontra a ser coordenado pelo ACM.

No quadro da descarbonização da economia, a DSSE assegurou a análise e elaboração de pareceres no que diz respeito a propostas legislativas respeitantes a uma Lei de Bases do Clima, à Lei Europeia do Clima e à definição de mecanismos para uma transição justa, tendo ainda assegurado a participação nas reuniões da Comissão Permanente de Prevenção, Monitorização e Acompanhamento dos efeitos da Seca (CPPMAE), da Agência para a Energia (ADENE) e do Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética (PNAEE).

No âmbito da Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAC) e na qualidade de coordenador do Grupo de Trabalho “Economia: indústria, comércio e serviços e turismo”, a DSSE, a convite da APA, I.P., apoiou a organização da Conferência Ibérica de Adaptação às Alterações Climáticas no âmbito do projeto LIFESHARA, designadamente através da coordenação da organização da sessão temática 9, subordinada ao tema “*Adaptation to climate change from an economic perspective (tourism)*”, que teve lugar em formato virtual no dia 20 de novembro de 2020.

**QUADRO XVIII**  
**ATIVIDADES PREVISTAS E REALIZADAS PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS PARA A POLÍTICA EMPRESARIAL (DSPE)**

Matriz de objetivos e atividades da DSPE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
1	[O1] Garantir a representação da DGAE nas estruturas nacionais, europeias e internacionais	40%	11	Taxa de participação em reuniões planeadas (QUAR DGAE - Ind1)	[80%-90%]	60%	Representar a DGAE e/ou Ministério da Economia e da Transição Digital, na qualidade de SHERPA do SME Envoy, nas reuniões associadas à iniciativa <i>Small Business Act</i> (SBA) para a Europa e assegurar o secretariado do GT nacional para a iniciativa SBA.	R	A DGAE participou nas 3 reuniões realizadas no âmbito da Rede de SME Envoys.
							Representar a DGAE e/ou Ministério da Economia e da Transição Digital nas reuniões associadas à iniciativa <i>Digitising European Industry - Digital Innovation Hubs, Artificial Intelligence</i> , Plataforma das Iniciativas Nacionais para a Digitalização da Indústria.	R	Foi assegurada a representação da DGAE/METD em 10 reuniões associadas à iniciativa DEI.
							Representar o Ministério da Economia e da Transição Digital no Comité do Espaço Europeu da Investigação e da Inovação (ERAC).	R	Realizaram-se 3 reuniões, nas quais o METD esteve representado pela DGAE.

Matriz de objetivos e atividades da DSPE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Assegurar representação nacional no Grupo Política de Empresa - vertente Inovação (EPG - <i>Innovation</i> ).	R	Da participação na reunião do EPG resultou a apresentação de uma proposta sobre o modelo conceptual do <i>European Innovation Scoreboard</i> (EIS). Da participação em 3 reuniões do Subgrupo do <i>Digital Single Market</i> foi elaborada uma análise relativa às 51 propostas sobre a atualização da estrutura de medição do <i>Digital Economy and Society Index</i> (DESI).
							Assegurar a representação nacional no <i>Advanced Technologies for Industry Group</i> .	NR	O Grupo não reuniu em 2020
							Assegurar a representação PT nas reuniões do Grupo de Alto Nível das Indústrias Intensivas em Energia (GAN IIE) e nas reuniões SHERPA.	R	O Grupo SHERPA reuniu duas vezes. Na reunião de 3 de novembro foi apresentado o Plano de Recuperação e Resiliência nacional, cujo projeto havia sido submetido à CE em outubro.
							Participar em reuniões e grupos de trabalho no âmbito da preparação da PPUE2021.	R	Foi assegurada a participação em 9 reuniões de preparação da PPUE2021, na área do digital.

Matriz de objetivos e atividades da DSPE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Representar PT no Grupo de Peritos para as Indústrias de base Florestal.	R	O Grupo de Peritos reuniu uma vez, por videoconferência.
							Representar PT no Comité da Indústria, Inovação e Empreendedorismo (CIIE) – OCDE.	R	Foi assegurada a participação nas duas reuniões deste Comité da Indústria.
							Representar PT no Grupo de Trabalho das PME e do Empreendedorismo (WPSMEE) – OCDE.	R	Preparação e participação nas 3 reuniões organizadas pela OCDE. Portugal mantém assento no <i>bureau</i> do WPSMEE, contribuindo para a definição e condução dos trabalhos no âmbito deste GT.
							Representar PT nas reuniões do Comité do Aço – OCDE.	R	Foi assegurada a participação na reunião de setembro. A reunião de março foi cancelada pela OCDE, em consequência da pandemia COVID-19.
							Representar o Ministério da Economia e da Transição Digital nas reuniões do Comité do Carvão e do Aço (COSCO) – UE.	NR	O Grupo não reuniu em 2020
							Participar no grupo de Peritos para os Clusters, no âmbito da Política Industrial da UE.	R	Foi assegurada a participação em 3 reuniões do Grupo de Peritos e em duas reuniões do Subgrupo para as Competências.

Matriz de objetivos e atividades da DSPE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Assegurar o Secretariado da Plataforma de Acompanhamento nas Relações das Fileiras Florestais (PARF) e participar nas reuniões preparatórias e plenárias da PARF.	R	Apesar de não se ter realizado nenhuma reunião plenária da PARF, foi assegurado o Secretariado da PARF e a organização de diversas reuniões de coordenação com as Subcomissões.
							Representar a DGAE e/ou o Ministério da Economia e da Transição Digital em Grupos de Trabalho, Conselhos, Reuniões e outras Estruturas de natureza diversa.	R	Foi assegurada a participação nos seguintes Grupos de Trabalho: (i) Grupo de Acompanhamento e Avaliação das Condições de Abastecimento de Bens nos Setores Agroalimentar e do Retalho; (ii) Grupo de Peritos do Programa Europa Digital; (iii) Grupo de Trabalho Nacional de Acompanhamento do DESI; (iv) Grupo de Trabalho Nacional para os Polos de Inovação Digital; (v) Grupo de Acompanhamento Inteligência Artificial Portugal 2030; (vi) Grupo de Trabalho para a Criação de um Sistema Nacional de Certificação em Cibersegurança; (vii) Grupo Técnico <i>Small Business Act</i> .

Matriz de objetivos e atividades da DSPE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
			12	Taxa de recomendações de atuação relevantes apresentadas (QUAR DGAE - Ind2)	[10%-20%]	15%	Efetuar propostas de recomendações relevantes decorrentes da participação em Grupos de Trabalho, Comités e reuniões de trabalho.	R	O indicador foi superado: as propostas de recomendação de atuação e/ou planos de ação apresentados junto da tutela representaram um peso de 24,32%.
			13	Nº de reuniões de coordenação organizadas pela DGAE no âmbito das suas competências (QUAR DGAE - Ind3)	[14-16]	20%	Organizar reuniões de coordenação no âmbito da PARF.	R	Foram organizadas diversas reuniões de coordenação com as Subcomissões, para elaboração e conclusão do documento "Fileiras Florestais e Economia Circular - Diagnóstico e Propostas de Atuação".
							Organizar reuniões de coordenação do GT no âmbito do <i>European Innovation Scoreboard</i> .	R	Foi organizada uma reunião de coordenação, para efeitos da revisão metodológica do EIS e apresentação de proposta sobre o modelo conceptual do índice.
							Organizar reuniões do GT nacional responsável pelo processo de reconhecimento nacional dos <i>Digital Innovation Hubs</i> .	R	Foram organizadas 15 reuniões do GT dos DIH.

Matriz de objetivos e atividades da DSPE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Assegurar a coordenação de reuniões variadas, no âmbito das competências da Direção de Serviços.	R	A DGAE passou a assegurar a representação nacional nas reuniões técnicas do <i>Digital Economy and Society Index</i> , para efeitos da revisão metodológica da estrutura de medição, tendo organizado duas reuniões de coordenação.
			14	Taxa de participação em eventos, no âmbito da preparação da PPUE2021 (QUAR DGAE - Ind4)	[90%-98%]	5%	Assegurar a representação da DSPE em eventos no âmbito da PPUE2021.	R	Foi assegurada a contribuição na organização de eventos, no âmbito da preparação da PPUE2021.
2	[O2] Assegurar a implementação de medidas de simplificação e de desburocratização administrativas	10%	15	Nº de medidas de desburocratização e de redução de custos de contexto a concluir em 2020 (QUAR DGAE - Ind6)	1	100%	Realizar as atividades decorrentes da simplificação do procedimento administrativo dos novos produtos do tabaco.	R	O objetivo foi atingido, através da desmaterialização, no portal ePortugal, do procedimento relativo à autorização de introdução no mercado dos novos produtos do tabaco.

Matriz de objetivos e atividades da DSPE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
3	[O3] Contribuir para a melhoria do desenvolvimento das atividades económicas	25%	16	N.º de sínteses de indicadores económicos e de infografias setoriais produzidas e disponibilizadas na página web da DGAE	60	30%	Monitorizar a atividade da indústria transformadora e dos seus setores dominantes na economia nacional, permitindo obter um <i>output</i> essencial na preparação de pareceres/contributos e resposta a solicitações no âmbito das competências da DGAE.	R	Foram atualizados os materiais de difusão já existentes e produzidos 56 novos, para 28 novos códigos CAE, permitindo uma maior cobertura e granularidade da monitorização da atividade da indústria transformadora nacional, com base em estatísticas oficiais. No total, foram atualizados e ou /produzidos 112 materiais de difusão (sínteses de indicadores económicos e infografias setoriais), superando a meta prevista.
			17	N.º de ações de divulgação de oportunidades de financiamento	20	20%	Divulgar oportunidades de financiamento para as empresas através da publicação de informação no website da DGAE e na sua newsletter (a lançar no decorrer do ano de 2020), bem como junto dos agentes económicos e entidades públicas e privadas, nomeadamente no que se refere ao processo de reconhecimento nacional dos DIH.	R	Foram divulgadas 24 oportunidades de financiamento e informação referente aos <i>Digital Innovation Hubs</i> no sítio web da DGAE.

Matriz de objetivos e atividades da DSPE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
			18	N.º de propostas de formulação e avaliação da execução de políticas públicas apresentadas (QUAR DGAE - Ind7)	2	20%	Proposta de articulação da atuação da DGAE com a nova Estrutura de Missão Portugal Digital; Apresentação de um Documento Estratégico no âmbito das Indústrias da Fileira Florestal sobre as cadeias de valor e economia circular - proposta de políticas e recomendações.	R	Foi superado o objetivo, com a apresentação de quatro propostas de definição de políticas públicas à tutela: (i) estrutura nacional de governação no domínio da transição digital; (ii) diagnóstico e propostas de atuação no domínio das “Fileiras Florestais e Economia Circular”; (iii) proposta de manifestação de interesse, no âmbito dos Polos de Inovação Digital/ <i>Digital Innovation Hubs</i> (Aviso e regras de acesso) e atuação futura, e (iv) proposta de Regulamento e de acesso à Rede Europeia dos Polos de Inovação Digital (e elaboração do Aviso, publicado no <i>website</i> do IAPMEI).
			19	% de respostas e pareceres relativos aos procedimentos sobre os novos produtos do tabaco emitidos dentro do prazo	[95%-98%]	10%	Análise e gestão de pedidos de autorização de introdução no mercado de novos produtos do tabaco; Definição e apresentação de propostas de melhoria dos procedimentos.	R	Foram emitidas 4 autorizações de introdução no mercado de novos produtos do tabaco.

Matriz de objetivos e atividades da DSPE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
			110	% de respostas e pareceres relativos aos procedimentos sobre o licenciamento, registo e monitorização de precursores de droga emitidos dentro do prazo	[95%-98%]	10%	Análise e gestão de pedidos de emissão de licença, registo e comunicação anual da atividade dos operadores económicos no âmbito dos precursores de droga; Definição e apresentação de propostas de melhoria dos procedimentos.	R	Foram registados 3 operadores e procedeu-se à sistematização da informação sobre a atividade anual dos operadores que intervêm na produção, fabrico, transformação ou armazenagem das substâncias inventariadas das categorias 1, 2 e 3.
			111	N.º de iniciativas promovidas e/ou apoiadas pela DSPE em colaboração com outros organismos (QUAR DGAE - Ind8)	2	10%	Divulgar a iniciativa europeia dos DIH junto de diversos <i>Stakeholders</i> (Centros de Interface, CoLAB, Clusters, entidades institucionais), de modo a esclarecer dúvidas e ajudar a preparar o processo de reconhecimento e constituição de hubs nacionais.	R	Foram realizados dois <i>workshops</i> com diversos <i>stakeholders</i> , com o intuito de auscultar, discutir e esclarecer dúvidas com as entidades que pretendem ter uma atuação no âmbito de DIH ao nível nacional e, potencialmente, ao nível europeu.
4	[O4] Garantir os prazos de resposta às solicitações dirigidas à DSPE	15%	112	% de pareceres relevantes emitidos dentro do prazo solicitado. (QUAR DGAE - Ind9)	[94%-98%]	50%	Elaborar contributos e emitir pareceres, em resposta às solicitações dos Gabinetes do Ministério da Economia e da Transição Digital.	R	Foram emitidos 137 pareceres relevantes dentro do prazo.

Matriz de objetivos e atividades da DSPE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
			I13	% de solicitações respondidas com caráter substantivo dentro do prazo. (QUAR DGAE - Ind10)	[94%-98%]	50%	Proceder à análise de informação e responder a solicitações internas à DGAE, bem como a entidades da Administração Pública e/ou entidades particulares.	R	Foram elaborados 489 contributos, em resposta a solicitações várias, dentro do prazo.
5	[O5] Melhorar as competências da DGAE e a qualidade dos serviços prestados	10%	I14	N.º de ações realizadas pela DSPE em colaboração com a Academia e outras entidades (QUAR DGAE - Ind11)	1	60%	Organizar eventos no âmbito das matérias acompanhadas pela DSPE.	R	Foi realizado um Info-Day sobre os <i>European Digital Innovation Hubs</i> , em colaboração com a Comissão Europeia, o IAPMEI e a ANI, que contou com a participação do SEAEc e do SETD.
			I15	N.º de contributos para o site da DGAE	50	40%	Elaborar destaques, peças de comunicação, informação sobre financiamento e outras matérias de interesse à envolvente empresarial.	R	Para além da informação referente ao financiamento e à atualização e produção de novos materiais de difusão - síntese de indicadores e infografias (contabilizadas anteriormente), foram enviados 72 conteúdos para o sítio <i>web</i> da DGAE, superando o indicador. Este número reflete, em parte, a atualização regular de informação sobre medidas de apoio à atividade económica (particularmente importante no contexto vivido de pandemia COVID-19).

## QUADRO XIX

### ATIVIDADES NÃO PREVISTAS, MAS REALIZADAS PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS PARA A POLÍTICA EMPRESARIAL (DSPE)

Matriz de objetivos e atividades da DSPE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
1	[O1] Garantir a representação da DGAE nas estruturas nacionais, europeias e internacionais			Participação em reuniões			FDI & SME productivity and innovation – OCDE	R	Na sequência de validação do MEETD, Portugal participa como país-piloto neste projeto, cuja coordenação é assegurada pela DGAE (participam ainda o IAPMEI, a ANI, a ADC e AICEP). Em 2020, realizaram-se 3 reuniões com a OCDE, no âmbito deste projeto (01-05-2020; 09-11-020 e 16-12-2020).

Matriz de objetivos e atividades da DSPE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							SME Taxation Expert Group	R	Na sequência do trabalho realizado em 2018, a CE contactou a DGAE no sentido de esta integrar novamente o Grupo de Peritos, com o propósito de atualizar e alargar o trabalho realizado em 2018, nomeadamente integrando outros Estados-Membros, entre os quais Portugal (18 de setembro: apresentação do <i>Inception Report - Tax compliance costs for SMES: An Update and a Complement</i> ).
							Grupo de Peritos do Programa Europa Digital		Na sequência do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido no domínio do Digital, a DGAE passou a integrar a delegação nacional no Grupo de Peritos do Programa Europa Digital, tendo participado nas reuniões de 29 de outubro e 30 de novembro.

Matriz de objetivos e atividades da DSPE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Grupo de Trabalho para a Criação de um Sistema Nacional de Certificação em Cibersegurança	R	A DGAE integrou este GT, tendo participado em 4 reuniões: 31-06-2020; 06-07-2020; 20-10-2020 e 26-11-2020. Na última reunião foi apresentada a proposta de criação de um sistema nacional de certificação em Cibersegurança.
							Grupo de Acompanhamento e Avaliação das Condições de Abastecimento de Bens nos Setores Agroalimentar e do retalho	R	Grupo criado pela tutela, em resposta à COVID-19. Reuniu 12 vezes, com a produção das respetivas atas e de 4 relatórios (3 intercalares e 1 final).
							Participação em reuniões e coordenação de GT	R	A DGAE coordenou a posição nacional e participou nas reuniões do <i>Digital Single Market</i> dedicadas ao <i>Digital Economy and Society Index</i> (DESI).

Matriz de objetivos e atividades da DSPE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							GT Polos de Inovação Digital	R	Apesar de já se encontrar prevista para 2020 a definição de um modelo para a criação de uma rede nacional de polos de inovação digital, interligada com a rede europeia, não se previa um número tão significativo de reuniões do GT responsável pela dinamização do processo. Durante o ano de 2020, realizaram-se 26 reuniões do GT, para além de múltiplas reuniões de esclarecimento com os potenciais candidatos.

## QUADRO XX AUTOAVALIAÇÃO PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS PARA A POLÍTICA EMPRESARIAL (DSPE)

A pandemia provocada pelo novo coronavírus SARS-CoV-2 teve um impacto significativo nas atividades desenvolvidas pela Direção de Serviços para a Política Empresarial (DSPE) durante o ano de 2020, bem como na forma como as mesmas foram realizadas, maioritariamente, em contexto de trabalho remoto.

Esta situação exigiu, pelas competências que estão afetas à DSPE, um acréscimo significativo do volume de trabalho, com pedidos de resposta a várias solicitações de operadores económicos, no âmbito da resposta à crise gerada pela COVID-19, das quais se destacam:

- acompanhamento e sistematização das medidas lançadas pelo Governo no âmbito do controlo da pandemia e da mitigação dos efeitos da mesma nas empresas nacionais;
- análise e preparação de resposta a 68 pedidos de operadores económicos, no âmbito das medidas lançadas para apoiar a economia, em função das especificidades de cada setor;
- participação nas 12 reuniões do Grupo de Acompanhamento e Avaliação das Condições de Abastecimento de Bens nos Setores Agroalimentar e do Retalho e elaboração das respetivas atas, dos 3 relatórios intercalares e do relatório final;
- levantamento e análise das respostas dos países membros da OCDE direcionadas para as PME, no contexto do surto COVID-19;
- sistematização e atualização das medidas de combate à pandemia e, seguidamente, das medidas de reabertura da economia, para envio à tutela. Num primeiro momento, entre março e junho, com uma periodicidade quinzenal, foi recolhida informação relativa à Finlândia, França, Países Baixos, Suécia e Reino Unido. Num segundo momento, com início em novembro e que se prolonga por 2021, tem sido recolhida informação relativa à Dinamarca, Espanha, Países Baixos e República Checa, com a mesma periodicidade;
- apuramento de iniciativas que concorrem para a digitalização da economia, no âmbito do combate à pandemia, para efeitos do *DESI 2020 country report*;

- contributo para o preenchimento do questionário *Integrated Political Crisis Response*, com informação sobre as medidas setoriais adotadas por Portugal. Este exercício foi alvo de atualizações ao longo do ano;
- contributo para o exercício lançado pelo *European Systemic Risk Board*, de monitorização das implicações sobre a estabilidade financeira das medidas de apoio e promoção da atividade económica adotadas no contexto COVID-19. Este exercício foi alvo de atualizações ao longo do ano;
- elaboração de FAQ sobre o apoio extraordinário à retoma progressiva de atividade em empresas em situação de crise empresarial;
- elaboração de notícias para publicação no *website* da DGAE com informação relevante sobre a aprovação de medidas de apoio para as empresas e equipamentos de proteção individual.

De entre as restantes atividades previstas para o ano de 2020, destaca-se, em particular, aquelas que a DSPE desenvolveu em cooperação com diversas entidades, no sentido de:

- promover e divulgar boas práticas no âmbito do empreendedorismo, competitividade, inovação, digitalização e sustentabilidade das empresas;
- promover a adoção de políticas que visam a simplificação administrativa e a redução dos custos de contexto para os agentes económicos, através da desmaterialização, no portal *ePortugal*, dos procedimentos no âmbito da autorização de introdução no mercado dos novos produtos do tabaco;
- promover e participar na elaboração do enquadramento legislativo e regulamentar de políticas públicas, nomeadamente através da realização de análises setoriais que permitem avaliar o seu impacto nos agentes económicos;
- dinamizar a implementação em Portugal da iniciativa *Small Business Act (SBA)* para a Europa e apoiar o *SME Envoy*, enquanto representante nacional para as PME;
- acompanhar a conceção e a execução das políticas para os setores industriais nacionais, participando na preparação da posição nacional a assumir nas instâncias europeias e internacionais;

- acompanhar, nas instâncias da UE, OCDE e outras organizações internacionais, as áreas relativas ao empreendedorismo, competitividade, inovação, transição energética e digital na indústria transformadora e nas PME;
- emitir pareceres, em resposta a solicitações dos serviços e organismos da Administração Pública, entidades do sistema associativo e empresas;
- coordenar o grupo de trabalho nacional dedicado ao acompanhamento da estrutura de medição do *Digital Economy and Society Index (DESI)* e assegurar a representação nacional nas reuniões técnicas do *Digital Single Market Strategic Group* dedicadas ao DESI;
- assegurar a representação nacional nas reuniões dedicadas ao acompanhamento da estrutura de medição do *European Innovation Scoreboard*, promovidas pela DG GROW – Indústria, e contribuir para o processo de revisão metodológica em curso.
- desenvolver e implementar o modelo de rede nacional de Polos de Inovação Digital, devidamente interligada com a rede europeia, a ser financiada no âmbito do Programa Europa Digital (DEP).

#### **OBJETIVOS OPERACIONAIS – EFICÁCIA**

A pandemia COVID-19 provocou o cancelamento da maior parte das reuniões presenciais (nacionais e internacionais). Se no caso do Grupo da Indústria sobre Tecnologias Avançadas e do Comité do Carvão e do Aço as reuniões acabaram por não se realizar, nos restantes casos foi possível participar nas reuniões planeadas, por videoconferência.

Refira-se, ainda, a participação em reuniões não planeadas, de que são exemplo as reuniões nacionais do Grupo de Acompanhamento e Avaliação das Condições de Abastecimento de Bens nos Setores Agroalimentar e do Retalho e as reuniões realizadas no âmbito do Grupo de Trabalho Nacional para os Polos de Inovação Digital (*Digital Innovation Hubs*), bem como as reuniões com a OCDE relativas ao projeto sobre o impacto do Investimento Direto Estrangeiro na produtividade e inovação das PME, no qual Portugal será um caso de estudo, e um número acrescido de reuniões do Grupo de Peritos da Comissão Europeia para os *Clusters*.

Em resultado da participação em Grupos de Trabalho, Comitês e reuniões de trabalho, a DSPE elaborou propostas de recomendação de atuação e/ou planos de ação junto da tutela, representando mais de 24% do total de propostas apresentadas pela DGAE.

Da participação da DSPE em reuniões internacionais e europeias, destacam-se, pela sua relevância e propostas apresentadas, as seguintes:

- **Rede Europeia *SME Envoys***, na qualidade de Ponto de Contacto Nacional para o SBA (SHERPA do SME Envoy). Durante o ano foram realizados um conjunto de trabalhos, nomeadamente: (i) relatório sobre a digitalização das PME, “*SME Envoy Digitalisation of SMEs across the EU*”, (ii) compilação e sistematização das medidas direcionadas para as PME na sequência da pandemia “*COVID-19 response overview of measures taken by Member States*”, (iii) relatório anual “*2020 Annual Report of the SME Envoy Network*”, a ser apresentado no Conselho de Competitividade. Sublinhe-se ainda o “Relatório *SME Performance Review 2020*” e a *SBA Fact Sheet Portugal 2020*, trabalhos complementares e desenvolvidos em parceria com o GEE;
- **Grupo Política de Empresa - Subgrupo Inovação (*EPG - Innovation*<sup>20</sup>)**, para efeitos da revisão metodológica do *European Innovation Scoreboard (EIS)*, Portugal apresentou uma proposta extensa e suportada numa reflexão crítica sobre o modelo conceptual do índice, por um lado, e numa análise exploratória quantitativa multivariada que permitiu, por outro, fundamentar os detalhes da proposta apresentada.
- **Acompanhamento técnico do *Digital Economy and Society Index (DESI)* – Digital Single Market Strategic Group**, para efeitos da revisão metodológica da estrutura de medição, tendo a DGAE passado a assegurar a representação nacional nas reuniões técnicas dedicadas ao DESI, onde apresentou e negociou várias propostas, com sucesso, e que se esperam vir a ter impacto positivo na edição de 2021 do DESI, que terá publicação adiada para o outono.
- **Grupo de Alto Nível das Indústrias Intensivas em Energia (GAN IIE)**. O Grupo SHERPA reuniu duas vezes em 2020, tendo uma das reuniões servido para que os Estados-Membros apresentassem os primeiros projetos dos Planos de Recuperação e Resiliência (PRR) submetidos à Comissão, ainda que nas suas

---

<sup>20</sup> O mandato desta formação da Comissão não foi renovado, mantendo-se agora a participação da DGAE nas reuniões dedicadas ao EIS no âmbito da DG-GROW – Indústria.

versões preliminares, procurando destacar os investimentos que pudessem vir a abranger as Indústrias Consumidoras Intensivas em Energia. Portugal foi um dos Estados-Membros a fazer uma breve apresentação do seu PRR submetido em outubro. O mandato do GAN IIE foi renovado até ao final de 2024, agora com atribuições que incluem a contribuição para o fórum industrial e o apoio e o desenvolvimento das alianças industriais, mantendo-se a DGAE na liderança da delegação nacional;

- **Member State Group on Artificial Intelligence and DEI** e respetivos Grupos de Trabalho associados, Grupo *SHERPA on AI and DEI*, *AI Watch* e **GT para os Digital Innovation Hubs (DIHs)**. No âmbito destes *fora*, deu-se continuidade aos seguintes trabalhos: (i) revisão do plano coordenado europeu para a Inteligência Artificial (IA) prevendo-se para 2021 um *follow-up* do *White Paper on Artificial Intelligence*, focado na segurança, responsabilidade, direitos fundamentais e dados; (ii) enquadramento regulamentar para a IA (estando previsto o lançamento de um pacote regulamentar para a IA no primeiro trimestre de 2021); (iii) definição do modelo de rede europeia de *DIH*, no âmbito do DEP. Refira-se que a DSPE é ponto de contacto nacional para a rede europeia de *DIH*.

Numa lógica de complementaridade entre os diversos grupos e *fora* que são acompanhados no âmbito do digital, cumpre ainda mencionar que, em 2020, a DSPE passou a integrar a delegação nacional do **Grupo de Peritos do Programa Europa Digital**, onde foram debatidos os vários programas de trabalho do DEP.

- **Plataforma das iniciativas nacionais para a digitalização da indústria**, no âmbito da qual foi elaborado o segundo relatório de monitorização das iniciativas nacionais para a digitalização da indústria, cuja apresentação teve lugar em Bruxelas no mês de outubro. A DSPE coordena este trabalho, o qual conta com o envolvimento de um conjunto alargado de entidades, nomeadamente: IAPMEI, ANI, FCT e COTEC;
- **Comité Indústria, Inovação e Empreendedorismo (CIIE) e Grupo de Trabalho para as PME e Empreendedorismo (WPSMEE)**, cuja delegação nacional é assegurada pela DSPE e no âmbito do qual foram desenvolvidos: (i) Programa de Trabalhos e respetivo orçamento para o período de 2021-2022; (ii) o projeto “*Enabling SMEs to benefit from digitalisation*”; e (iii) a “*OECD Strategy for SMEs*”.

Refira-se ainda o projeto “*Enabling FDI Diffusion to Boost SME Productivity and Innovation*”, o qual procura estabelecer a relação entre o Investimento Direto Estrangeiro, a produtividade e a inovação das PME. Portugal participa como país-piloto, na sequência de uma proposta da DGAE, validada pelo Ministro de Estado, da Economia e da Transição Digital. O projeto é coordenado pela DGAE e conta com a participação do IAPMEI, da ANI, da ADC e da AICEP Portugal Global, entre outros organismos (prevê-se a sua finalização em 2021). A DSPE integra, ainda, o *Informal Steering Group of the new SME and Entrepreneurship publication*, cuja missão é apoiar a OCDE na elaboração do *OECD SME & Entrepreneurship Outlook*, encontrando-se em curso a elaboração do relatório que será publicado no primeiro semestre de 2021.

De notar que Portugal mantém assento no *bureau* do WPSMEE, contribuindo para a definição e condução dos trabalhos no âmbito deste Grupo de Trabalho. A 30 de novembro de 2020, a DSPE foi oradora no *webinar* conjunto promovido pela *OECD e a ICSB (International Council of Small Business)*, subordinado ao tema “*Future of Entrepreneurship*”.

- **Comité do Aço da OCDE**, cuja delegação nacional é assegurada pela DSPE e que reflete sobre o problema da capacidade global excedentária no setor do aço, havendo ultimamente um aprofundamento da reflexão sobre os subsídios e auxílios ao setor que contribuem para o problema e as empresas detidas pelo Estado.
- **Grupo de Peritos para os Clusters**, em que a DGAE teve a possibilidade de ter uma participação ativa com as reuniões a realizarem-se por videoconferência, inclusivamente no Subgrupo das Competências e na elaboração do Relatório de Recomendações adotado em 15 de dezembro.

Em contexto nacional, o destaque vai para a participação da DSPE nos seguintes grupos de trabalho:

- **Grupo Técnico *Small Business Act*** – trabalho desenvolvido pela DSPE, na qualidade de secretariado do GT SBA, concretamente, na elaboração dos projetos de relatório de progresso das iniciativas e políticas implementadas no âmbito do SBA, em conformidade com o disposto na Resolução de Conselho de

Ministros n.º 14/2014, de 13 de fevereiro. Face ao acrescido volume de trabalho noutros domínios de atuação da DSPE, combinado com a saída do Prof. Nuno Mangas do cargo de Presidente do IAPMEI e, por inerência, de *SME Envoy*, não se realizou qualquer reunião do Grupo Técnico durante o ano de 2020. O Relatório referente ao ano de 2019 foi remetido à tutela, com conhecimento ao Secretário de Estado Adjunto e da Economia. O Relatório anual identificou um conjunto de dificuldades de implementação e apresentou propostas de ajustamento e de melhoria.

- **Grupo de Trabalho Nacional de acompanhamento do DESI** – por despacho do MEETD, de 1-1-2020, a DGAE foi designada como ponto focal nacional do DESI, em articulação com o GEE; a DGAE passou, assim, a assegurar a coordenação da posição nacional, através do GT, em que participam diversas entidades, entre elas o INE, a DGEEC, a AMA, a ANACOM, o GEE, os Serviços Partilhados do Ministério da Saúde e a FCT.
- **PARF** – a DSPE faz o acompanhamento dos setores de base florestal, no contexto da PARF – Plataforma de Acompanhamento das Relações nas Fileiras Florestais e questões setoriais relacionadas. No âmbito das atividades da PARF, para além das reuniões de coordenação das Subcomissões, merece destaque o documento **“FILEIRAS FLORESTAIS E ECONOMIA CIRCULAR – Diagnóstico e Propostas de Atuação”**. Este documento foi concluído, em estreita colaboração com as subcomissões, e **espera-se que constitua um importante contributo para melhorar o conhecimento sobre as atividades das fileiras florestais em Portugal e o seu dinamismo em matéria de economia circular**. Deverá ser submetido a aprovação na próxima reunião plenária da PARF, em 2021, uma vez que não se realizou a reunião plenária em 2020. Por fim, importa assinalar que esta unidade orgânica participou no **Conselho Nacional Florestal**, reforçando a sua capacidade de acompanhamento das indústrias de base florestal.
- **Grupo de Trabalho nacional para os Polos de Inovação Digital** – em paralelo com o trabalho desenvolvido em contexto europeu, iniciaram-se os trabalhos conducentes à definição do modelo para a rede nacional, que estará interligada com a rede europeia. Na sequência de reunião em Bruxelas, em fevereiro de 2020, procedeu-se à elaboração, em articulação com o IAPMEI e a ANI, de uma proposta técnica de operacionalização do reconhecimento europeu dos DIH nacionais. Dessa proposta resultou a inclusão, no Plano de Ação para a Transição Digital, publicado em 21 de abril de 2020, da medida 8 – **“Digital Innovation Hubs para o Empreendedorismo”**, a qual criou formalmente o grupo de trabalho técnico composto pelo IAPMEI, a DGAE, a ANI e a Estrutura de Missão Portugal Digital, com o objetivo de dinamizar o processo. Em resultado dos trabalhos desenvolvidos pelo grupo técnico, procedeu-se à publicação

em Diário da República de 11 de dezembro, do Despacho n.º 12046/2020, que procede à aprovação do Regulamento que estabelece o modelo de reconhecimento nacional dos Polos de Inovação Digital e o seu acesso à Rede Europeia, bem como, do Aviso 01/2020, de 14 de dezembro, Polos de Inovação Digital - Concurso para reconhecimento dos Polos de Inovação Digital e de acesso à Rede Europeia. O processo de candidatura prolongou-se até ao mês de janeiro de 2021. Foram ainda preparadas um conjunto de FAQ, disponíveis nos sítios *web* das várias entidades que integram o GT.

Este processo exigiu uma constante articulação com a Comissão Europeia, através do seu ponto de contacto para Portugal, e múltiplas reuniões com os *stakeholders* interessados. A título de exemplo, destaca-se a realização de: (i) *InfoDay*, em parceria com a Comissão Europeia; (ii) reunião alargada de *stakeholders* institucionais; (iii) *workshop* com todos os *stakeholders*; e (iv) conjunto alargado de reuniões, a pedido das entidades candidatas.

- **Grupo de Acompanhamento AI Portugal 2030 (GAIA)** – identificação de iniciativas a propor no âmbito da AI Portugal 2030 e debate sobre necessidades de ajustamento da Estratégia Nacional tendo presente o contexto europeu;
- **Grupo de Trabalho para a Criação de um Sistema Nacional de Certificação em Cibersegurança** – este GT é coordenado pelo CNCS e conta com a participação da DGAE e de elementos do Gabinete Nacional de Segurança e do Gabinete do Secretário de Estado para a Transição Digital. A PwC foi a consultora contratada para a realização do estudo e apresentação do relatório, que contou com contributos da DSPE. Em resultado dos trabalhos desenvolvidos, o CNCS apresentou, a um conjunto de *stakeholders*, a proposta de criação de um sistema nacional de certificação em Cibersegurança, a que se seguirá a elaboração de um anteprojecto de lei.

Ainda no domínio da Cibersegurança, sublinhe-se o trabalho desenvolvido pela DSPE no âmbito do **Plano de Ação da Estratégia Nacional de Segurança do Ciberespaço 2019-2023**, o qual prevê a criação do sistema nacional de certificação em Cibersegurança, anteriormente referido.

Importa, ainda, referir a colaboração e participação da DSPE em reuniões, no âmbito da preparação da **PPUE2021**, com destaque para a área do **digital**. Neste contexto, salientam-se as reuniões de preparação do trio de presidências e as que se realizaram, a pedido das autoridades dos Estados-Membros da Alemanha,

Dinamarca, Finlândia, França e Países Baixos, para dar a conhecer as prioridades da presidência portuguesa para o digital. Refira-se ainda, o trabalho desenvolvido no âmbito da elaboração do projeto da **Declaração de Lisboa “Digital Democracy with a Purpose”**, em linha com as orientações do Secretário de Estado para a Transição Digital, a qual será apresentada na *Digital Assembly*, em 2021.

Ainda no plano da eficácia, a DSPE trabalhou em estreita colaboração com a AMA, no sentido de concluir o processo de **desmaterialização**, no portal ePortugal, do procedimento relativo à **autorização de introdução no mercado dos novos produtos do tabaco**. Durante o ano de 2020 foram emitidas **4** autorizações de introdução no mercado de novos produtos do tabaco. Neste ano foram apresentados outros 4 pedidos, ainda em fase de apreciação pela DGS para emissão de parecer prévio.

Em matéria de operadores de **precursores de droga** foram registados 3 operadores, dos quais 2 correspondem a renovações, para além da sistematização da informação sobre a atividade anual dos operadores que intervêm na produção, fabrico, transformação ou armazenagem das substâncias inventariadas das categorias 1, 2 e 3, que foi remetida ao SICAD, no âmbito da Convenção da ONU de 1988.

No que respeita ao **acompanhamento e monitorização dos setores industriais**, foram **atualizados os materiais** já disponibilizados no ano anterior no sítio *web* da DGAE com informação estatística oficial, agora com acesso mais imediato através de um botão “*Estatísticas*” disponível na primeira página. Foram ainda **produzidos novos materiais de difusão** (sínteses de indicadores e infografias) **para 28 códigos adicionais da CAE**, permitindo uma maior cobertura e granularidade da monitorização da atividade da indústria transformadora nacional, com base em estatísticas oficiais, para além de outras ajustadas aos pedidos de contributos e de pareceres pelos organismos e Gabinetes do Ministério da Economia e da Transição Digital.

Releva-se ainda o trabalho desenvolvido pela DSPE no âmbito da **temática do financiamento das PME**, daí resultando a elaboração de elementos de apoio à participação da DGAE em reuniões nacionais, europeias e internacionais, a elaboração de contributos no âmbito das negociações do QFP, do Mecanismo de Recuperação e Resiliência e do Plano Nacional de Recuperação e Resiliência, bem como a sistematização de informação relativa às diferentes medidas de apoio no âmbito da COVID-19 e formas de financiamento às empresas, foco PME, cuja publicação se encontra disponível no sítio *web* da DGAE. Sublinha-se, em particular, na sequência de uma solicitação da tutela, a elaboração de um documento dedicado às soluções de financiamento para os setores do comércio, serviços e restauração, também disponível na página *web* da DGAE. Face à relevância do tema e ao volume de informação foi, entretanto, criado um botão e acesso direto a esta informação, na página inicial do sítio *web* da DGAE.

A fim de contribuir para a melhoria do desenvolvimento das atividades económicas, a DSPE apresentou um total de **quatro propostas de definição de políticas públicas** à tutela (superando o previsto), a saber: (i) Proposta de criação de uma estrutura nacional de governação no domínio da transição digital; (ii) Proposta de definição de políticas públicas no domínio das fileiras florestais em Portugal, materializada no documento "“Fileiras Florestais e Economia Circular – Diagnóstico e Propostas de Atuação”"; (iii) Polos de Inovação Digital - proposta de manifestação de interesse (Aviso e regras de acesso) e atuação futura; (iv) Proposta de Regulamento do processo de reconhecimento dos Polos de Inovação Digital e de acesso à Rede Europeia.

#### **OBJETIVOS OPERACIONAIS – EFICIÊNCIA**

A DSPE emitiu **137 pareceres** (mais 86 que no ano de 2019) sobre propostas legislativas, dentro do prazo, muitas vezes reduzido, em resposta a pedidos dos Gabinetes do Ministério da Economia e Transição digital e de outras entidades públicas, tendo em vista a criação de um ambiente regulamentar mais favorável à competitividade das empresas e dos setores industriais nacionais.

A DSPE elaborou ainda **489 contributos** (um crescimento de 65,8% face ao ano anterior), de carácter substantivo, em resposta a solicitações diversas. Salienta-se a preparação de elementos de apoio à tutela, no âmbito dos assuntos europeus, com vista à participação nas reuniões do Conselho de Competitividade e do Conselho Telecomunicações, Transporte e Energia e respetivos Grupos de Trabalho, bem como, o acompanhamento de várias negociações em curso no contexto da União Europeia.

Para além da preparação de matérias relacionadas com as reuniões acima identificadas destaca-se: (i) a preparação das reuniões europeias no âmbito do *Digital Single Market Strategic Group*, dos Amigos da Indústria e do Mercado Interno; (ii) análise de propostas de Declarações a serem assinadas em reuniões/cimeiras/conferências internacionais e preparação de elementos para reuniões bilaterais, a pedido da DSCI; (iii) preparação de intervenções para a participação em reuniões/eventos de membros do Governo e da Direção da DGAE, em contexto nacional, europeu e internacional.

Em **matéria de negociações europeias**, salienta-se a proposta de Regulamento *E-Privacy*, a proposta para o Ato da Governação dos Dados e a proposta para o Ato dos Serviços Digitais. Estas duas últimas propostas, apesar de terem sido apresentadas já no final do ano, têm sido alvo de especial acompanhamento por parte da DSPE, dada a sua relevância no âmbito da PPUE2021 e a perspetiva de continuidade da negociação para além do primeiro semestre de 2021.

Como se percebe pelo número de pareceres e contributos elaborados pela DSPE, em resposta a solicitações várias, o objetivo da eficiência tem um peso muito significativo no volume de trabalho desenvolvido pela Direção de Serviços. O acréscimo de respostas face ao ano de 2019 reflete também o ano atípico que se viveu, em consequência da pandemia de COVID-19.

## OBJETIVOS OPERACIONAIS – QUALIDADE

A DSPE realizou um *Info-Day sobre os European Digital Innovation Hubs*, em colaboração com a Comissão Europeia, o IAPMEI e a ANI. O evento contou com a participação do Secretário de Estado Adjunto e da Economia e do Secretário de Estado para a Transição Digital. Além da apresentação efetuada pela Comissão Europeia, a DGAE e o IPAMEI apresentaram a visão para a rede nacional. Esta iniciativa incluiu, ainda, um *workshop* com o intuito de auscultar, discutir e esclarecer dúvidas com as entidades que pretendem ter uma atuação no âmbito de DIH ao nível nacional e, potencialmente, ao nível europeu.

No domínio da comunicação institucional, a DSPE enviou um total de **156 conteúdos para difusão de informação** relevante para as PME e para os setores industriais nacionais, via sítio *web* da DGAE. Destaca-se a reformulação e atualização do conteúdo de diversas áreas, tais como o Financiamento às Empresas, Transição Digital da Economia, Inovação Empresarial, PARF e Estatísticas.

Este número excedeu o planeado e reflete, mais uma vez, as ações desencadeadas pela Direção de Serviços em prol do serviço público, atualizando regularmente informação sobre medidas de apoio à atividade económica, particularmente relevante para os operadores económicos num contexto de pandemia e sucessivos Estados de Emergência.

**QUADRO XXI**  
**ATIVIDADES PREVISTAS E REALIZADAS PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS DOS ASSUNTOS EUROPEUS (DSAE)**

Matriz de objetivos e atividades da DSAE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
1	[O1] Reforçar a coordenação dos assuntos europeus e internacionais do METD e garantir a representação da DGAE nas estruturas nacionais e internacionais	35%	I1	Taxa de participação em reuniões planeadas (QUAR DGAE – Ind1)	[80%-90%]	25%	Representar o METD nas estruturas da UE e de PT em matérias dos Assuntos Europeus, nomeadamente nos Conselhos Competitividade, Grupo de Alto Nível Competitividade e Crescimento, Fórum Estratégico IPCEI, Grupo de Mercado Único Digital e Comité de Reconhecimento Mútuo.	R	Foram planeadas 25 reuniões, tendo a DSAE participado em 21, o que permitiu atingir a meta, com uma taxa de realização de 84%.
			I2	Taxa de recomendações de atuação relevantes apresentadas (QUAR DGAE - Ind2)	[10%-20%]	10%	Apresentar propostas de recomendações de atuação decorrentes da participação nos Grupos de trabalho e nas reuniões realizadas.	R	Decorrente da participação nas 21 reuniões planeadas, foram apresentadas 3 propostas de recomendações de atuação, o que permitiu uma taxa de realização de 14,29%, encontrando-se dentro da meta determinada.

Matriz de objetivos e atividades da DSAE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
			13	N.º reuniões de coordenação organizadas pela DSAE no âmbito das suas competências (QUAR DGAE - Ind3)	7	15%	<p>Reunião de Coordenação Implementação de Regulamento (EU) 2019/515 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de março de 2019, relativo ao reconhecimento mútuo de mercadorias comercializadas legalmente noutro Estado-Membro e que revoga o Regulamento (CE) n.º 764/2008.</p> <p>Reunião de Coordenação Implementação de Regulamento (EU) 2019/1150 do Parlamento Europeu e do Conselho de 20 de junho de 2019, relativo à promoção da equidade e da transparência para os utilizadores profissionais de serviços de intermediação em linha (Regulamento P2B).</p>	R	<p>Foram realizadas 4 reuniões de coordenação: a 1ª a 27 de janeiro (com o IAPMEI, ASAE e IPQ); a 2ª a 10 de fevereiro (AMA, IPQ, MNE, APA, GPP, INCM, PSP, GR Açores e GR Madeira); a 3ª a 9 de março (AMA, IPQ, MNE, APA, GPP, INCM, PSP, GR Açores e GR Madeira); e, a 4ª a 27 de maio (com a AMA e o IPQ). Embora não fosse inicialmente previsto realizar um número tão elevado de reuniões, as mesmas foram imprescindíveis à concretização dos objetivos a que se propunham.</p> <p>Foi realizada uma reunião de coordenação a 27 de outubro (com ANACOM, DGPI, TdP, DGC, ASAE e AMA).</p>

Matriz de objetivos e atividades da DSAE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Reunião Auxílios de Estado - Processo SPGM (Sociedade de Investimento, S.A.).	R	Foi realizada uma reunião de coordenação a 10 de março, com a Comissão Europeia e o MNE.
							Previsão de realização de duas reuniões de coordenação.	R	Apenas foi realizada uma reunião a 14 de setembro (com DGC, ASAE, IAPMEI, GEE, TdP, IPQ, IPAC).
							Organizar reuniões de coordenação tendo em vista a preparação de posições no contexto dos assuntos europeus.	R	Foram realizadas 5 reuniões (uma em setembro, duas em outubro e outras duas em novembro). Não sendo expectável inicialmente a realização de um número tão elevado de reuniões nesta área, as mesmas formam imprescindíveis à concretização dos objetivos a que se propunham. Assim sendo foram realizadas no total, 12 reuniões, o que levou à superação do indicador 3.
			I4	N.º de Eventos realizados pela DSAE para preparação da Presidência Portuguesa do Conselho da UE (QUAR DGAE - Ind4)	[3-5]	20%	Realização da Reunião Trio GAN.	R	Foram organizadas duas reuniões: uma a 16 de março (com DGAE/MNE, REPER, DE/ SI/ Conselho); e, outra a 7 de junho (com

Matriz de objetivos e atividades da DSAE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
									DGAE/MNE, REPER, DE/ SI/ Conselho).
							Realização da Reunião Trio Digital.	R	Foram organizadas duas reuniões: uma a 16 de abril (com DGAE/MNE, REPER, Comissão Europeia, IMT, AMA, DE, SI e Gab. Secr. Estado Transição Digital); e, outra a 24 de junho (com DGAE/MNE, REPER, Comissão Europeia e Gabinete do Secretário de Estado da Transição Digital).
							Previsão da realização de uma terceira reunião no quadro da PPUE2021.	R	Foi realizada uma reunião do Trilateral TTE a 3 de março (MNE/DGAE, REPER, EMOLCP).
			15	Prazo médio para apresentação dos relatórios das reuniões efetuadas nas estruturas internacionais (n.º de dias úteis)	5	10%	Elaborar relatórios das reuniões efetuadas nas estruturas da UE e internacionais.	R	95% dos relatórios foram elaborados dentro do prazo

Matriz de objetivos e atividades da DSAE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
			16	% controlo de monitorização do Direito Europeu (no universo do METD), incluindo notificações/comunicações de projetos METD em matéria de Auxílios de Estado	[80%-90%]	20%	Acompanhar, dinamizar e apoiar os organismos do METD na transposição de diretivas.	R	Face às solicitações dos organismos do METD, foram desenvolvidas todas as diligências no sentido de que os mesmos pudessem concretizar a transposição das diretivas, permitindo assim uma taxa de realização de 100%
							Acompanhar, dinamizar e apoiar os organismos do METD nos processos de pré-contencioso e contencioso da UE.	R	Foi prestado todo o apoio necessário, face às solicitações dos organismos do METD, para a execução dos processos de pré-contencioso e contencioso da UE, permitindo assim uma taxa de realização de 100%
							Acompanhar, dinamizar e apoiar os organismos do METD no âmbito do EU-PILOT.	R	Foram desenvolvidas diligências no sentido de prestar todo o apoio e acompanhar os organismos do METD, no âmbito do EU-PILOT, permitindo assim uma taxa de realização de 100%

Matriz de objetivos e atividades da DSAE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Assegurar a coordenação e a promoção da intervenção do METD em matéria de Auxílios de Estado (AE).	R	Foram desenvolvidas diligências no sentido de assegurar na totalidade, a coordenação e a promoção da intervenção do METD em matéria de Auxílios de Estado, permitindo assim uma taxa de realização de 100%
2	[O3] Contribuir para a melhoria do desenvolvimento das atividades económicas	10%	17	N.º de propostas de formulação e avaliação da execução de políticas públicas apresentadas (QUAR DGAE - Ind7)	3	50%	Apresentar propostas de formulação e avaliação da execução de políticas públicas na área dos assuntos europeus.	R	Foram formuladas 3 propostas, atingindo-se a meta de 100%
			18	N.º de sessões de informação e capacitação junto de agentes económicos e de interlocutores institucionais (QUAR DGAE - Ind8)	1	50%	Promover sessões de informação e capacitação junto de agentes económicos e de interlocutores institucionais na área dos assuntos europeus.	R	Foi realizada 1 sessão de informação e capacitação em julho, atingindo-se assim o resultado de 100%
3	[O4] Garantir os prazos de resposta às solicitações dirigidas à DSAE	20%	19	% de pareceres relevantes emitidos dentro do prazo (QUAR DGAE - Ind9)	[94%-98%]	40%	Emitir pareceres relativos a pedidos internos e externos dirigidos à DSAE.	R	Foram emitidos todos os pareceres solicitados, atingindo-se o resultado de 99,2%
			110	% de solicitações respondidas com caráter substantivo dentro do prazo (QUAR DGAE - Ind10)	[94%-98%]	60%	Emitir resposta a solicitações internas à DGAE, bem como por parte da Tutela, de entidades da Administração Pública ou por entidades particulares.	R	O grau de execução desta atividade foi de 99,6%, resultado da resposta dada a todas as solicitações.

Matriz de objetivos e atividades da DSAE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
4	Aumentar a eficiência no apoio aos membros Governamentais do METD no domínio dos Assuntos Europeus	20%	I11	% de envio das pastas de apoio à Tutela com os elementos adequados	90%	100%	Preparar as "pastas de apoio" para a participação do Membro do Governo no Conselho de Competitividade (vertente Mercado Interno, Indústria e PME).	R	O grau de execução desta atividade foi de 100%, uma vez que foram dadas respostas a todas as solicitações, quer na preparação, quer por meio das contribuições para as pastas de apoio.
							Contribuir para a elaboração de "pastas de apoio" para a participação Governamental de outras formações do Conselho UE (TTE/Energia, TTE/Transportes, TTE /Telecomunicações, Ambiente, CAG).	R	O grau de execução desta atividade foi de 100%, uma vez que foram dadas respostas a todas as solicitações, quer na preparação, quer por meio das contribuições para as pastas de apoio.
5	[O5] Melhorar as competências da DGAE e a qualidade dos serviços prestados	15%	I12	N.º de ações realizadas pela DGAE em colaboração com a Academia e com outras entidades (QUAR DGAE - Ind11)	1	100%	Eventos realizados e dinamizados com a Academia, assim como com outras entidades.	R	Foi realizado em dezembro, um <i>webinar</i> de preparação para a PPUE2021, que contou com a participação da DGAE/MNE, ASAE, DGC, IAPMEI, GEE e IPQ e Turismo de Portugal.

## QUADRO XXII AUTOAVALIAÇÃO PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS DOS ASSUNTOS EUROPEUS (DSAE)

No domínio da coordenação e acompanhamento de Assuntos Europeus do Ministério da Economia e da Transição Digital (METD), e dando cumprimento ao planeado em sede de QUAR e Plano de Atividades para o ano de 2020, apesar da situação excecional de pandemia que implicou teletrabalho, a Direção de Serviços dos Assuntos Europeus (DSAE) assegurou adequadamente todas as suas responsabilidades, beneficiando de um reconhecido empenho de todos os seus colaboradores para se adaptarem a novos métodos de trabalho. Neste contexto, destacam-se de seguida as dimensões mais relevantes do trabalho da DSAE ao longo de 2020.

### **APOIO À INTERVENÇÃO DO METD NO CONTEXTO EUROPEU**

No exercício negocial europeu, o enfoque da Direção-Geral das Atividades Económicas (DGAE), enquanto entidade coordenadora dos Assuntos Europeus do METD, assenta na defesa e promoção da competitividade empresarial nacional, na promoção da indústria, dos serviços portugueses, e da sua internacionalização, associada à garantia do reforço da defesa dos consumidores. Neste âmbito, é de salientar a responsabilidade da DSAE na preparação de elementos de apoio às reuniões do Conselho Competitividade, além do apoio à tutela em todas as reuniões que incidam sobre assuntos europeus. Esta responsabilidade foi atempadamente assegurada, recorrendo ao apoio de outros organismos do METD nos assuntos que recaem sob as suas competências específicas.

Apesar das negociações dos vários dossiês terem decorrido em circunstâncias particulares, causadas pela pandemia COVID-19, a DSAE acompanhou e promoveu a intervenção do METD em todas as negociações pertinentes para esta área governativa. Destacam-se, no âmbito do Mercado Único, a criação da SMET (*Single Market Enforcement Task Force*), em que a DGAE assume a representação nacional e a DSAE desempenha um papel relevante na definição da posição nacional. No âmbito do Digital, destacam-se as Conclusões da Presidência croata sobre o Futuro Digital da Europa, a negociação da proposta de regulamento sobre a E-

privacy e a participação no *Digital Single Market Strategic Group*, que levaram a DSAE a promover uma colaboração interinstitucional alargada para garantir a solidez da posição do METD e, em alguns casos, nacional.

No quadro do Pacto Ecológico Europeu destacam-se as negociações do novo Plano de Ação para a Economia Circular, e a publicação das Estratégias da Biodiversidade e do “Prado ao Prato”, que leva a DSAE a um acompanhamento próximo das negociações, recolhendo contributos dos vários organismos relevantes. A DSAE continuou a acompanhar a nova Estratégia Industrial Europeia, apresentada pela Comissão a 10 de março, preparando contributos para diversos fóruns onde esta estratégia é debatida, bem como a sua ligação ao Roteiro para a Recuperação e para o Plano Europeu de Recuperação Económica apresentado a 27 de maio, em que a indústria tem um papel fundamental no relançamento da economia, na resiliência e autonomia estratégica da UE. Refere-se, ainda, o acompanhamento e preparação de contributos relativos à nova estratégia para as PME.

#### **PREPARAÇÃO DA PRESIDÊNCIA PORTUGUESA DO CONSELHO DA UE EM 2021**

Na qualidade de ponto de contacto do METD no processo de preparação da Presidência do Conselho da UE para 2021 (PPUE2021), a DSAE esteve intensamente envolvida em várias ações, das quais se destacam: a preparação do programa de trabalho para os 18 meses do Trio de Presidências no âmbito do Grupo de Alto Nível (GAN) Competitividade e Crescimento, que veio a ser aprovado em setembro de 2020; contributos para o programa do Trio de Presidências Alemanha-Portugal-Eslovénia, assim como para o Programa Nacional da PPUE2021, adaptado à realidade da COVID-19; e apoio aos organismos do METD na preparação da PPUE2021. Destaca-se, ainda, a realização, por iniciativa da DSAE, de um *Webinar* nacional “Caminho para a Presidência: o roteiro da PPUE na área económica”, em 15 de dezembro, que contou com o apoio da Estrutura de Missão para a Presidência Portuguesa do Conselho UE 2021 e que teve a participação de Altos Dirigentes de todos os Organismos do Ministério da Economia e da Transição Digital em torno da apresentação das prioridades de cada uma das entidades para o exercício da PPUE2021.

Estas atividades implicaram um esforço organizativo relevante da parte da DSAE, que teve de organizar a circulação da informação entre o Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) e os organismos do METD relevantes, sendo também de salientar a iniciativa, bem-sucedida, de organizar o já referido *Webinar*, que promoveu não só a visibilidade externa da DGAE e dos vários organismos do METD, mas também a coordenação interna entre esses mesmos organismos.

### **AUXÍLIOS DE ESTADO E CONCORRÊNCIA**

No contexto da pandemia de COVID-19, a Comissão Europeia adotou a Comunicação intitulada «Quadro temporário relativo a medidas de auxílio estatal, em apoio da economia no atual contexto do surto de COVID-19» («quadro temporário»), com o objetivo de apoiar as empresas com dificuldades de liquidez, mantendo simultaneamente a integridade do mercado interno da UE e assegurando condições de concorrência equitativas. A DSAE é responsável pela articulação das notificações de auxílios de Estado entre o METD e o MNE, uma tarefa que foi desempenhada com rigor ao longo de todo o ano.

Destaca-se ainda o acompanhamento do processo de recuperação de auxílios SA.27386 “Seguro de crédito à exportação em operações garantidas a curto prazo”, onde se diligenciou pela disponibilização à Comissão de um conjunto adicional de evidências documentais, no sentido de concluir este longo processo. No mesmo sentido, é de relevar o acompanhamento de dois processos de monitorização “*ex post*”, iniciados no último trimestre de 2020, sobre a medida SA.42136 “Inovação Empresarial”, dirigido à verificação do cumprimento dos critérios aplicáveis às empresas em dificuldade, bem como, a medida SA.41942 “Investigação e Desenvolvimento Tecnológico”, destinada a verificar a conformidade da base jurídica do regime e das condições de compatibilidade com o RGIC dos auxílios individuais concedidos a uma amostra de beneficiários individuais e de certas disposições gerais do regime.

### **ASSUNTOS JURÍDICOS**

A DSAE continuou a garantir o acompanhamento da transposição de diretivas e regulamentos sob a responsabilidade do METD. Para referência, a DGAE acompanha a transposição de 4 Diretivas: Diretiva (UE) 2019/1258; Diretiva (UE) 2019/1; Diretiva (UE) 2019/770 e a Diretiva (UE) 2019/771). A DSAE continuou

também a assegurar a execução de 3 Regulamentos europeus na ordem jurídica nacional, dinamizando grupos de trabalho com diversos organismos da Administração Pública: o Regulamento de Reconhecimento Mútuo, o Regulamento Platform to Business, e o Regulamento *Free Flow of Data*.

Neste período, a DSAE continuou também a assegurar, atempadamente, a emissão de pareceres jurídicos sobre diversas matérias e acompanhou pedidos de esclarecimento da Comissão sobre legislação nacional.

### **APRECIÇÃO FINAL**

O ano de 2020 é marcadamente um ano de consolidação da equipa da DSAE. Além da entrada de um novo dirigente intermédio, a própria equipa de Técnicos Superiores foi reforçada, o que levou a redefinição de procedimentos e à redistribuição de tarefas, tendo em conta as diversas competências da equipa. Importa também referir que a maioria dos colaboradores da DSAE está há relativamente pouco tempo nesta Direção de Serviços, com níveis diferenciados de experiência e competências em Assuntos Europeus. No entanto, existe uma marcada evolução nas competências, o que tem permitido à Direção de Serviços assumir, progressivamente, desafios mais complexos e contribuir de forma mais marcada para o posicionamento do METD nas discussões europeias.

**QUADRO XXIII**  
**ATIVIDADES PREVISTAS E REALIZADAS PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL (DSCI)**

Matriz de objetivos e atividades da DSCI									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
1	[O1] Reforçar a coordenação dos assuntos europeus e internacionais do METD e garantir a representação da DGAE nas estruturas nacionais e internacionais	30%	I1	Taxa de participação em reuniões planeadas (QUAR DGAE - Ind 1)	[80%-90%]	70%	Coordenar, preparar e participar em reuniões, encontros e intervenções da responsabilidade do METD na área do comércio internacional.	R	Foram preparados os contributos que nos foram solicitados e participámos nas reuniões da responsabilidade do METD na área do comércio internacional.
							Participar em reuniões do Comité de Política Comercial Comum, nas suas diferentes formações (Titulares, Suplentes, Serviços e Investimento, STIS).	R	Participou-se, ainda que com limitações impostas pela pandemia, em reuniões do Comité de Política Comercial nas diversas vertentes (5 reuniões do CPC Titulares, e 11 reuniões do CPC Serviços e Investimento).
							Participar nas reuniões do Comité Consultivo de Acordos de Investimento da Comissão Europeia.	R	Não foram realizadas reuniões presenciais do Comité Consultivo de Acordos de Investimento em 2020. Não obstante, foi seguida a atividade deste Comité nos processos de consulta lançados pela Comissão Europeia.

Matriz de objetivos e atividades da DSCI									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Participar na negociação de Acordos Bilaterais de Investimento (autorizados pela UE).	R	Foram acompanhados os processos negociais da revisão do acordo de investimento com Angola, Irão e Arábia Saudita, seja na interligação e resposta a questões da Comissão Europeia ou a necessária articulação com parceiros negociais e com o Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Matriz de objetivos e atividades da DSCI									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Participar nas reuniões do Comité dos Instrumentos de Defesa Comercial da UE.	R	Como consequência da pandemia, as reuniões do Comité de Instrumentos de Defesa Comercial foram substituídas por processos de consulta escrita aos Estados-Membros. Não obstante, foram acompanhados os respetivos processos e, quando necessário, foram submetidos à tutela as posições que o METD deveria assumir nos procedimentos escritos. Participou-se numa reunião presencial do Comité e em várias reuniões via web conexas com a atividade deste Comité e do Comité de Salvaguardas.
							Participar no Grupo de Peritos SPG da Comissão Europeia e no Comité das Preferências Generalizadas (SPG) do Conselho da UE.	R	No SPG, participou-se em 4 reuniões do Grupo de Peritos e em 3 reuniões do Grupo do Conselho.
							Participar no Comité Consultivo de Acesso ao Mercado da Comissão Europeia.	R	Participou-se em 13 reuniões do Comité Consultivo de Acesso ao Mercado, na sua maioria organizadas via web pela Comissão Europeia por videoconferência.

Matriz de objetivos e atividades da DSCI									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Participar nas Reuniões Técnicas Informais organizadas pela Comissão Europeia sobre as várias negociações em curso no âmbito da política comercial comum e da política europeia de investimento.	R	Participou-se em várias reuniões no âmbito Política Comercial Comum, nomeadamente quanto ao Acordo de Investimento com a China, na UNCITRAL, na Carta de Energia, na União para o Mediterrâneo, no Brexit ou Facilitação de Investimento.
							Participar nas reuniões do Grupo de Questões Comerciais do Conselho da UE.	R	Participou-se em 8 reuniões do Grupo de Trabalho de Questões Comerciais.
							Participar em reuniões e contribuir para Grupos de Trabalho Nacionais.	R	Foram asseguradas reuniões com o MNE no que diz respeito à atualização da lei de revisão de investimento estrangeiro em ativos estratégicos.
							Assegurar a Delegação Nacional no Comité do Comércio e no Comité do Investimento da OCDE, e ainda, nas reuniões do Grupo de Trabalho do Comité do Comércio.	R	Foi assegurada a participação em 14 reuniões do Comité do Comércio e do Comité de Investimento da OCDE.

Matriz de objetivos e atividades da DSCI									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Preparar e participar em reuniões de membros da Tutela com homólogos de outros países/regiões.	R	Foram preparados os contributos que nos foram solicitados pelo MNE, pela DSAE, pelo Gabinete do SECSDC e pelo Gabinete do MEETD para esse efeito.
							Preparar e participar em reuniões de coordenação intra METD, com Embaixadas e outras entidades públicas e privadas, bem como em reuniões interministeriais promovidas pelo MNE.	R	<p>Participámos em reuniões de preparação da XIV Cimeira com Marrocos (3 de março), da XXXI Cimeira Luso-Espanhola (27 de agosto), da 6.ª Comissão Mista com a Coreia (13 de novembro); participámos também na 1.ª reunião do Mecanismo de Acompanhamento das Cimeiras Luso-Espanholas (4 de dezembro), na 6.ª reunião do CCI com os EUA (11 de dezembro) e na 44.ª CBP com os EUA (17 de dezembro).</p> <p>Realizámos reuniões com as Embaixadas de França (22 de setembro), da Ucrânia (22 de setembro e 20 de outubro) e da Bulgária (19 de outubro).</p>

Matriz de objetivos e atividades da DSCI									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Preparar a participação da DGAE nas reuniões da Comissão Interministerial de Política Externa (CIPE) e da Comissão Interministerial para a Cooperação (CIC), bem como nas reuniões do Secretariado Permanente da CIC.	R	Preparação e participação nas seguintes reuniões: 14.ª Reunião CIPE - 22 de janeiro 15.ª Reunião CIPE - 21 de outubro Reunião SPCIC - 21 de fevereiro Reunião SPCIC - 14 de outubro
							Preparar e participar, enquanto membro, nas reuniões da Comissão de Acompanhamento do Grupo de Trabalho do Mercado das Multilaterais Financeiras (AICEP e GPEARI-MF).	R	Preparação e participação nas seguintes reuniões: 12.ª reunião CA MAMM - 6 março. Webinar “Apresentação da rede Multilaterais Network PT” - 30 junho X-MAS Get Together - 21 dezembro
							Coordenar a preparação e participar, sempre que se justifique, nas reuniões técnicas e outras iniciativas desenvolvidas ao nível da OCDE, ONU, Fórum de Macau, CPLP, Cimeira Ibero-Americana e Aliança do Pacífico, entre outros espaços multilaterais.	R	II Fórum de Cooperação entre a Aliança do Pacífico e os Estados Observadores - 17 de novembro (VTC) Reunião extraordinária de Ministros das Relações Exteriores no âmbito da Cimeira Ibero-Americana (30 de novembro)

Matriz de objetivos e atividades da DSCI									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Participar, enquanto Ponto Focal, nas reuniões do Secretariado Permanente do Fórum de Macau.	NR	A DGAE não participou na reunião anual do Secretariado Permanente do Fórum de Macau devido à impossibilidade de viajar para Macau em virtude da pandemia de COVID-19.
							Preparar e participar em reuniões promovidas pelo Camões, I.P. sobre temas relacionados com a Cooperação e o Desenvolvimento, e elaborar contributos do METD neste âmbito.	R	Foram enviados contributos METD ao Camões, I.P. sobre temas relacionados com a cooperação bilateral com Moçambique, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau, Timor-Leste, Panamá, Senegal e Quénia. Foi remetido contributo do METD para a Avaliação pelos Pares da OCDE à Cooperação Portuguesa - fevereiro.

Matriz de objetivos e atividades da DSCI									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Preparar e participar em eventos nacionais e internacionais relevantes de carácter económico e/ou empresarial.	R	Preparação e participação nos seguintes eventos: Fórum Empresarial Andaluza-Portugal - 15 janeiro Encontro Empresarial Portugal-Ucrânia - 9 setembro Eventos (em formato webinar) dinamizados pela Câmara de Comércio Americana em Portugal, Câmara de Comércio e Indústria Luso-Russa, Câmara de Comércio e Indústria Luso-Chinesa, Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa, entre outras.
			12	Taxa de recomendações de atuação relevantes apresentadas (QUAR DGAE - Ind 2)	[10%-20%]	10%	Efetuar propostas de recomendações relevantes decorrentes da participação em Grupos de Trabalho, Comités e outros no âmbito da política comercial.	R	Foram efetuadas propostas de recomendações no âmbito do Comité de Instrumentos de Defesa Comercial.

Matriz de objetivos e atividades da DSCI									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
			13	N.º reuniões de coordenação organizadas pela DSCI no âmbito das suas competências (QUAR DGAE - Ind 3)	2	10%	Preparar a participação em Comissões Mistas, Subcomissões Económicas, Grupos de Trabalho e outros eventos de alto nível, cuja coordenação esteja a cargo do METD.	R	Reunião interministerial de preparação da 3.ª Comissão Mista com a Ucrânia (entretanto adiada) - 8 outubro.
			14	Prazo médio para apresentação dos relatórios das reuniões efetuadas nas estruturas internacionais (dias úteis)	5	10%	Apresentar informações de serviço com relatórios das reuniões efetuadas nas estruturas internacionais.	R	Foram realizados relatórios das reuniões em que participámos na UE (Conselho, reuniões técnicas informais, reuniões Comités da Comissão, reuniões na UNCITRAL, Carta de Energia, Brexit e União para o Mediterrâneo).
2	[O3] Contribuir para a melhoria do desenvolvimento das atividades económicas	20%	15	N.º de propostas de formulação e avaliação da execução de políticas públicas apresentadas (QUAR DGAE - Ind 7)	1	10%	Propor à tutela decisão sobre matérias de política comercial.	R	Foram efetuadas propostas de recomendações no âmbito do Comité de Instrumentos de Defesa Comercial.
			16	N.º de sessões de informação e capacitação junto de agentes económicos e de interlocutores institucionais (QUAR DGAE - Ind 8)	3	30%	Promover e participar em sessões (de esclarecimento e debate) com associações e com a academia sobre temas de política comercial da UE e no âmbito das Relações Internacionais.	R	Participou-se em diversos seminários de preparação e informação sobre o Brexit

Matriz de objetivos e atividades da DSCI									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
			17	N.º de notícias e documentos informativos difundidos sobre questões de política comercial e investimento e no âmbito das relações internacionais	[40-50]	40%	<p>Elaborar material informativo sobre questões de política comercial e investimento - oportunidades e riscos para Portugal e em especial para as empresas portuguesas.</p> <p>Elaborar listagem de barreiras-chave para as empresas nacionais em países terceiros.</p> <p>Preparar contributos para o <i>website</i> da DGAE (notícias/destaques, atualização e proposta de novos conteúdos, tradução para inglês)</p>	R	<p>Foi elaborado material informativo a propósito de acordos de comércio livre e da preparação para o Brexit.</p> <p>Foram elaboradas as listagens de barreiras-chave relativamente aos parceiros (países terceiros) mais relevantes para Portugal.</p> <p>Foram submetidos inúmeros contributos para o <i>website</i> a propósito dos temas acompanhados em Política Comercial, nomeadamente quanto a acordos de comércio livre, revisão do SPG, Brexit e consultas públicas lançadas pela Comissão Europeia.</p>

Matriz de objetivos e atividades da DSCI									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Divulgar informação relevante aos organismos do METD no domínio das relações internacionais.	R	Foi divulgada informação relevante em diversos domínios, nomeadamente: Turismo, Digital, Incentivos ao Investimento Estrangeiro, Oportunidades no Mercado das Multilaterais, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e Relações Externas da UE. Acresce a difusão de informação obtida através das representações diplomáticas no exterior, incluindo em organizações internacionais e agências especializadas (OCDE, UNCTAD, entre outras).

Matriz de objetivos e atividades da DSCI									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
			18	N.º de consultas aos <i>stakeholders</i> sobre política comercial e investimento e no âmbito das relações internacionais	[50-65]	20%	Consultar associações e empresas, bem como organismos institucionais, sobre questões de política comercial.	R	A consulta a operadores económicos foi assegurada, ao longo de 2020, quer quanto ao Brexit, aos acordos de comércio livre, ao SPG, aos Instrumentos de Defesa Comercial e à atividade do Comité Consultivo de Acesso ao Mercado e às barreiras com que se deparam as empresas portuguesas em mercados terceiros.
							Consultar organismos institucionais no âmbito das relações internacionais.	R	Foram feitas diversas consultas, tanto a entidades do METD como fora do universo do METD.
3	[O4] Garantir os prazos de resposta às solicitações dirigidas à DSCI	30%	19	% de pareceres relevantes emitidos dentro do prazo (QUAR DGAE - Ind 9)	[94%-98%]	20%	Coordenar e definir a contribuição do METD para a posição nacional na vertente do comércio internacional, no âmbito do Comité de Política Comercial Comum, nas suas diferentes formações (Titulares, Suplentes, Serviços e Investimento, STIS).	R	Foram enviados inúmeros contributos para o Ministério dos Negócios Estrangeiros no âmbito da atividade dos diferentes Comités de Política Comercial (Titulares, Suplentes, CPC-SI e CPC-STIS).

Matriz de objetivos e atividades da DSCI									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Definir a posição METD em questões relacionadas com a Política Europeia de Investimento.	R	A posição METD foi definida e enviada para o MNE ou assegurada nas reuniões técnicas em que participámos em temas como UNCITRAL, Carta de Energia, Facilitação de Investimento, Acordo de Investimento com a China, Fluxo de Dados ou Revisão de Investimento Estrangeiro.
							Definir a posição METD em questões relacionadas com o Comércio de Serviços.	R	A posição METD foi definida e enviada para o MNE ou assegurada nas reuniões técnicas em que participámos em temas como Acordo de Investimento com a China, Fluxo de Dados e negociação de acordos de comércio livre.
							Definir e defender a posição do METD no âmbito do Sistema de Preferências Generalizadas (SPG).	R	A posição METD foi definida e enviada para o MNE ou assegurada nas reuniões técnicas em que participámos nas reuniões técnicas promovidas pela Comissão Europeia.

Matriz de objetivos e atividades da DSCI									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
			110	% de solicitações respondidas com caráter substantivo dentro do prazo (QUAR DGAE - Ind 10)	[94%-98%]	80%	Preparar documentos de apoio/contributos solicitados à DPCE destinados à Tutela.	R	Foram realizados documentos, por iniciativa dos serviços ou a pedido da Tutela, sobre matérias de política comercial, seja de apoio a reuniões com homólogos, de participação no COMPETE ou de definição de posição quanto a fluxo de dados/autonomia digital.



Matriz de objetivos e atividades da DSCI									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Preparar programas e acompanhar as deslocações a Portugal de delegações a nível governamental e técnico de outros países.	NR	Foi elaborado programa para a visita de estudo de delegação turca a Portugal no âmbito do “TAIEX Study Visit on Pressure Equipment Directive (PED) (2014/68/EU)/Turkish partners”, prevista para 9 a 11 de março. Contudo, devido à pandemia de COVID-19 esta atividade não se realizou.

Matriz de objetivos e atividades da DSCI									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Preparar a participação do METD em Cimeiras, Comissões Mistas, Subcomissões Económicas, Grupos de Trabalho e outros eventos de alto nível, incluindo contributos para o MNE neste âmbito.	R	<p>Preparámos e participámos nas seguintes reuniões:</p> <p>XXXI Cimeira Luso-Espanhola e 1.ª Reunião do Mecanismo de Acompanhamento;</p> <p>6.ª reunião do CCI com os EUA - 11 de dezembro;</p> <p>44.ª Reunião da Comissão Bilateral Permanente (CBP) com os EUA - 17 de dezembro.</p> <p>Contributos remetidos ao MNE: Visita de Estado de SEXA PR à Índia;</p> <p>43.ª Reunião da CBP com os EUA; Conversa telefónica do MNE com homólogo indiano; Contributo sobre o futuro do relacionamento bilateral com o Reino Unido;</p> <p>6.ª Reunião da Comissão Mista Económica Portugal /República da Coreia;</p> <p>Consultas Políticas com o Japão, Indonésia e Tailândia, em formato VTC; Deslocação do Secretário de Estado da Internacionalização ao Brasil; Deslocações do MENE à Argélia, Tunísia e Israel.</p>

Matriz de objetivos e atividades da DSCI									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							<p>Apoiar a participação da Tutela em reuniões ministeriais de carácter económico, nomeadamente no âmbito da OCDE, ONU, Fórum de Macau, CPLP, Cimeira Ibero-Americana e Aliança do Pacífico, entre outros enquadramentos multilaterais.</p>	R	<p>Apoiámos a participação de membros da Tutela METD nas seguintes reuniões: Segmento de Alto Nível da 8.ª Conferência da UNCTAD nas áreas da Concorrência e da Proteção do Consumidor - 19 de outubro Reunião do Conselho da OCDE a nível Ministerial - 28-29 de outubro</p>
							<p>Preparar documentos de apoio/contributos solicitados à DGAE e destinados a outros departamentos da DGAE.</p>	R	<p>Foram preparados documentos de apoio/contributos em resposta a pedidos de outras DS, sobretudo da Direção de Serviços de Assuntos Europeus.</p>

Matriz de objetivos e atividades da DSCI									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Elaborar contributos e/ou pareceres sobre a implementação da Estratégia de Acesso ao Mercado da UE.	R	Foram preparadas agendas anotadas para as reuniões do Comité Consultivo de Acesso ao Mercado, foram informados os operadores económicos da evolução das barreiras em mercados específicos, foi analisado o Relatório de Barreiras publicado pela União Europeia e iniciaram-se os contactos com a Comissão Europeia para a realização de um evento conjunto sobre Política Comercial a realizar na PPUE2021.
							Elaborar Informações, contributos e/ou pareceres relativos às negociações de Acordos da UE com Países Terceiros.	R	Foram elaborados contributos relativamente ao Acordo de Investimento com a China, à negociação do acordo com o Reino Unido, e ao Mercosul, por exemplo.
							Elaborar Informações, contributos e/ou pareceres relativos às negociações de Acordos Plurilaterais em que a UE participa.	R	Foram realizados documentos/contributos relativamente à Facilitação de Investimento na OMC.

Matriz de objetivos e atividades da DSCI									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Esclarecer e/ou resolver questões colocadas por associações e empresas ou outras entidades relativas à política comercial e investimento.	R	Foram respondidas inúmeras questões que nos foram colocadas por empresas e associações empresariais relativamente a acordos de Comércio Livre, barreiras em países terceiros ou Brexit.
							Coordenar, emitir pareceres e elaborar contributos no âmbito do acompanhamento da atividade das organizações internacionais que se ocupam do comércio internacional OMC, OCDE e UNCTAD.	R	Foram efetuados contributos no âmbito dos Comités da OCDE e da atividade subjacente a esta organização, bem como foram respondidas as solicitações que nos fizeram chegar quanto à OMC e à UNCTAD.

Matriz de objetivos e atividades da DSCI									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Elaborar e solicitar pareceres nas áreas de competência do METD, tanto ao nível das relações bilaterais e multilaterais, como da vertente económica das relações externas da UE.	R	Destacam-se: Comentários para “UNECE - Preparação 69.ª edição da Comissão”; Comentários sobre a Agenda Estratégica de Cooperação UE-China 2020-2025; Comentários sobre Projeto de Declaração da XXVII Cimeira Ibero-Americana; Análise e elaboração de parecer sobre a Annual Investment Meeting 2020; Comentários ao projeto “Data Privacy Guidelines for the development and operation of Artificial Intelligence solutions”; Comentários ao projeto de Declaração Conjunta da XXXI Cimeira Luso-Espanhola.

Matriz de objetivos e atividades da DSCI									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Colaborar no apuramento e atualização de informação sobre medidas de apoio e estratégias de reabertura da economia (pós-COVID-19) nos Estados-membros da UE.	R	Pesquisa e atualização de informação sobre estratégias de reabertura da economia no pós 1.ª vaga de COVID-19, nos seguintes Estados-Membros da UE: Lituânia; Chéquia; Hungria; Malta; Chipre; Estónia; Eslovénia; Pesquisa e atualização quinzenal das medidas restritivas impostas ao comércio e serviços (incluindo a restauração) e medidas de apoio às PME (incluindo medidas de apoio social), na 2.ª vaga de COVID-19 nos seguintes Estados-Membros da UE: Alemanha; Áustria; Grécia; Malta; Roménia, e também na Suíça.

Matriz de objetivos e atividades da DSCI									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							<p>Coordenar, enquanto Ponto Focal, a participação portuguesa em ações desenvolvidas no âmbito do Plano de Atividades do Fórum de Macau, nomeadamente no que respeita aos Colóquios de formação de recursos humanos.</p>	R	<p>Coordenámos e colaborámos nas seguintes atividades: Indicação de entidade recetora na iniciativa de doação de material de proteção para Portugal no âmbito da pandemia de COVID-19; Divulgação e indicação de participantes portugueses - Webinar sobre tratamento de Covid-19 pelo uso da Medicina Tradicional Chinesa no combate epidémico; Divulgação da Formação Fiscal Online sobre “Prevenção e Resolução de Litígios Fiscais Internacionais”; Participação de Portugal no 11.º Fórum Internacional sobre o Investimento e Construção de Infraestruturas e na sessão paralela de promoção do investimento nos Países de Língua Portuguesa.</p>

Matriz de objetivos e atividades da DSCI									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Divulgar e propor a participação nacional em Seminários organizados pelo Ministério do Comércio da R.P. da China, dirigidos aos Países de Língua Portuguesa.	NR	Devido à pandemia de COVID-19, não se realizaram Colóquios do Fórum de Macau nem Seminários organizados pelo Ministério do Comércio da R.P. da China.
4	Reforçar o apoio técnico à elaboração de instrumentos de política económica	10%	111	N.º de documentos de análise técnica e de apoio à decisão política elaborados	30	90%	Coordenar, enquanto Ponto Focal do METD, a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2030 em que o METD se constitui como Coordenador ou Contribuidor.	R	Foram remetidos os seguintes contributos ao MNE: Contributo METD sobre Relatório de Desenvolvimento Sustentável 2020, preparado pela Sustainable Development Solutions Network. Contributo METD sobre “2030 Agenda on Sustainable Development Goals   Eurostat Report questions - Written inputs”. Contributo METD sobre a primeira edição da publicação “SDG Good Practices” das Nações Unidas.

Matriz de objetivos e atividades da DSCI									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Coordenar o levantamento da execução de projetos e programas de cooperação de organismos do METD, enquadráveis na Ajuda Pública ao Desenvolvimento.	R	Foi feito levantamento junto do universo METD e remetida informação ao Camões, I.P. no dia 5 de fevereiro.
							Definir a posição do METD em questões relacionadas com a proteção de investimento intracomunitário.	R	Foi assegurada a participação e definida a posição do METD nas reuniões organizadas pela Comissão sobre o enquadramento de proteção de investimento intracomunitário.
							Contribuir, na perspetiva da Política Comercial da UE, para a análise do Brexit.	R	A DGAE/METD assegurou o contributo para a negociação de um acordo de comércio livre com o Reino Unido, efetuando sucessivas análises de interesses ofensivos e de matérias relativas aos interesses de operadores económicos nacionais, fornecendo ao MNE os contributos solicitados para a consolidação da posição nacional.

Matriz de objetivos e atividades da DSCI									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Acompanhar a negociação de instrumentos jurídicos bilaterais na área económica (incluindo os acordos de investimento autorizados pela UE), em coordenação com os organismos do METD e com o MNE.	R	Foram acompanhados os processos negociais relativos ao Irão, Arábia Saudita e a revisão do acordo de investimento com Angola.
			112	% de instrumentos de informação da DSCI atualizados	[80%-90%]	10%	Manter atualizadas as Bases de Dados: Dumping, Subvenções, REC, casos IDC de países terceiros contra a UE e casos IDC no TJUE.	R	Foi sendo acompanhada a informação constante das referidas bases de dados.
							Atualizar regularmente as Fichas de Relacionamento Económico.	R	As Fichas de Relacionamento Económico foram atualizadas, em resposta a solicitações externas e por iniciativa própria.
							Atualizar regularmente a Base de Dados dos instrumentos jurídicos bilaterais em negociação no âmbito do METD.	R	A base de dados foi objeto de atualizações regulares, em função dos desenvolvimentos verificados.
5	Melhorar a qualidade da informação e dos serviços prestados pela DSCI	5%	113	Grau de satisfação dos participantes nacionais nos cursos de formação do Fórum de Macau e seminários do Ministério	3,3	100%	Preparar e remeter questionário de avaliação aos participantes nos Colóquios do Fórum de Macau e Seminários do Min. Comércio da R.P. da China.	NR	Atividade não realizada, uma vez que os Colóquios do Fórum de Macau e Seminários do Ministério do Comércio da R.P. da China não tiveram lugar em 2020.

Matriz de objetivos e atividades da DSCI									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
				do Comércio da R.P. da China (escala de 1 a 5)					
6	[O5] Melhorar as competências da DGAE e a qualidade dos serviços prestados	5%	114	N.º de ações realizadas pela DGAE em colaboração com a Academia e com outras entidades (QUAR DGAE - Ind 11)	1	40%	Realizar ações de qualificação com a Academia e ou com outras entidades.	NR	Devido às fortes limitações impostas a eventos presenciais em virtude da pandemia de COVID-19, não foi possível organizar esta atividade em 2020.
			115	N.º de formações/cursos promovidos pela DGAE em colaboração com Escolas de Línguas	2	60%	Frequentar Cursos de Formação em línguas estrangeiras (inglês e francês).	R	Foram frequentados os cursos de formação em língua inglesa e francesa.

## QUADRO XXIV

### ATIVIDADES NÃO PREVISTAS, MAS REALIZADAS PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL (DSCI)

Matriz de objetivos e atividades da DSCI									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Colaboração no levantamento e atualização de informação sobre medidas restritivas e de apoio à economia nos Estados-Membros da UE (e Suíça), no âmbito da COVID-19.	R	A DSCI-DRIn colaborou nesta atividade, através do acompanhamento e atualização quinzenal das medidas implementadas nos seguintes países: Alemanha, Áustria, Grécia, Malta, Roménia e Suíça.

## QUADRO XXV AUTOAVALIAÇÃO PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL (DSCI)

Na vertente da Política Comercial Externa do comércio internacional, a DSCI, através da Divisão de Política Comercial Externa (DPCE), acompanhou os trabalhos do Comité de Política Comercial (CPC) da União Europeia (UE), nas suas formações de Titulares, Suplentes, Serviços, Investimento e Têxteis, Aço e outros Produtos Industriais (STIS).

Em sede de CPC Titulares e Suplentes, foram acompanhadas matérias de política comercial de índole multilateral, em especial no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), tendo em vista a desejável reforma das regras de comércio (nomeadamente no que diz respeito ao comércio eletrónico, regulamentação interna em serviços, facilitação do investimento e à nova iniciativa da UE sobre Comércio e Saúde) e a também urgente reforma do órgão de recurso do Órgão de resolução de litígios. Ainda no âmbito da OMC, destaque para o acompanhamento dos litígios Airbus/Boeing entre a UE e os EUA, com origem nas subvenções atribuídas ao setor aeronáutico, mas cujas medidas retaliatórias têm afetado o comércio entre as partes em vários setores.

De resto, a atividade focou-se num conjunto muito alargado de temas, em que ao longo do ano se preparou um conjunto de contributos, designadamente: Brexit e negociação de um acordo de comércio livre com o Reino Unido, revisão do Regulamento SPG, União para o Mediterrâneo, aplicação do Regulamento de *screening* europeu, normas de Fluxos de Dados em acordos da UE, aplicação de Acordos Comerciais, enquadramento de investimento intraeuropeu, identificação de interesses nacionais em acordos comerciais, barreiras de acesso ao mercado, salvaguarda do aço, medidas de defesa comercial, ações de divulgação de política comercial, Tribunal Multilateral de Investimento e reforma *Investor-state dispute settlement (ISDS)*, trabalhos da revisão da Carta de Energia, entre outros.

A DSCI participou, via remota e ainda em algumas reuniões presenciais, em reuniões técnicas informais agendadas em Bruxelas quanto à aplicação dos acordos de comércio livre, Brexit, Acordo de Investimento com a China, Fluxos de Dados, Tratado da Carta da Energia, trabalhos da Comissão das Nações Unidas para o Direito Comercial Internacional (UNCITRAL) para a reforma do ISDS e comércio eletrónico.

A DSCI acompanhou os diversos processos de defesa comercial da UE contra países terceiros e de países terceiros contra a UE, tendo proposto e submetido, caso-a-caso, a posição nacional à Tutela e prestou auxílio técnico às empresas nacionais e às associações setoriais envolvidas. A DGAE acompanhou e definiu a posição nacional, em articulação com a DGAE-MNE, relativamente às diversas ações preconizadas pela Comissão Europeia, no âmbito dos instrumentos de política comercial da União Europeia, incluindo os efeitos comerciais e económicos resultantes das restrições comerciais adotadas pelos Estados- Unidos da América sobre as importações de produtos de aço e de alumínio.

No âmbito dos diversos processos de defesa comercial da UE contra países terceiros e de países terceiros contra a UE acompanhados pela DSCI, foi proposto e submetido, caso-a-caso, a posição nacional à Tutela, e prestado auxílio técnico às empresas e às associações setoriais nacionais envolvidas.

No âmbito do Brexit, foi assegurada a participação nas várias reuniões organizadas pelo MNE com os Pontos Focais nacionais, contribuindo para a definição da posição nacional sobre alguns temas específicos (por exemplo, a análise do regime pautal do Reino Unido em caso de não acordo). A DSCI manteve um contacto muito próximo com outras entidades públicas e com associações empresariais, procurando dar respostas às questões colocadas pelos agentes económicos sobre o Brexit. Continuaram as ações de preparação e contingência, com vista a auxiliar as empresas para um cenário de saída sem acordo por parte do Reino Unido da União, com destaque para: manutenção de uma área dedicada ao Brexit no *website*; publicação de variados documentos (da DGAE, da Comissão Europeia e mesmo do Governo Britânico) através do *website* ou *mailing list*; participação em 4 seminários.

A DSCI participou e coordenou os trabalhos referentes às reuniões organizadas pela Comissão Europeia para a discussão do enquadramento do investimento intraeuropeu. A este propósito coordenou a resposta nacional de um questionário solicitado pela DG Fisma, da Comissão Europeia, solicitando a participação dos vários Ministérios envolvidos.

No âmbito do grupo de peritos do Sistema de Preferências Generalizadas (SPG), de que a DGAE é titular, foi assegurada a participação nas reuniões do Conselho e uma estreita articulação com as associações empresariais e setoriais, destacando-se a sua participação na consulta pública sobre o SPG lançada pela Comissão Europeia. Do mesmo modo, articulou com o MNE, com o envio de contributos e com a análise das discussões em Bruxelas, a defesa da posição do Ministério da Economia e da Transição Digital na futura revisão do Regulamento homónimo.

No âmbito da OCDE, a DSCI assegurou, via remota, a representação de Portugal em reuniões do Comité de Comércio e do Comité de Investimento.

À semelhança dos anos anteriores, continuou a assegurar a representação nacional no Comité Consultivo de Acesso ao Mercado, da Comissão Europeia (MAAC), que constitui o principal vetor da Estratégia de Acesso ao Mercado da UE, e prestou apoio a empresas portuguesas que são afetadas pelo agravamento do número de barreiras ao comércio. Foram, também, iniciados os trabalhos preliminares de contacto com a Comissão Europeia para a organização de um evento sobre Política Comercial a organizar durante a PPUE2021.

A DSCI, no que diz respeito à negociação de acordos de promoção e proteção de investimento (BIT), assegurou a revisão técnica final do acordo com o Irão, bem como a resposta a esclarecimentos adicionais da Comissão Europeia relativamente à revisão do acordo com Angola, efetuando, ainda e quando necessária, a negociação de alterações ao texto com a contraparte.

Na sequência do pedido do Gabinete do Ministro de Estado, da Economia e da Transição digital, foi elaborado um “*non-paper*” sobre Política Comercial Comum, centrado numa análise das oportunidades dos acordos de comércio livre para os operadores económicos e na perspetiva do “*level playing field*” no comércio internacional. Este trabalho visou contribuir para a reflexão em curso, no âmbito do atual processo de revisão da Política Comercial Comum.

No total, e apesar dos consideráveis efeitos da pandemia e da diminuição do número de recursos humanos da equipa da Política Comercial Externa, a DSCI assegurou a participação em 115 reuniões internacionais, na sua grande maioria por via remota, o que resultou num aumento de 37% face ao número de reuniões internacionais de 2019. A DSCI participou, também, em várias reuniões nacionais, seja por via remota, seja presencialmente.

Na vertente das relações internacionais, acompanhada pela Divisão de Relações Internacionais – DRIn, preparou, durante o ano de 2020, pastas de apoio e outros elementos informativos, no âmbito de deslocações oficiais e encontros bilaterais dos membros da área governativa da Economia e da Transição Digital, tendo sido cumpridos os prazos de entrega estipulados.

Em virtude da pandemia de COVID-19, o número de deslocações oficiais e encontros bilaterais foi substancialmente reduzido face a anos anteriores. Destacamos os elementos de apoio preparados para os seguintes eventos/encontros bilaterais: participação do Senhor Ministro de Estado, da Economia e da Transição Digital, como orador, em eventos organizados pela Câmara de Comércio Americana em Portugal (15 de janeiro e 18 de junho) e na Conferência “Small Business, Export Promotion and International Trade” (25 de maio); participação do Secretário de Estado do Comércio, Serviços e Defesa do Consumidor na Feira EuroShop (Düsseldorf, 16-20 de fevereiro) e como orador no Encontro Empresarial Portugal-Ucrânia (9 de setembro); participação do Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Economia, como orador, na Feira “Zhejiang Export Commodity Online Fair” (7 de abril); encontros bilaterais do Senhor Ministro de Estado, da Economia e da Transição Digital com o Presidente da Junta da Andaluzia (15 de janeiro), com a Ministra das Pequenas Empresas, Promoção das Exportações e Comércio Internacional do Canadá, Mary Ng (por VTC, 25 de maio), com o Subsecretário de Estado norte-americano, Keith Krach (1 de outubro), e com o Ministro da

Economia e Finanças de França, Bruno Le Maire (2 de dezembro); encontro bilateral do Secretário de Estado do Comércio, Serviços e Defesa do Consumidor com o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Ucrânia (9 de setembro); encontro bilateral do Secretário de Estado Adjunto e da Economia com o Presidente do Grupo Schneider (28 de setembro).

No que respeita à participação dos membros do Governo da área da Economia e da Transição Digital em Cimeiras, Comissões Mistas e outras reuniões de alto nível, foram preparados elementos de apoio para a XXXI Cimeira Luso-Espanhola (Guarda, 10 de outubro), para o Segmento de Alto Nível da 8.ª Conferência da UNCTAD nas áreas da Concorrência e da Proteção do Consumidor (19 de outubro) e para a Reunião do Conselho da OCDE ao nível Ministerial (28-29 de outubro). Salienta-se ainda a preparação da 3.ª Comissão Mista com a Ucrânia, a qual esteve agendada para os dias 2 e 3 de novembro, tendo sido adiada em função da evolução da situação pandémica nos dois países.

Neste âmbito, foram também remetidos diversos contributos para as seguintes reuniões/deslocações de membros do Governo da área governativa dos Negócios Estrangeiros e Presidência da República: Visita de Estado do Presidente da República Portuguesa à Índia (13-17 de fevereiro); Conferência Telefónica do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros com o seu homólogo indiano (18 de setembro); 6.ª Reunião da Comissão Mista Económica Portugal/República da Coreia (Seul, 6 de dezembro); 43.ª e 44.ª Reunião da Comissão Bilateral Permanente com os EUA (respetivamente, 15 de julho e 17 de dezembro); Consultas a nível de Diretores Políticos com o Japão (11 de novembro), Indonésia (18 de novembro), Tailândia (30 de novembro), todas em formato VTC; II Fórum de Cooperação com os Estados Observadores no âmbito da Aliança do Pacífico (17 de novembro); Reunião extraordinária de Ministros das Relações Exteriores no âmbito da Cimeira Ibero-Americana (30 de novembro); deslocação do Secretário de Estado da Internacionalização ao Brasil (16 a 18 de novembro); deslocações do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros à Argélia (novembro), Tunísia e Israel (dezembro).

Acrescem os contributos remetidos ao Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, I.P. no âmbito do exercício de Avaliação pelos Pares da OCDE à Cooperação Portuguesa e dos Programas Estratégicos de Cooperação com Moçambique e Guiné-Bissau, bem como em resposta a solicitações de informação sobre São Tomé e Príncipe, Timor-Leste, Panamá, Senegal e Quênia.

A DSCI participou em diversas reuniões ao longo de 2020 (em número inferior ao de anos anteriores, em virtude da situação pandémica), incluindo-se a 14.ª e a 15.ª reunião da Comissão Interministerial de Política Externa (respetivamente, 22 de janeiro e 21 de outubro) as reuniões do Secretariado Permanente da Comissão Interministerial para a Cooperação (21 de fevereiro e 14 de outubro), bem como a reunião anual da Comissão de Acompanhamento do Grupo de Trabalho do Mercado das Multilaterais Financeiras (6 de março).

No que se refere ao Fórum de Macau, e enquanto Ponto Focal Nacional deste mecanismo multilateral de cooperação, foram garantidas as seguintes atividades:

- Contributo para o Panfleto Promocional sobre Portugal;
- Contributo de colaboração (indicação de entidade recetora) - iniciativa do Fórum de Macau de doação de material de proteção e prevenção para Portugal (19.800 máscaras cirúrgicas descartáveis, 1800 máscaras protetoras médicas e 160 fatos de proteção médica);
- Colaboração na recolha de sugestões para a atualização do Guia de Investimento dos Países de Língua Portuguesa na República Popular da China;
- Coordenação e preparação de comentários e sugestões de alteração ao Plano de Ação 2020/2022 a aprovar na 6.ª Conferência Ministerial;
- Colaboração na divulgação e indicação de participantes portugueses - *Webinar* sobre tratamento de Covid-19 pelo uso da Medicina Tradicional Chinesa no combate epidémico (10 a 25 de novembro de 2020);
- Divulgação da Formação Fiscal Online sobre “Prevenção e Resolução de Litígios Fiscais Internacionais” (15 de novembro a 21 de dezembro de 2020);
- Colaboração na participação de Portugal no 11.º Fórum Internacional sobre o Investimento e Construção de Infraestruturas e na sessão paralela de promoção do investimento nos Países de Língua Portuguesa (3 de dezembro de 2020).

A DSCI colaborou com a DSCSR na tarefa de pesquisa e atualização de informação sobre estratégias de reabertura da economia no pós 1.ª vaga de COVID-19, nos seguintes Estados-Membros da UE: Lituânia; Chéquia; Hungria; Malta; Chipre; Estónia; Eslovénia, e na pesquisa e atualização quinzenal das medidas restritivas impostas ao comércio e serviços (incluindo a restauração) e medidas de apoio às PME (incluindo medidas de apoio social), na 2.ª vaga de COVID-19 nos seguintes Estados-Membros da UE: Alemanha; Áustria; Grécia; Malta; Roménia, e também na Suíça.

No âmbito das suas atribuições, a DSCI assegurou ainda o acompanhamento da negociação de instrumentos jurídicos bilaterais nas áreas de competência do Ministério da Economia e da Transição Digital (em particular, nos domínios do Turismo, da Segurança Alimentar e Económica, do Digital/Startups e da Normalização e Metrologia), bem como dos Tratados de Amizade e Cooperação e Acordos de Cooperação Económica.

Do mesmo modo, foi divulgada informação relevante aos organismos do METD e à Tutela no domínio das relações internacionais e foram preparados diversos contributos e atualizações para o *website* e LinkedIn da DGAE.

**QUADRO XXVI**  
**ATIVIDADES PREVISTAS, REALIZADAS PELA DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL (DDO)**

Matriz de objetivos e atividades da DDO									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
O1	[O5] Melhorar as competências da DGAE e a qualidade dos serviços prestados	5%	I1	N.º de conteúdos publicados no website da DGAE	1	100%	Produzir e enviar conteúdos para publicação no website da DGAE.	R	Foram produzidos 5 contributos para o website da DGAE, relacionados com o procedimento concursal da DSSE, com os recrutamentos por mobilidade interna para a DSPE, DPA e DSCI e sobre a eleição e constituição da Comissão Paritária.
O2	[O6] Adotar medidas de apoio aos trabalhadores/as que facilitem a conciliação da vida profissional, familiar e pessoal.	10%	I2	Taxa de trabalhadores /as com horário flexível (QUAR DGAE - Ind 13)	70%	50%	Assegurar horários flexíveis aos trabalhadores.	R	A taxa de trabalhadores com horário flexível foi de 74, 8%.
				N.º de parcerias estabelecidas para que os trabalhadores da DGAE beneficiem de condições mais favoráveis (QUAR DGAE - Ind 14)	4	50%	Estabelecer parcerias com empresas para que os trabalhadores da DGAE beneficiem de condições mais favoráveis	R	Foram estabelecidas 4 novas parcerias com empresas nas áreas do comércio, ótica e restauração para os trabalhadores da DGAE beneficiarem de condições mais favoráveis em relação às normalmente praticadas.
O3	Assegurar a gestão eficiente das necessidades dos recursos humanos da DGAE	40%	I3	N.º de documentos informativos difundidos sobre matérias do âmbito dos recursos humanos	[1-10]	10%	Difundir documentos informativos sobre matérias do âmbito dos recursos humanos	R	Foi assegurada a divulgação interna de 17 conteúdos de interesse geral dos trabalhadores.

Matriz de objetivos e atividades da DDO									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
			14	% de situações analisadas	[95% - 98%]	90%	Tratar as situações de faltas por motivo de doença e de acidente de trabalho dos trabalhadores.	R	Foram tratadas todas as situações de faltas por motivo de doença (21) e acidente de trabalho dos trabalhadores (2).
							Acompanhar e resolver todas as situações referentes a férias dos trabalhadores	R	Foi assegurado o acompanhamento e resolução de todas as situações referentes a férias dos trabalhadores (marcação/desmarcação/aprovação/transição).
							Assegurar os processos de pedidos de acumulação de funções e a acordo de cedência.	R	Foram assegurados 2 processos relativos a pedidos de acumulação de funções e a acordo de cedência.
							Responder aos pedidos de emissão de cartões de funcionário	T	Foi assegurada a resposta aos pedidos de emissão de cartões de funcionário (preparação de ficheiro para impressão), não tendo sido possível a sua emissão devido a avaria do <i>hardware/software</i> da SGE utilizado para o efeito.

Matriz de objetivos e atividades da DDO									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Divulgar informação sobre procedimentos de renovação do cartão de beneficiário da ADSE (titulares e familiares) e assegurar a sua emissão e entrega aos trabalhadores.	R	Foi divulgada internamente a informação sobre procedimentos de renovação do cartão de beneficiário da ADSE (titulares e familiares) e assegurada a sua emissão e entrega aos trabalhadores.
							Assegurar a tramitação de processos relativos a pedidos de aposentação e de contagem de tempo de serviço.	R	Foi assegurada a tramitação de 3 processos relativos aos pedidos de aposentação e de 5 pedidos de contagem de tempo de serviço.
							Acompanhar os processos relativos às deliberações em sede de juntas médicas dos trabalhadores.	R	Foi assegurado o acompanhamento dos 2 processos relativos às deliberações em sede de juntas médicas dos trabalhadores.
							Assegurar os processos relativos a pedidos de licenças pelos trabalhadores (sem remuneração, maternidade, matrimónio)	R	Foram assegurados 2 processos relativos a 5 pedidos de licenças pelos trabalhadores (sem remuneração, maternidade e matrimónio).
							Assegurar a resposta aos pedidos de emissão de declarações apresentados pelos trabalhadores (COVID-19, de funções, efetividade)	R	Assegurar a resposta aos pedidos de emissão de declarações apresentados pelos trabalhadores (COVID-19, de funções, efetividade)

Matriz de objetivos e atividades da DDO									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
O4	Assegurar a valorização e formação dos trabalhadores	25%	15	N.º de processos de formação anual dos trabalhadores da DGAE a monitorizar	1	100%	Monitorizar a assiduidades nas formações e registar as horas de formação efetuadas no âmbito do Plano de Formação bem como de formações extraplano.	R	Foi monitorizada a assiduidade nas formações e registadas todas as horas de formação efetuadas no âmbito do Plano de Formação bem como de formações extraplano (referente ao total de 2.376 horas de formação)
							Enviar, semanalmente, para a SGE, os certificados de formação obtidos pelos trabalhadores para arquivo nos respetivos processos individuais	R	Foram assegurados os envios semanais de todos os certificados de formação obtidos pelos trabalhadores para arquivo nos respetivos processos individuais na SGE.
O5	Assegurar a coordenação dos procedimentos de recrutamento de trabalhadores	20%	16	% de procedimentos de recrutamento acompanhados	100%	80%	Preparar e concluir procedimentos de recrutamento de trabalhadores	R	Foram preparados e concluídos 2 procedimentos de recrutamento de trabalhadores, para a DSPE e para a DSCI.
							Preparar processos relativos a gestão da carreira de trabalhadores	T	Foram preparados 2 processos relativos a gestão da carreira de trabalhadores que se prevê concluir em 2021 por dependerem de parecer dos membros do governo.

Matriz de objetivos e atividades da DDO									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
			17	% de avisos preparados	100%	10%	Preparar e enviar avisos para publicação em Diário da República relativos a consolidações de mobilidade	R	Foi assegurada a preparação e envio de 11 avisos para publicação em Diário da República relativos a consolidações de mobilidade.
			18	% de Contratos de Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado preparados	100%	10%	Preparar Contratos de Trabalho em Funções Públicas	R	Foi assegurada a preparação e a assinatura de 11 Contratos de Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado (CTFP).

## QUADRO XXVII AUTOAVALIAÇÃO PELA DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL (DDO)

A DDO foi criada pelo Despacho n.º 7901/2020, publicado no Diário da República n.º 157/2020, Série II de 2020-08-13, e iniciou a sua atividade em setembro de 2020, tendo assegurado o apoio, em articulação com a Secretaria-Geral da Economia, às políticas de gestão sobre a identificação e caracterização de necessidades de recursos humanos no âmbito da missão e atribuições da DGAE.

Devido à situação de pandemia de COVID-19, e no âmbito do apoio ao desenvolvimento de novos instrumentos e metodologias de trabalho, a DDO contribuiu para a progressiva transição dos trabalhadores da DGAE, a partir do mês de março, para a prestação de trabalho em teletrabalho, tendo-se registado no final do ano de 2020 cerca de 91% dos trabalhadores em teletrabalho.

No que diz respeito à formação profissional dos trabalhadores da DGAE, inicialmente prevista em formato presencial, devido à situação epidemiológica foi necessário adequar o modo de disponibilização da formação, tendo sido maioritariamente utilizado o formato online. Ainda neste âmbito, foi realizada uma intensa divulgação de ações de formação à distância gratuitas, à qual os trabalhadores aderiram com agrado e que lhes proporcionou o conhecimento e a aquisição de novas competências, sobretudo na área digital.

Apesar da situação pandémica, continuou a assistir-se a uma rotatividade dos trabalhadores (embora menor do que a verificada em 2019), motivada por saídas, essencialmente por aposentação, por mobilidade interna, por designação em comissão de serviço noutros organismos (REPER e gabinetes governamentais), bem como saídas para regresso aos organismos de origem dos trabalhadores. Em simultâneo, foi desenvolvido um intenso esforço de atração de recursos humanos, através da abertura de procedimentos concursais comuns, de procedimentos de recrutamento por mobilidade e da atração de candidaturas

espontâneas de trabalhadores pertencentes à Administração Pública. A publicitação das vagas disponíveis nas várias Unidades Orgânicas da DGAE passou a ser visível também no LinkedIn institucional da DGAE.

No que se refere aos assuntos de gestão das carreiras dos trabalhadores, foram iniciados dois processos respeitantes a valorização remuneratória e a consolidação de mobilidade intercarreiras, para os quais ainda não foi efetivamente possível obter uma resposta do Ministério das Finanças em tempo oportuno.

De referir, ainda, que foram desenvolvidas as diferentes atividades previstas nos objetivos para o ano em curso.

**QUADRO XXVIII**  
**ATIVIDADES PREVISTAS, REALIZADAS NO ÂMBITO DA DIVISÃO DE PLANEAMENTO E APOIO (DPA)**

Matriz de objetivos e atividades da DPA									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
O1	Assegurar a coordenação e o apoio na elaboração dos instrumentos do ciclo anual de gestão	20%	I1	Prazo para apresentação do QUAR e do Plano de Atividades	[20 a 30 Nov]	50%	Solicitar elementos aos serviços para a elaboração do QUAR e o Plano de Atividades para 2021.	R	Foram solicitados aos serviços, em 22-09-2020, os elementos necessários à elaboração do QUAR e do Plano de Atividades.
							Analisar a informação disponibilizada pelos serviços e elaborar o QUAR e o Plano de Atividades para 2021.	R	Foi analisada a informação enviada pelos serviços, que serviu de base à elaboração do QUAR e do Plano de Atividades da DGAE, tendo sido cumprido o prazo para a sua apresentação à tutela.
			I2	Prazo para apresentação do Relatório de Atividades	[1 a 15 Abr]	50%	Solicitar elementos aos serviços para a elaboração do Relatório de Atividades de 2019.	R	Foram enviados aos serviços, em 10-02-2020, os quadros para preenchimento dos elementos necessários à elaboração do Relatório de Atividades.
							Analisar a informação disponibilizada pelos serviços e elaborar o Relatório de Atividades de 2019.	R	Procedeu-se à análise de toda a informação, assim como à elaboração, no prazo previsto, do Relatório de Atividades.

Matriz de objetivos e atividades da DPA									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
O2	Assegurar a monitorização dos objetivos e indicadores de gestão	10%	I3	N.º de quadros de monitorização elaborados	[6 - 8]	60%	Elaborar os quadros para monitorização dos indicadores e objetivos de gestão.	R	Elaborados todos os quadros inerentes à monitorização dos indicadores de gestão.
			I4	Prazo para apresentação do quadro com a monitorização do QUAR	[17 a 30 Jun]	40%	Elaborar o quadro com informação semestral sobre os objetivos e indicadores do QUAR.	R	Foi cumprido o prazo para a elaboração do QUAR da DGAE com a informação semestral referente aos indicadores do QUAR, a qual foi enviada ao GEE, enquanto entidade coordenadora neste domínio.
O3	Avaliar a qualidade dos serviços prestados pela DGAE	10%	I5	N.º de inquéritos de satisfação dos utentes dos serviços elaborados, disponibilizados e analisados	[1-2]	100%	Elaborar o(s) questionário(s) de satisfação.	R	Conforme estava previsto e é exigido no âmbito da avaliação dos serviços, foi concebido o questionário de satisfação dos utentes dos serviços, bem como o questionário de avaliação das respostas enviadas aos agentes económicos que colocaram questões e perguntas no âmbito do regime jurídico das atividades de comércio serviços e restauração.

Matriz de objetivos e atividades da DPA									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Conceber a metodologia de divulgação do(s) questionário(s) e proceder à sua implementação.	R	Foram concebidas as metodologias para a divulgação e implementação dos dois questionários referidos na atividade anterior, utilizando-se a abordagem que foi considerada mais adequada a cada uma das referidas situações.
							Analisar os resultados do(s) inquérito(s) de satisfação dos utentes dos serviços.	R	A análise dos resultados do inquérito de satisfação dos utentes dos serviços foi incluída no Relatório de Atividades de 2020. O resultado do inquérito às questões colocadas pelos agentes económicos no âmbito do RJACSR consta deste Relatório de Atividades.
O4	Implementar o questionário de satisfação interno dos trabalhadores da DGAE	10%	I6	N.º de inquéritos de satisfação dos trabalhadores da DGAE elaborados,	1	100%	Elaborar o questionário de satisfação.	R	Elaborado o questionário para apuramento do nível de satisfação dos trabalhadores da DGAE.

Matriz de objetivos e atividades da DPA									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
				disponibilizados e analisados			Conceber e implementar a metodologia de divulgação e de resposta aos inquéritos de satisfação.	R	Foi concebida a metodologia a adotar para a divulgação e resposta por parte dos trabalhadores ao questionário de satisfação.
							Analisar os resultados do inquérito de satisfação dos trabalhadores da DGAE.	R	A análise dos resultados do inquérito de satisfação dos trabalhadores foi incluída no Relatório de Atividades de 2020.
O5	Acompanhar a implementação do sistema de gestão documental	10%	17	N.º de fluxos de negócios acompanhados e implementados	2	70%	Identificar e desenvolver os fluxos de processos e os respetivos circuitos e intervenientes.	R	Foram identificados cinco fluxos de negócio a implementar no âmbito do sistema de gestão documental, implicando a elaboração prévia dos respetivos circuitos, tendo havido um trabalho sistemático com a empresa que está contratada para a implementação desses fluxos.
				% de situações analisadas e reportadas	80%	30%	Reportar os problemas de funcionamento do sistema de gestão documental.	R	Todas as situações colocadas pelos serviços foram objeto de análise, tendo sido respondidas ou reportadas à empresa e ou aos serviços competentes da Secretaria-Geral da Economia.

Matriz de objetivos e atividades da DPA									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
O6	Assegurar a gestão dos conteúdos na página eletrónica da DGAE	7%	I8	Prazo médio para a publicação e atualização de conteúdos na página eletrónica da DGAE (dias úteis)	1 dia	100%	Inserir e atualizar atempadamente na página eletrónica da DGAE os conteúdos disponibilizados pelos serviços.	R	Na generalidade dos pedidos, foi assegurada, num prazo inferior ao previsto, a publicação no site da DGAE dos vários conteúdos disponibilizados pelos serviços.
O7	Assegurar diariamente a gestão da <i>mailbox</i> institucional da DGAE	3%	I9	Prazo médio para encaminhamento ou arquivamento das mensagens recebidas na <i>mailbox</i> da DGAE (dias úteis)	1 dia	100%	Verificar e encaminhar diariamente as mensagens recebidas na caixa de correio eletrónica e noutras geridas pela DPA.	R	Assegurado diariamente o reencaminhamento devido das mensagens recebidas na caixa de correio eletrónico da DGAE.
O8	Assegurar o apoio aos utilizadores internos ao nível de <i>help desk</i>	10%	I10	Prazo médio de resposta aos pedidos de <i>help desk</i> (dias úteis)	1 dia	100%	Responder atempadamente aos pedidos de apoio ao nível do <i>help desk</i> informático, incluindo aplicações, comunicações e <i>hardware</i> .	R	Em termos médios, foi dada resposta aos pedidos dos utilizadores, no prazo previsto.
O9	Gerir as necessidades e os contratos de aquisição de bens e serviços	5%	I11	% de bens e serviços necessários ao funcionamento da DGAE identificados	[90%-95%]	30%	Identificar atempadamente as necessidades de bens e serviços a enviar à SGE com vista à realização dos procedimentos de aquisição.	R	Foram identificados os bens e os serviços necessários ao funcionamento da DGAE, tendo sido feito o enquadramento dos respetivos pedidos de contratação junto da Secretaria-Geral da Economia.

Matriz de objetivos e atividades da DPA									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
			112	% de contratos acompanhados	100%	30%	Acompanhar a execução dos contratos de aquisição de bens e serviços.	R	Procedeu-se ao acompanhamento financeiro e operacional de todos os contratos em vigor.
			113	% de faturas objeto de verificação e validação	100%	40%	Validar a faturação das aquisições de bens e serviços, remetendo essa informação à SGE.	R	Toda a faturação das contratações de bens e serviços foi objeto de verificação, confirmando-se previamente os bens que foram entregues e os trabalhos que foram prestados.
O10	Assegurar a cobrança das receitas próprias da DGAE	5%	114	Prazo para a emissão das Guias de Receita	[22 a 24 h]	50%	Emitir guias de receita no prazo definido no procedimento aprovado.	R	Procedeu-se à emissão de todas as guias de receita correspondentes solicitadas pelos serviços.
			115	N.º médio de mapas enviados mensalmente	[1 - 3]	50%	Enviar à SGE os mapas com indicação das receitas cobradas em cada um dos regimes previstos.	R	Foram enviados mensalmente à Secretaria-Geral da Economia os mapas com indicação das guias de receita emitidas em cada um dos regimes previstos na legislação em vigor.

Matriz de objetivos e atividades da DPA									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
O11	Gerir as verbas do Fundo de Maneio	5%	116	N.º de quadros de controlo elaborados mensalmente	2	30%	Controlar os fluxos de caixa, os registos do cartão de crédito e os movimentos da conta afeta ao Fundo de Maneio.	R	Foram elaborados mensalmente os quadros com os registos dos pagamentos efetuados, assim como os quadros com os movimentos da conta de funcionamento que suporta as contas do fundo de maneio.
			117	% dos pagamentos aprovados efetuados mensalmente	100%	30%	Efetuar os pagamentos das despesas aprovadas por verbas do Fundo de Maneio.	R	Efetuada todos os pagamentos autorizados no âmbito do Fundo de Maneio.
			118	N.º de listas enviadas à SGE com documentos de despesa	11	40%	Remeter à SGE a lista e os documentos comprovativos das despesas realizadas mensalmente.	R	Enviadas mensalmente à Secretaria-Geral da Economia as listagens com as despesas efetuadas no âmbito do fundo de maneio, acompanhadas dos respetivos documentos comprovativos de despesa.
O12	Assegurar o registo e a classificação da correspondência recebida, assim como a respetiva distribuição	5%	119	% da documentação recebida diariamente e registada no sistema de gestão documental	100%	100%	Digitalizar, numerar, registar, classificar e encaminhar toda a documentação recebida.	R	Asseguradas a 100% todas as tarefas inerentes ao registo da documentação recebida.

## QUADRO XXIX AUTOAVALIAÇÃO PELA DIVISÃO DE PLANEAMENTO E APOIO (DPA)

No domínio do planeamento, foi desenvolvido um conjunto de instrumentos de apoio essenciais à tomada de decisão por parte da estrutura dirigente, com a elaboração de diversos quadros com informação permanentemente atualizada, nomeadamente na área dos recursos humanos, nas várias áreas de negócio da DGAE e, principalmente, no que se refere ao acompanhamento e monitorização dos vários indicadores de gestão, em especial, os inscritos no QUAR.

De registar, igualmente, a coordenação de todos os trabalhos inerentes à preparação do Relatório de Atividades de 2019, incluindo o apuramento de resultados e a respetiva autoavaliação, assim como a realização de inquéritos junto dos utilizadores dos serviços e dos trabalhadores da DGAE, com o consequente apuramento dos respetivos resultados e o tratamento estatístico dos mesmos, indispensáveis à realização dessa autoavaliação.

De igual modo, foram apresentadas propostas para a definição dos objetivos e indicadores constantes do QUAR para 2021 e iniciados os trabalhos de preparação, coordenação e apresentação da proposta de Plano de Atividades para 2021, documentos esses que foram submetidos à apreciação do GEE, para parecer, e à tutela, para aprovação, o que se veio a verificar.

De salientar em 2020, o trabalho acrescido que teve de ser realizado no âmbito do apoio informático direto aos utilizadores, para além do suporte garantido pela SGE, para colocar em regime de teletrabalho, a partir de março, a generalidade dos trabalhadores da DGAE, dado o confinamento provocado pela doença COVID-19. Essa situação foi ainda mais exigente devido à insuficiência de equipamentos e ao facto de ter coincido com a aposentação de uma das duas técnicas de informática. Houve também a necessidade de um apoio redobrado aos utilizadores para que não se verificassem quebras de comunicações e de acesso à informação existente nos vários postos de trabalho, ao sistema de gestão documental, assim como a outros programas, e de garantir, a partir de então, as condições necessárias para a realização de reuniões por videoconferência. Foram, inclusive, preparadas salas na DGAE com os equipamentos necessários, e

respeitando as regras previstas pela Direção-Geral da Saúde, para serem utilizadas para a realização dessas videoconferências, sempre que as mesmas não pudessem ser asseguradas de outra forma.

Ainda no contexto resultante da pandemia COVID-19, foi elaborado um Plano de Contingência da DGAE e foram implementadas as medidas nele previstas, de modo a minimizar as condições de propagação da doença, a reduzir o risco de contaminação nos locais de trabalho, com a separação dos respetivos postos de trabalho, e a assegurar a adoção de medidas de atuação caso se verificasse a existência de um surto de propagação da doença nas instalações da DGAE, o que nunca se veio a verificar, certamente fruto das medidas que foram colocadas em prática.

Uma outra vertente do apoio informático, que mereceu especial atenção e que envolveu o acompanhamento, a coordenação e muitas horas de trabalho por parte da equipa da DPA, foi o da implementação e consolidação do sistema de gestão documental, em especial o desenvolvimento dos fluxos de negócios, vários dos quais começaram a ser estruturados ao longo do ano.

Foi feito o levantamento das necessidades de aquisição de bens e serviços necessários ao funcionamento da DGAE e o acompanhamento permanente da execução dos respetivos contratos, alguns dos quais, devido à sua especial complexidade, implicaram um sistema de controlo mais exigente, devido ao número de faturas emitidas. Com efeito, o acompanhamento da execução dos contratos é uma atividade que requer cada vez mais tempo, preparação e dedicação, com vista à identificação e correção dos desvios entre os serviços prestados e os faturados, tendo também presente a especificidade de muitos desses serviços e dos respetivos contratos, implicando interações constantes com a SGE.

Procedeu-se ao registo e à emissão de todas as guias de receita e ao envio dos respetivos mapas para a Secretaria-Geral da Economia, com indicação dos valores apurados por tipologia de produtos/serviços.

Não obstante as condicionantes resultantes da pandemia, continuaram a ser realizados outros serviços da responsabilidade desta Divisão, essenciais para o funcionamento da DGAE, como sucedeu com o registo de toda a correspondência, o atendimento telefónico e a manutenção das instalações e equipamentos.

**QUADRO XXX**  
**ATIVIDADES PREVISTAS, REALIZADAS NO ÂMBITO DA DIVISÃO DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS (DRI)**

Matriz de objetivos e atividades da DRI									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
1	[O1] Reforçar a coordenação dos assuntos europeus e internacionais do ME e garantir a representação da DGAE nas estruturas nacionais e internacionais		11	Taxa de participação em reuniões planeadas (QUAR DGAE - Ind1)	[80%-90%]	100%	Colaborar e participar nas reuniões organizadas pelos serviços.	R	Foi assegurada a participação em todas as reuniões organizadas pelos serviços da DGAE.
2	[O4] Garantir os prazos de resposta às solicitações dirigidas à DRI		12	% de pareceres relevantes emitidos dentro do prazo solicitado. (QUAR DGAE - Ind9)	[94%-98%]	50%	Elaborar pareceres especializados sobre matérias de natureza jurídica no âmbito da DGAE.	R	Foi assegurada a elaboração atempada aos pareceres solicitados.
			13	% de solicitações respondidas com caráter substantivo dentro do prazo. (QUAR DGAE - Ind10)	[94%-98%]	50%	Responder às várias solicitações dirigidas à DGAE.	R	Foi assegurada uma resposta atempada às várias solicitações dirigidas à DGAE.

## QUADRO XXXI AUTOAVALIAÇÃO PELA DIVISÃO DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS (DRI)

No âmbito da atividade desenvolvida pela Divisão de Relações Institucionais, no ano de 2020, as questões suscitadas pela pandemia COVID-19 adquiriram especial relevância, tendo esta Divisão, neste contexto, elaborado o Plano de Contingência da DGAE, com vista a antecipar e gerir o impacto da COVID-19. Ainda a este respeito, a DRI coordenou e elaborou vários pareceres e respostas sobre questões colocadas pelo Secretário de Estado do Comércio, Serviços e Defesa do Consumidor e pelos cidadãos, nomeadamente sobre as consequências do encerramento de várias atividades económicas, assim como outras preocupações remetidas pelos interessados.

Por outro lado, manteve-se o número elevado de pedidos de parecer a que houve necessidade de dar resposta, designadamente sobre projetos de diplomas legais em circuito legislativo, solicitados pelo Gabinete do Secretário de Estado do Comércio, Serviços e Defesa do Consumidor, a que se adicionaram vários pedidos de parecer sobre projetos de Resolução e perguntas parlamentares, relativas à COVID-19, apresentados pelos vários partidos representados na Assembleia da República.

Foram também desenvolvidas outras ações de apoio às Direções de Serviço, nomeadamente relativas à responsabilidade social, aos auxílios de Estado, a questões respeitantes aos recursos humanos e a questões judiciais. Neste contexto, foi elaborado o Código de Conduta com o conjunto de regras, de natureza ética e deontológica, a observar por todos os trabalhadores da DGAE.

No âmbito da responsabilidade social, foi concluído e publicado no website da DGAE o *Guia de Procedimentos para o Tratamento de Instâncias Específicas*, levantadas no contexto das *Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais*, que pretende regular e uniformizar os procedimentos a serem observados

pela estrutura de Ponto de Contacto Nacional em Portugal, em conformidade com o exposto nas Diretrizes da OCDE para as empresas multinacionais. Foi ainda prestado apoio no que concerne às alegações de inobservância das Diretrizes da OCDE, por parte de uma empresa, apresentadas junto do Ponto de Contacto Nacional.

Em relação às restantes atividades atribuídas a esta Divisão, foram igualmente elaborados, atempadamente, vários pareceres especializados, pedidos pela Direção e demais unidades orgânicas da DGAE, sobre matérias de natureza jurídica.

Assegurou-se, ainda, uma célere resposta às várias solicitações dirigidas a esta Direção-Geral, tais como denúncias e pedidos de informação.

## **Outras Atividades da DGAE**

### **- Acompanhamento dos contratos de contrapartidas militares**

No âmbito da atividade desenvolvida para o acompanhamento dos contratos de contrapartidas militares ainda em execução, o ano de 2020 pautou-se pela publicação do relatório do Tribunal de Contas de Acompanhamento das Recomendações do Relatório de Auditoria n.º 19/2017 e, no âmbito do Contrato de Contrapartidas relativo ao fornecimento de *targeting pods* destinados às aeronaves F-16 da Força Aérea Portuguesa, pela assinatura da segunda adenda ao contrato de contrapartidas com a empresa *Northrop Grumman International Trading*.

### **- Participação na Comissão Permanente de Apoio ao Investidor**

Em 2020, a DGAE continuou a assegurar a participação nas reuniões da Comissão Permanente de Apoio ao Investidor, presididas pela AICEP.

#### **- Participação na Subcomissão para acompanhamento da situação epidemiológica COVID-19**

A DGAE participou, a partir de março, nas reuniões da Subcomissão para acompanhamento da situação epidemiológica COVID-19, criada no âmbito da Comissão Nacional de Proteção Civil para assegurar a coordenação entre os vários organismos envolvidos no combate aos efeitos da pandemia. Presidida pela Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, têm assento nesta Comissão representantes de diversas áreas, com destaque para a saúde, negócios estrangeiros, administração interna, justiça, educação, infraestruturas e segurança social, assim como as Regiões Autónomas. No âmbito do METD, está igualmente representado o Gabinete da Secretária de Estado do Turismo.

Inicialmente com uma regularidade diária, que foi sendo adaptada à evolução da situação epidemiológica, a participação nesta Subcomissão permitiu a articulação direta com diversos organismos e entidades com os quais a DGAE não tem um relacionamento regular e que se revelaram de grande utilidade para esclarecimento de dúvidas e coordenação sobre a resposta a dar aos agentes económicos relativamente à aplicação da diversa legislação que foi sendo publicada ao longo do ano.

## 2.4 *Análise das causas de incumprimento de atividades ou projetos não executados*

No quadro seguinte é feito o resumo do nível de realização das atividades por Unidade Orgânica, concluindo-se que, na generalidade, as atividades foram realizadas de acordo com o planeamento efetuado, visto que foram realizadas 230 das 253 atividades planeadas.

**Quadro XXXII - Nível de realização das atividades previstas por Unidade Orgânica**

Serviço	Nível de realização das atividades			
	R	NR	T	TOTAL
DSCSR	45	2	8	55
DSSE	32	1	3	36
DSPE	30	2	0	32
DSAE	22	0	0	22
DSCI	55	5	0	60
DDO	17	0	2	19
DPA	26	0	0	26
DRI	3	0	0	3
<b>TOTAL</b>	<b>230</b>	<b>10</b>	<b>13</b>	<b>253</b>

Apesar do contexto de pandemia, que afetou a atividade da DGAE, o número de atividades planeadas que não foram realizadas em 2020, como se pode constatar no quadro XXXII, foi de apenas 10, o que corresponde a 3,95% do total das atividades planeadas. Desta forma, é possível concluir que as atividades não realizadas não comprometeram a concretização dos objetivos identificados no QUAR da DGAE.

De facto, o principal motivo para a não realização das atividades previstas durante o ano de 2020 foi a pandemia de COVID-19, sobretudo, devido ao facto de ter havido um número significativo de reuniões que foram canceladas ou adiadas por esse motivo. Além disso, as restrições orçamentais foram outra das razões, embora em menor escala, para a não realização de atividades.

## 2.5 Avaliação dos serviços prestados

A avaliação da satisfação dos destinatários dos serviços prestados pela DGAE é uma ferramenta fundamental para a promoção da melhoria contínua do desempenho da DGAE. Permite identificar áreas de melhoria de forma a garantir que os serviços prestados aos destinatários da sua missão têm a qualidade exigida.

Por esta razão, foi desenvolvido e implementado um questionário de satisfação aos destinatários dos serviços prestados pela DGAE no ano de 2020. Este questionário utilizou o modelo da *Common Assessment Framework* (CAF)<sup>21</sup> 2013 (Anexo IV), publicado pela Direção-Geral da Administração e Emprego Público.

O questionário foi implementado através do envio de uma hiperligação, por correio eletrónico, para todos os destinatários dos serviços prestados pela DGAE, os quais foram identificados pelas respetivas unidades orgânicas. As respostas foram recolhidas através da plataforma disponibilizada pelo website da DGAE, criado pela Masterlink, em cujas tabelas de dados se baseia a análise realizada.

A análise dos níveis de satisfação baseia-se na escala de *Likert*<sup>22</sup>, de acordo com a qual os respondentes do questionário classificaram a sua satisfação nos seguintes níveis: 1 – Muito Insatisfeito; 2 – Insatisfeito; 3 – Pouco Satisfeito; 4 – Satisfeito; 5 – Muito Satisfeito.

O questionário foi implementado entre 24 de fevereiro e 22 de março de 2021. Dos 737 destinatários inquiridos<sup>23</sup>, responderam 145, o que representa uma taxa de resposta de 19,7%. Destes, 45 respondentes pertenciam à Administração Pública Central, 45 a associações

---

<sup>21</sup> A Estrutura Comum de Avaliação é um modelo de autoavaliação que permite fazer o diagnóstico do desempenho de organizações da Administração Pública, bastante utilizado pelas organizações públicas europeias. Utiliza-se comumente a sigla em inglês, CAF.

<sup>22</sup> A escala de *Likert* é uma escala de classificação das respostas a questionários que permite medir as atitudes e conhecer o grau de conformidade dos inquiridos em relação às questões colocadas.

<sup>23</sup> Estes incluem destinatários de Gabinetes governamentais, da Administração Pública Central e Local, Embaixadas, Universidades, Associações empresariais, operadores económicos e particulares.

empresariais, 41 a empresas, seguindo-se 6 da Administração Pública Local, 2 de gabinetes governamentais, um de uma universidade e um particular.

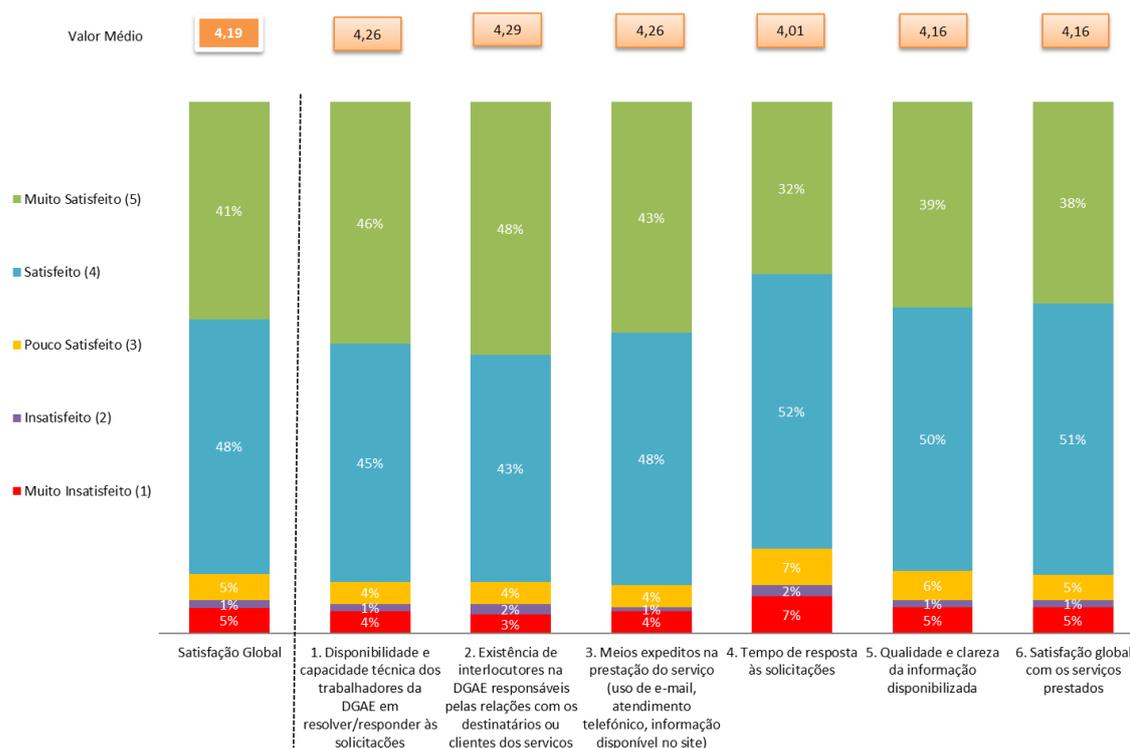
**Quadro XXXIII - Resultados do inquérito de satisfação por parte dos destinatários dos serviços**

Grupos	MI	I	PS	S	MS	MÉDIA
<b>Satisfação Global</b>	<b>5%</b>	<b>1%</b>	<b>5%</b>	<b>48%</b>	<b>41%</b>	<b>4,19</b>
1. Disponibilidade e capacidade técnica dos trabalhadores da DGAE em resolver/responder às solicitações	4%	1%	4%	45%	46%	4,26
2. Existência de interlocutores na DGAE responsáveis pelas relações com os destinatários ou clientes dos serviços	3%	2%	4%	43%	48%	4,29
3. Meios expeditos na prestação do serviço (uso de e-mail, atendimento telefónico, informação disponível no site)	4%	1%	4%	48%	43%	4,26
4. Tempo de resposta às solicitações	7%	2%	7%	52%	32%	4,01
5. Qualidade e clareza da informação disponibilizada	5%	1%	6%	50%	39%	4,16
6. Satisfação global com os serviços prestados	5%	1%	5%	51%	38%	4,16

MI - Muito Insatisfeito, I - Insatisfeito, PS - Pouco Satisfeito, S - Satisfeito, MS - Muito Satisfeito

Os resultados obtidos no questionário permitem afirmar que os destinatários dos serviços da DGAE estão satisfeitos ou muito satisfeitos com os serviços prestados por esta Direção-Geral. De facto, como se pode constatar no Quadro XXXIII, em termos globais, o resultado é bastante positivo, já que 48% dos destinatários revelaram estar “satisfeitos” e 41% “muito satisfeitos” com o desempenho da DGAE. Os respondentes que estão “pouco satisfeitos” são apenas 5%, a mesma percentagem daqueles que se revelaram “muito insatisfeitos”.

**Gráfico 5 - Satisfação Global por áreas por parte dos destinatários dos Serviços**



Analisando individualmente os níveis de satisfação por pergunta (gráfico 5), destacam-se os níveis de satisfação acima dos 50% em três perguntas (*Tempo de resposta às solicitações; Qualidade e clareza da informação disponibilizada e satisfação global com os serviços prestados*). As percentagens mais elevadas de respondentes que estão muito satisfeitos registaram-se em duas perguntas: *Disponibilidade e capacidade técnica dos técnicos da DGAE e Existência de interlocutores na DGAE responsáveis pelas relações com os destinatários*, as quais registaram, respetivamente, 46% e 48%. A pergunta que registou percentagens mais elevada de respondentes muito insatisfeitos (5%) e pouco satisfeitos (7%) foi a pergunta sobre o *tempo de resposta às solicitações*.

A média de satisfação relativa a cada uma das perguntas é sempre acima de 4, destacando-se a média de 4,29, relativa à *Existência de interlocutores na DGAE responsáveis pelas relações com*

os destinatários e a média de 4,26 registada nas perguntas sobre a *Disponibilidade e capacidade técnica dos trabalhadores da DGAE* e sobre os *Meios expeditos na prestação do serviço*.

## 2.6 Avaliação dos trabalhadores e dos dirigentes intermédios

A avaliação da satisfação e da motivação dos trabalhadores e dos dirigentes intermédios da DGAE relativa a um conjunto diversificado de temas referentes ao funcionamento desta Direção-Geral é um elemento importante para a melhoria continua do desempenho da DGAE.

Neste sentido, relativamente ao ano de 2020, procedeu-se à implementação de questionários de satisfação, tanto aos trabalhadores, como aos dirigentes intermédios da DGAE. O modelo utilizado para os questionários foi adaptado do modelo da *Common Assessment Framework*<sup>24</sup> 2013 (Anexo IV), publicado pela Direção-Geral do Administração e Emprego Público.

Ambos os questionários foram implementados através do envio de uma hiperligação, por correio eletrónico, para todos os trabalhadores e dirigentes intermédios que exerceram funções na DGAE no ano de 2020. As respostas foram recolhidas através da plataforma *Microsoft Forms*, em cujas tabelas de dados se baseia a análise apresentada de seguida.

A análise dos níveis de satisfação baseia-se igualmente na escala de *Likert*<sup>25</sup>, de acordo com a qual os respondentes do questionário classificaram o seu grau de satisfação em: 1 – Muito Insatisfeito; 2 – Insatisfeito; 3 – Pouco Satisfeito; 4 – Satisfeito; 5 – Muito Satisfeito. A análise dos níveis de motivação baseia-se, igualmente, na escala de *Likert*: 1 – Muito Desmotivado; 2 – Desmotivado; 3 – Pouco Motivado; 4 – Motivado; 5 – Muito Motivado.

---

<sup>24</sup> A Estrutura Comum de Avaliação é um modelo de autoavaliação que permite fazer o diagnóstico do desempenho de organizações da Administração Pública, bastante utilizado pelas organizações públicas europeias. Utiliza-se comumente a sigla em inglês, CAF.

<sup>25</sup> A escala de *Likert* é uma escala de classificação das respostas a questionários que permite medir as atitudes e conhecer o grau de conformidade dos inquiridos em relação às questões colocadas.

Além desta escala, os inquiridos tiveram também a hipótese de classificar a sua resposta com “Não Sabe/Não Responde” (NS/NR), sempre que não tivessem informação para responder ou não o quisessem fazer.

O facto de, como referido, o modelo de questionário utilizado ter sido adaptado do modelo da CAF 2013 e, por isso, ser diferente do utilizado no ano passado, impede a realização de análise comparativa dos resultados. Acresce que se realizaram dois questionários distintos e não um só, como em anos anteriores.

De seguida, são apresentados os resultados específicos de cada um dos questionários referidos anteriormente.

### 2.6.1. Trabalhadores

O questionário de satisfação dos trabalhadores da DGAE foi implementado entre 28 de janeiro e 15 de fevereiro de 2021. Dos 79 trabalhadores inquiridos, que desempenharam funções na DGAE, em 2020, responderam 43, o que representa uma taxa de resposta de 54,4%.

**Quadro XXXIV - Resultados do questionário de satisfação interno**

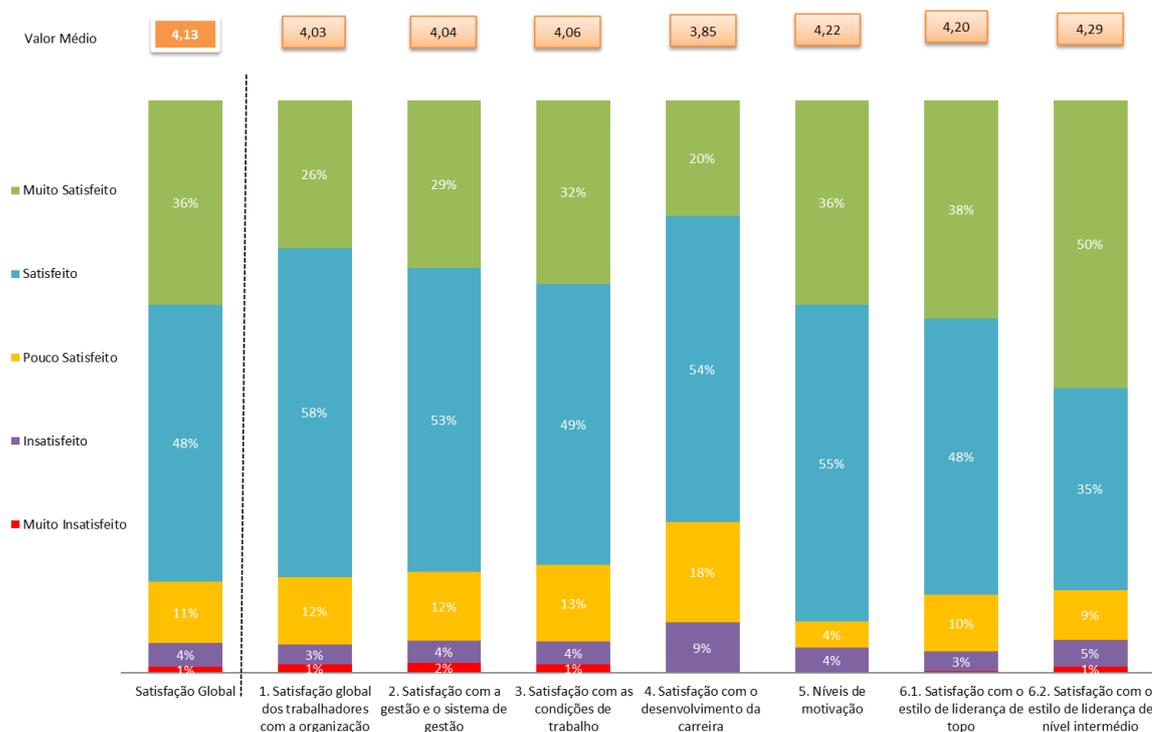
Grupos	MI	I	PS	S	MS	NS/NR
1. Satisfação global dos trabalhadores com a organização	1,29%	3,10%	10,59%	51,42%	23,00%	10,59%
2. Satisfação com a gestão e o sistema de gestão	1,55%	3,36%	10,34%	45,99%	25,32%	13,44%
3. Satisfação com as condições de trabalho	1,29%	3,62%	12,14%	44,44%	28,94%	9,56%
4. Satisfação com o desenvolvimento da carreira	0,00%	7,75%	15,50%	47,29%	17,83%	11,63%
5. Níveis de motivação	0,00%	4,19%	4,19%	52,09%	33,49%	6,05%
6.1. Satisfação com o estilo de liderança de topo	0,21%	2,96%	8,46%	41,01%	32,35%	15,01%
6.2. Satisfação com o estilo de liderança de nível intermédio	1,07%	4,29%	8,23%	33,09%	47,05%	6,26%
<b>Total</b>	<b>0,91%</b>	<b>3,78%</b>	<b>9,58%</b>	<b>43,40%</b>	<b>31,93%</b>	<b>10,41%</b>

MI - Muito Insatisfeito, I - Insatisfeito, PS - Pouco Satisfeito, S - Satisfeito, MS - Muito Satisfeito, NS/NR - Não Sabe/Não Responde

O quadro XXXIV apresenta os resultados globais do questionário, nomeadamente as taxas de resposta dadas pelos respondentes em cada uma das opções, incluindo aqueles que, por falta de informação ou por não quererem responder, selecionaram a opção NS/NR.

O gráfico 6 apresenta os resultados obtidos em cada uma das questões do questionário em termos de satisfação e de motivação, de acordo com a escala utilizada. Os valores analisados, tanto em termos de níveis, como de médias de satisfação e de motivação, excluem os valores relativos a NS/NR.

**Gráfico 6 - Satisfação Global por Áreas**



Como é possível constatar no gráfico 6, os níveis de satisfação obtidos em todas as perguntas são elevados, uma vez que as percentagens dos respondentes que afirmam estar satisfeitos varia entre os 48% (*satisfação com o estilo de liderança da gestão de topo*) e os 58% (*satisfação global dos trabalhadores com a organização*). O mesmo acontece relativamente aos respondentes que dizem estar muito satisfeitos: as percentagens variam entre os 20% (*satisfação com o desenvolvimento da carreira*) e os 50% (*satisfação com o estilo de liderança dos dirigentes intermédios*). O nível pouco satisfeito varia entre os 9% (*satisfação com o estilo de liderança dos dirigentes intermédios*) e os 18% (*satisfação com o desenvolvimento da carreira*). Os níveis de insatisfação são bastante reduzidos, uma vez que a percentagem mais elevada de respondentes que dizem estar insatisfeitos é de apenas 9% (*satisfação com o desenvolvimento da carreira*).

Os níveis de motivação são também elevados. 55% dos respondentes estão motivados e 36% estão muito motivados.

Analisando os resultados alcançados por nível da escala de *Likert* destacam-se os mais elevados:

- Muito satisfeito: 50% dos respondentes consideram estar muito satisfeitos com o estilo de liderança de nível intermédio;
- Satisfeito: o nível de satisfação global dos trabalhadores com a organização é de 58%;
- Pouco satisfeito: a percentagem mais elevada de respondentes pouco satisfeitos, 18%, relaciona-se com o desenvolvimento da carreira;
- Insatisfeito: 9% dos respondentes considera estar insatisfeito com o desenvolvimento da carreira.
- Muito insatisfeito: as percentagens dos respondentes que estão muito insatisfeitos é residual, já que o valor mais alto foi de 2%, relativamente à satisfação com a gestão e os sistemas de gestão.

Em termos das médias de satisfação (média aritmética ponderada), todas as perguntas, à exceção de uma, registaram valores acima de 4, destacando-se as médias obtidas nas perguntas

sobre a satisfação com o estilo de liderança dos dirigentes intermédios (4,29) e com o estilo de liderança da gestão de topo (4,20). A média de satisfação mais baixa registou-se relativamente ao desenvolvimento da carreira (3,85).

Quanto à média de motivação, verifica-se que é bastante elevada: 4,22.

É possível afirmar que os trabalhadores que responderam ao questionário estão, genericamente, satisfeitos e motivados, visto que tanto os níveis como as médias de satisfação e de motivação são bastante expressivos.

### 2.6.2. Dirigentes intermédios

O questionário de satisfação dos dirigentes intermédios da DGAE realizou-se entre o dia 28 de fevereiro e o dia 15 de março. Dos 18 dirigentes intermédios que exerceram funções na DGAE, em 2020, responderam 10, o que representa uma taxa de resposta de 55,6%.

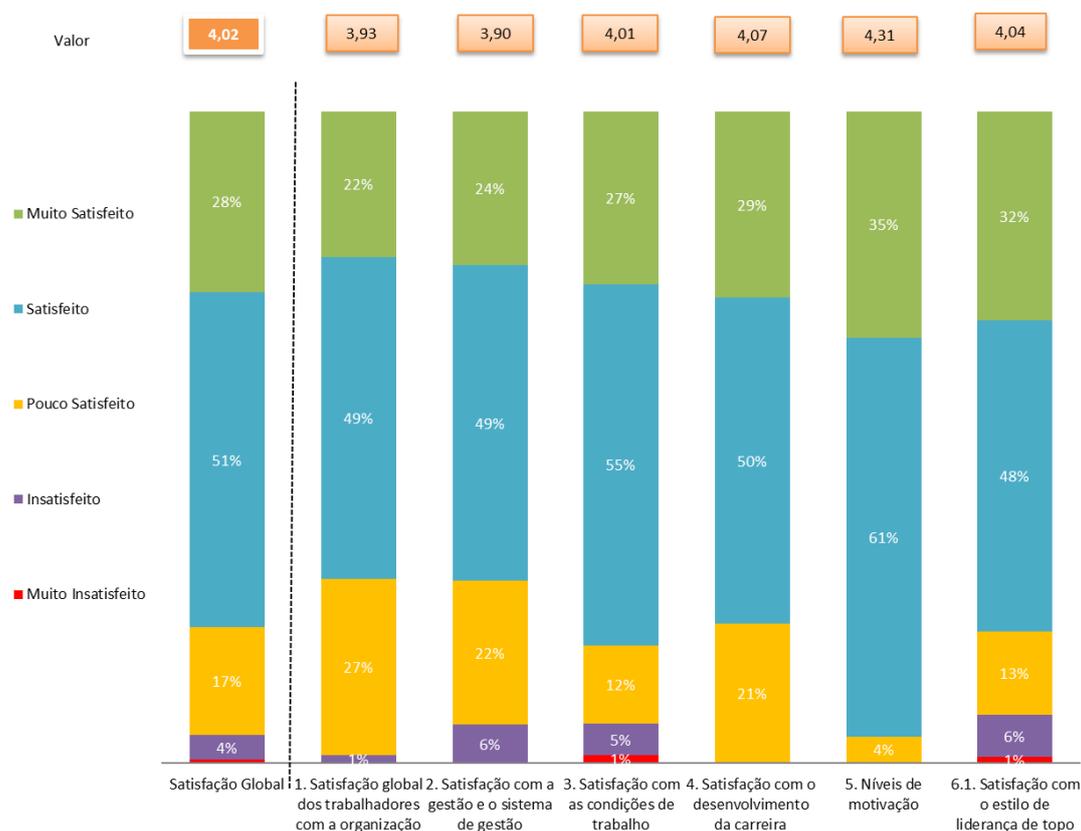
**Quadro XXXV - Resultados do questionário de satisfação interno**

Grupos	MI	I	PS	S	MS	NS/NR
1. Satisfação global dos trabalhadores com a organização	0,00%	1,11%	25,56%	46,67%	21,11%	5,56%
2. Satisfação com a gestão e o sistema de gestão	0,00%	5,71%	21,43%	47,14%	22,86%	2,86%
3. Satisfação com as condições de trabalho	1,11%	4,44%	11,11%	51,11%	24,44%	7,78%
4. Satisfação com o desenvolvimento da carreira	0,00%	0,00%	20,00%	46,67%	26,67%	6,67%
5. Níveis de motivação	0,00%	0,00%	4,00%	60,00%	34,00%	2,00%
6.1. Satisfação com o estilo de liderança de topo	0,91%	6,36%	12,73%	47,27%	31,82%	0,91%
<b>Total</b>	<b>0,45%</b>	<b>3,64%</b>	<b>15,91%</b>	<b>49,32%</b>	<b>26,59%</b>	<b>4,09%</b>

O quadro XXXV apresenta os resultados globais do questionário, nomeadamente as taxas de resposta dadas pelos respondentes em cada uma das opções, incluindo aqueles que, por falta de informação ou por não quererem responder, selecionaram a opção NS/NR.

O gráfico 7 apresenta os resultados obtidos em cada uma das questões do questionário em termos de satisfação e de motivação, de acordo com a escala utilizada. Os valores analisados, tanto em termos de níveis como de médias de satisfação e de motivação, excluem os valores relativos a NS/NR.

**Gráfico 7 - Satisfação Global por Áreas**



Os níveis de satisfação registados em todas as perguntas são elevados. A percentagem de respondentes que afirma estar satisfeitos situa-se entre 48% (*satisfação com o estilo de liderança da gestão de topo*) e 55% (*satisfação com as condições de trabalho*). Quanto à percentagem dos que estão muito satisfeitos, esta varia entre os 22% (*satisfação global dos trabalhadores com a organização*) e os 32%, (*satisfação com o estilo de liderança da gestão de*

*topo*). Quanto aos resultados em termos de pouca satisfação, estes variam entre os 12%, (*satisfação com a satisfação com as condições de trabalho*) e os 27% (*satisfação global dos trabalhadores com a organização*). Os níveis de insatisfação são bastante reduzidos, não ultrapassando os 6% (*satisfação com a gestão e os sistemas de gestão*). Os níveis de muita insatisfação são ainda mais reduzidos, registando apenas 1% em duas perguntas (*satisfação com condições de trabalho e com o estilo de liderança da gestão de topo*).

É possível verificar que os níveis de motivação registados são bastante elevados. A maioria dos respondentes está motivada (61%) ou muito motivada (35%).

Analisando as percentagens mais elevadas obtidas, por nível de satisfação da escala de *Likert*, conclui-se que:

- *Muito satisfeito*: 32% dos respondentes estão muito satisfeitos com o estilo de liderança da gestão de topo;
- *Satisfeito*: 55% dos respondentes estão satisfeitos com as condições de trabalho;
- *Pouco satisfeito*: a pergunta relativa à satisfação global dos trabalhadores com a organização foi a que registou o nível mais elevado de pouco satisfeitos: 27%;
- *Insatisfeito*: 6% dos respondentes estão insatisfeitos com a gestão e os sistemas de gestão e com o estilo de liderança da gestão de topo;
- *Muito insatisfeito*: 1% estão insatisfeitos com as condições de trabalho e com o estilo de liderança da gestão de topo.

Os valores relativos às médias de satisfação registadas são elevados em todas as perguntas. Destacam-se as médias relativas à satisfação com o desenvolvimento da carreira (4,07) e com o estilo de liderança da gestão de topo (4,04). A satisfação média mais baixa registou-se na pergunta sobre a satisfação global com a organização, que registou 3,93.

O valor da média obtida quanto à motivação foi, mais uma vez, bastante elevado, tendo-se verificado uma motivação média de 4,21.

Face ao exposto, é possível afirmar que os resultados obtidos no questionário de satisfação dos dirigentes intermédios da DGAE revelam que estes estão, genericamente, bastante satisfeitos e bastante motivados.

## *2.7 Relatório de Formação*

O relatório de formação, que contém os resultados relativos ao Plano de Formação relativo ao ano de 2020, pode ser consultado no Anexo VI.

## *2.8 Avaliação do sistema de controlo interno*

A avaliação do sistema de controlo interno será efetuada através da resposta às questões que constam do quadro XXXVI.

É importante referir, para efeitos de avaliação do sistema de controlo interno, que compete à Secretaria-Geral do Ministério da Economia e da Transição Digital (SGE), em articulação com a DGAE, assegurar a prestação centralizada de serviços comuns nas áreas dos recursos humanos, formação e aperfeiçoamento profissional, apoio jurídico e contencioso, financeira e orçamental, aquisição de bens e serviços e contratação, logística e patrimonial, documentação e informação, comunicação e relações públicas, inovação e modernização e política de qualidade e tecnologias de informação e comunicação (TIC).

A organização e condução dos processos pela SGE, nomeadamente de aquisição de bens e serviços e contratação, é efetuada com salvaguarda das competências próprias da dirigente máxima do serviço, que pratica os respetivos atos decisórios, nos termos do estatuto do pessoal dirigente.

Deste modo, algumas das áreas relativas ao sistema de controlo interno devem ser asseguradas pela SGE.

### QUADRO XXXVI – Avaliação do sistema de controlo interno

Questões	Aplicado			Fundamentação
	S	N	NA	
<b>1 – Ambiente de Controlo</b>				
1.1 Estão claramente definidas as especificações técnicas do sistema de controlo interno?			X	As especificações do sistema de controlo interno devem ser asseguradas pelos serviços da SGE, no âmbito da prestação centralizada de serviços.
1.2 É efetuada internamente uma verificação efetiva sobre a legalidade, regularidade e boa gestão?	X			Sem prejuízo das atribuições que, neste âmbito, são asseguradas pela SGE, nos procedimentos de contratação de bens e serviços e nos respetivos pagamentos, é efetuada internamente a verificação da legalidade, da regularidade e da boa gestão por parte dos dirigentes. A segregação de funções e a existência de procedimentos também contribuem para que seja assegurada a legalidade, regularidade e boa gestão dos procedimentos.
1.3 Os elementos da equipa de controlo e auditoria possuem a habilitação necessária para o exercício da função?			X	Não existe na estrutura orgânica da DGAE uma equipa de controlo e auditoria, sendo essas competências e atribuições asseguradas, no âmbito do Ministério da Economia e da Transição Digital, pela SGE, através da apreciação da legalidade e regularidade dos atos praticados pelos serviços e organismos do METD.
1.4 Estão claramente definidos valores éticos e de integridade que regem o serviço (ex. códigos de ética e de conduta, carta do utente, princípios de bom governo)?	X			A DGAE tem um Código de Conduta, que foi aprovado em 10-09-2020, por despacho do Secretário de Estado do Comércio, Serviços e Defesa do Consumidor, encontrando-se o mesmo disponível na respetiva página eletrónica.
1.5 Existe uma política de formação do pessoal que garanta a adequação do mesmo às funções e complexidade das tarefas?	X			Foi aprovado pela DGAE um plano de formação, elaborado de acordo com o levantamento de necessidades e com base nas disponibilidades financeiras, o qual foi implementado em articulação com a SGE.
1.6 Estão claramente definidos e estabelecidos contactos regulares entre a direção e os dirigentes das unidades orgânicas?	X			Estão institucionalizados contactos regulares entre os dirigentes de topo e os dirigentes das unidades orgânicas, nomeadamente através da realização de reuniões de coordenação, com periodicidade semanal.
1.7 O serviço foi objeto de ações de auditoria e controlo externo?			X	No último ano, a DGAE não foi objeto de auditorias. As últimas auditorias foram realizadas pela IGF em 2013, tendo o relatório sido publicado em 2014, e pelo Tribunal de Contas, em 2017, abrangendo o controlo da execução dos contratos de contrapartidas - relatório do TC n.º 19/2017.
<b>2 – Estrutura Organizacional</b>				
2.1 A estrutura organizacional estabelecida obedece às regras definidas legalmente?	X			A estrutura organizacional encontra-se estabelecida em diplomas legais, nomeadamente, no Decreto Regulamentar n.º 5/2015, de 20/07,

Questões	Aplicado			Fundamentação
	S	N	NA	
				que aprova a orgânica da DGAE, e na Portaria n.º 316/2015, de 30/09, que estabelece a estrutura nuclear da DGAE e as competências das unidades nucleares.
2.2 Qual a percentagem de colaboradores do serviço avaliados de acordo com o SIADAP 2 e 3?			X	Nos termos da Lei n.º 66-B/2007, a avaliação do desempenho dos trabalhadores é de carácter bienal, tendo a última sido realizada em 2019 e a próxima será realizada em 2021.
2.3 Qual a percentagem de colaboradores do serviço que frequentaram pelo menos uma ação de formação?	X			Em 2020, frequentaram pelo menos uma ação de formação 65% dos trabalhadores, tendo presente a informação constante do Balanço Social.
<b>3 – Atividades e Procedimentos de Controlo Administrativo Implementados</b>				
3.1 Existem manuais de procedimentos internos?	X			Existe um manual com vários procedimentos aprovados, mas que não está ainda completo.
3.2 A competência para autorização da despesa está claramente definida e formalizada?	X			Os procedimentos de contratação são instruídos pela SGE, competindo à Diretora-Geral a autorização da respetiva despesa.
3.3 É elaborado anualmente um plano de compras?	X			É efetuado o levantamento de necessidades, que é transmitido à SGE para efeitos de elaboração dos procedimentos de aquisição de bens e serviços.
3.4 Está implementado um sistema de rotação de funções entre trabalhadores?			X	A especificidade das funções exercidas nos vários serviços e a insuficiência de recursos humanos torna inaplicável a implementação de um sistema de rotação de funções entre trabalhadores.
3.5 As responsabilidades funcionais pelas diferentes tarefas, conferências e controlos estão claramente definidas e formalizadas?	X			As responsabilidades funcionais pelas diferentes tarefas estão claramente definidas em cada Unidade Orgânica. Para além disso, existem, em determinadas áreas, procedimentos com regras claras sobre as responsabilidades e formalidades a cumprir pelos serviços. Por outro lado, no âmbito da prestação centralizada de serviços com a SGE, as responsabilidades pelas diferentes funções e tarefas, conferências e controlos estão também estabelecidas.
3.6 Há descrição dos fluxos dos processos, centros de responsabilidade por cada etapa e dos padrões de qualidade mínimos?	X			Para além dos circuitos que estão definidos no Sistema de Gestão Documental, existem fluxos de processo estabelecidos através de procedimentos aprovados, principalmente nas áreas em que há interação com os agentes económicos e em que é necessário emitir títulos ou licenças.
3.7 Os circuitos dos documentos estão claramente definidos de forma a evitar redundâncias?	X			Os circuitos estão definidos e implementados, nomeadamente, através do registo e encaminhamento de toda a documentação através do sistema de gestão documental, com regras muito definidas sobre o acesso à documentação.

Questões	Aplicado			Fundamentação
	S	N	NA	
3.8 Existe um plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas?		X		O plano em vigor data de 2015, estando desatualizado, pelo que em 2019 foram iniciados os trabalhos de elaboração de um novo plano que será implementado assim que for aprovado.
3.9 O plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas é executado e monitorizado?		X		Tendo em consideração a desadequação do Plano de 2015 em relação à realidade atual, não foi feita a respetiva monitorização.
<b>4 – Fiabilidade dos Sistemas de Informação</b>				
4.1 Existem aplicações informáticas de suporte ao processamento de dados, nomeadamente, nas áreas de contabilidade, gestão documental e tesouraria?	X			Existe uma aplicação informática na área da gestão documental. As restantes aplicações informáticas, nomeadamente nas áreas da contabilidade e tesouraria são asseguradas pela SGE.
4.2 As diferentes aplicações estão integradas permitindo o cruzamento de informação?			X	A única aplicação informática a que a DGAE tem acesso e que poderá estar integrada com outras aplicações, mas no âmbito da SGE é a da assiduidade.
4.3 Encontra-se instituído um mecanismo que garanta a fiabilidade, oportunidade e utilidade dos outputs dos sistemas?			X	A fiabilidade dos sistemas de informação deve ser assegurada pela SGE, no âmbito das suas competências no domínio específico das tecnologias de informação e comunicação.
4.4 A informação extraída dos sistemas de informação é utilizada nos processos de decisão?	X			O sistema de monitorização dos indicadores de gestão permite extrair informação para efeitos de decisão.
4.5 Estão instituídos requisitos de segurança para o acesso de terceiros a informação ou ativos do serviço?	X			Existem requisitos de segurança que são assegurados pelos serviços de informática da SGE e cada utilizador só acede aos equipamentos e às aplicações através de palavras-passe, existindo também nas pastas partilhadas várias permissões de acessos, consoante o tipo de utilizadores.
4.6 A informação dos computadores de rede está devidamente salvaguardada (existência de <i>backups</i> )?			X	Deve ser assegurada pela SGE, no âmbito da prestação centralizada de serviços.
4.7 A segurança na troca de informações e <i>software</i> está garantida?			X	Deve ser assegurada pela SGE, no âmbito da prestação centralizada de serviços.

### III. BALANÇO SOCIAL

Nos termos do Decreto-Lei n.º 190/96, de 9 de outubro, os serviços e organismos da administração pública central, regional e local, incluindo os institutos públicos que revistam a natureza de serviços personalizados e fundos públicos que, no termo de cada ano civil, tenham um mínimo de 50 trabalhadores ao seu serviço devem elaborar anualmente o seu balanço social, com referência a 31 de dezembro do ano anterior.

De acordo com a Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, o Balanço Social deve integrar o Relatório de Atividades de cada serviço da Administração Pública, articulando-se com o respetivo ciclo de gestão.

Como a DGAE não tem uma unidade específica no âmbito dos Recursos Humanos, sendo essa área assegurada pela Secretaria-Geral da Economia, no âmbito da prestação centralizada de serviços comuns, os quadros do Balanço Social da DGAE foram preenchidos pelos serviços da SGE<sup>26</sup>.

Apresentar-se-ão aqui apenas os dados que se consideram mais importantes, comparando-os, sempre que possível, com os dos anos anteriores, para se ter uma ideia mais precisa da evolução que se tem verificado na DGAE, na área dos Recursos Humanos.

Da análise dos dados do Balanço Social conclui-se que existe uma elevada predominância de efetivos do género feminino, com uma taxa de feminização de 74,6%, um pouco inferior à de 2019, que foi de 77,8%, e superior à da média da Administração Pública central, que era de 63,6% no final de 2019.<sup>27</sup> A percentagem de dirigentes do sexo feminino é ainda mais alta, sendo de 80%, como pode ser consultado no quadro XXXVII, superior à média verificada na Administração Pública que, em 2019, era de 53,7%, segundo a mesma fonte.

---

<sup>26</sup> Anexo V – Balanço Social.

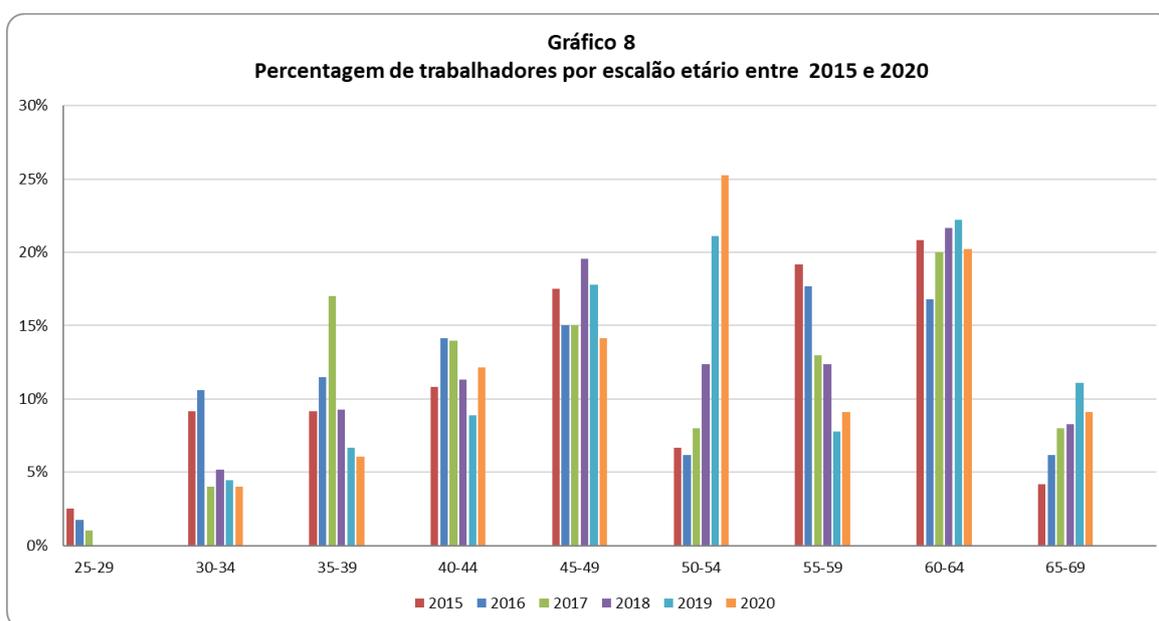
<sup>27</sup> Fonte: Boletim Estatístico do Emprego Público n.º 20/2020, DGAEP, junho de 2020.

Em 2020, com o aumento do número de técnicos superiores, quer em termos absolutos, quer relativos, 57% face a 52% do ano anterior, aumentou também a taxa de habilitação superior de 72% para 77%, com os licenciados em maioria (76%), seguidos dos possuidores de mestrados (20%) e dos efetivos com doutoramento (4%).

**QUADRO XXXVII – Principais indicadores do Balanço Social**

Indicadores	Anos						
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Taxa de Tecnicidade (sentido restrito)	59,09%	53,33%	59,29%	57,00%	53,61%	52,22%	56,57%
Taxa de Assistente Técnico	15,91%	15%	18,58%	20,00%	20,62%	22,22%	18,18%
Taxa de Assistente Operacional	4,55%	4,17%	5,30%	6,00%	5,15%	5,56%	5,05%
Taxa de Feminização	71,21%	72,50%	68,14%	69,00%	73,20%	77,78%	74,75%
Taxa de Feminização Dirigente	65,22%	50%	42,10%	47,06%	65,00%	83,33%	80,00%
Taxa de Enquadramento	17,42%	15%	16,81%	17,00%	20,62%	20,00%	20,20%
Taxa de Envelhecimento	43,18%	44,17%	40,70%	41,00%	42,27%	41,11%	38,38%
Taxa de Habilitação Superior	78,03%	79,17%	76,10%	74,00%	74,23%	72,22%	76,77%
Taxa de Trabalhadores Portadores de Deficiência	3,79%	2,50%	3,53%	3,00%	4,12%	3,33%	3,03%
Taxa de Admissões	19,70%	8,33%	23,89%	7,00%	27,84%	31,11%	26,26%
Taxas de Saídas	23,48%	16,67%	30,08%	20,00%	31,96%	38,89%	17,17%
Taxa de Reposição	83,87%	50%	79,41%	35,00%	87,10%	80,00%	152,94%
Taxa de Absentismo	3,33%	6,56%	7,85%	8,66%	7,27%	8,44%	5,95%
Remuneração Base Média Anual	25 762,26 €	26 249,68 €	24 880,94 €	26 314,24 €	25 429,28 €	28 121,63 €	25 672,69 €
Leque Salarial Líquido	7,63	7,80	9,5	8,1	6,44	5,88	5,81
Taxa de Encargos Sociais	10,49%	10,18%	10,71%	11,13%	4,33%	4,18%	4,11%
Taxa de Incidência de Acidentes no Local de Trabalho	0%	1,67%	0,88%	1,00%	0,00%	1,11%	0,00%
Taxa de Participação em Formação	52,27%	54,17%	12,38%	12,00%	37,11%	50,00%	71,72%
Taxa de Investimento em Formação	0,12%	0,21%	0,03%	0,06%	0,11%		0,42%

Quanto à modalidade de vinculação, não tem havido oscilações anuais significativas nas percentagens de trabalhadores com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado que, em 2020, representavam 80%, tal como em 2019, enquanto 20% dos efetivos se encontrava em comissão de serviço, nos termos da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), sendo na sua totalidade dirigentes.



Relativamente à estrutura etária dos trabalhadores, conclui-se, a partir dos dados do gráfico 7, que se tem vindo a verificar, em relação aos anos anteriores, um decréscimo no número de trabalhadores dos escalões etários mais jovens, ou seja, dos 30-34 anos e dos 35-39 anos e não existindo, desde 2018, qualquer trabalhador no grupo etário dos 25-29 anos. Esta situação reflete o reduzido número de admissões de trabalhadores na administração pública nos últimos anos. O grupo etário com mais trabalhadores, e que tem tido um acréscimo significativo desde 2016 é o dos 50-54 anos (correspondendo a 25% do total dos trabalhadores) seguindo-se o dos 60-64 anos (representando 20%). Por outro lado, a percentagem de trabalhadores do grupo etário dos 55-59 anos tem vindo a reduzir-se significativamente, representando 9% dos trabalhadores em 2020 e a do grupo etário dos 65-69 também se tem mantido baixa (igualmente 9%), o que permitiu que a taxa de envelhecimento (percentagem de trabalhadores com 55 anos

ou mais), constante do quadro XXXVII, tenha baixado ligeiramente, comparativamente com o ano de 2019, como já tinha acontecido nos dois anos anteriores. Em todo o caso, verifica-se que a percentagem de trabalhadores até aos 49 anos baixou dos 45,5% em 2014 para os 36,4% em 2020 e a dos trabalhadores com 50 ou mais anos aumentou dos 54,5% para os 63,5% no mesmo período, o que constitui um indicador da necessidade de rejuvenescimento dos quadros da DGAE.

## IV. AVALIAÇÃO FINAL

### 4.1. *Apreciação qualitativa dos resultados alcançados*

Os objetivos operacionais inscritos no QUAR 2020 da DGAE traduzem, por um lado, as suas áreas de intervenção prioritárias, abrangendo as áreas de atividade mais relevantes e exigentes em termos de recursos humanos da DGAE e, por outro, as orientações emanadas pelo Governo relativas à avaliação do desempenho dos serviços públicos para o ano de 2020.

Apesar do contexto difícil de pandemia provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2 (doença COVID-19), que em 2020 afetou a atividade dos serviços públicos, em geral, e do setor privado e que, naturalmente, condicionou o desempenho da DGAE e a realização de algumas atividades previstas, tendo exigido o reajustamento dos métodos de trabalho e das prioridades, todos os objetivos operacionais foram atingidos e mesmo, à exceção dos objetivos 2 e 6, superados, o que representa, como referido anteriormente, um resultado global de 109,6%.

Assim, com base na autoavaliação realizada anteriormente e de acordo com o estipulado no n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, na sua redação atual, deverá atribuir-se à DGAE a menção de “Desempenho Bom” para o ano de 2020.

## 4.2. *Conclusões prospetivas*

Tal como referido anteriormente, os resultados alcançados no ano de 2020, marcado pela pandemia provocada pela infeção pelo coronavírus SARS-CoV-2 e os desafios sérios que esta colocou à implementação do Plano de Atividades da DGAE para 2020, demonstram que a Direção-Geral das Atividades Económicas apoiou e assegurou a intervenção nacional em termos do acompanhamento e implementação das políticas públicas relacionadas com as áreas por que é responsável, afirmando o seu papel enquanto serviço de referência no âmbito do Ministério da Economia e da Transição Digital.

Apesar das condicionantes impostas pela pandemia, a melhoria contínua do desempenho da DGAE foi uma preocupação constante, especialmente através do reforço da excelência técnica dos recursos humanos da DGAE e da flexibilização da estrutura da DGAE para agilizar e imprimir celeridade aos processos considerados fundamentais no âmbito das áreas de intervenção da DGAE.

No mesmo sentido, no plano externo, a DGAE desempenhou um papel de destaque em termos de promoção da sua visibilidade junto do tecido empresarial e de outras entidades que promovem as atividades económicas. O relacionamento com parceiros internacionais e a representação nacional em fóruns europeus e internacionais assumem certamente um papel crescente.

Uma vez mais se aproveita a oportunidade para agradecer todo o esforço e dedicação demonstrados pelos trabalhadores da Direção-Geral das Atividades Económicas, a quem se devem os resultados alcançados, mantendo os níveis de compromisso especialmente num ano tão atípico quanto foi 2020.



